

Ronald Bruno da Silva Pereira

Território e produção de alimento: Estudos sobre as mediações das Comunidades Tradicionais aos quadros de fome e Insegurança alimentar no campo

São Luís
2023

Ronald Bruno da Silva Pereira

Território e produção de alimento: Estudos sobre as mediações das Comunidades Tradicionais aos quadros de fome e Insegurança alimentar no campo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço e Territorialidades.

Discente: Ronald Bruno da Silva Pereira

Orientador: Prof. Dr. Samarone Carvalho

São Luís

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou digital, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira, Ronald Bruno da Silva.

Território e produção de alimento: Estudos sobre as mediações das Comunidades Tradicionais aos quadros de fome e Insegurança alimentar no campo / Ronald Bruno da Silva Pereira. - 2023.

154 p.

Orientador(a): Samarone Carvalho Marinho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2023.

1. Insegurança Alimentar. 2. Povos e Comunidades Tradicionais. 3. Produção de Alimento. 4. Território. I. Marinho, Samarone Carvalho. II. Título.

Ronald Bruno da Silva Pereira

Território e produção de alimento: Estudos sobre as mediações das Comunidades Tradicionais aos quadros de fome e Insegurança alimentar no campo

Aprovada em: 21/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho – Orientador
Doutor em Geografia Humana (USP) Universidade Federal, do Maranhão –
PPGGEO/UFMA

Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues
Doutor em Geografia (UFC) Universidade Federal do Maranhão – PPGGEO/UFMA

Prof. Dra. Roberta M^a Batista de Figueiredo Lima
Doutora em Geografia (UFRJ) Universidade Federal do Maranhão – DEGEO/UFMA

Dedicatória para minha Mãe Socorro, meu Pai Ronald,
minha Noiva Naiara, família e ao eterno amigo
Janderson, que estava ansioso por esse momento.

Agradecimentos

Agradeço de coração a todos que contribuíram para a realização desta dissertação, possibilitando alcançar este marco em minha trajetória. Primeiramente, quero expressar minha profunda gratidão à minha família. Àqueles que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio emocional, incentivo constante e possibilitando, assim, que eu trilhasse este caminho. Um agradecimento especial à minha querida mãe, Maria do Perpétuo Socorro, cujo comprometimento com a educação sempre iluminou nossa casa, sendo uma fonte constante de inspiração.

À minha noiva, Naiara Reis, meu sincero agradecimento por sua presença constante, apoio incansável e compreensão durante esta jornada. Sua parceria foi fundamental para superar os desafios e celebrar as conquistas. Expresso minha gratidão às pessoas incríveis dos territórios de Charco. Em especial, agradeço a Dona Zilmar, que generosamente compartilhou sua história e a deste espaço mágico que é Charco. Me permitindo participar de momentos significativos em vários anos de vivência com esse território. As vidas das pessoas deste território foram essenciais para enriquecer este trabalho, mas também para tornar-me uma pessoa melhor. Agradeço aos amigos de universidade tanto do NERA, como da Geografia, o nosso caminhar nem sempre é o mais fácil, mas com toda certeza foi o mais dignificante com vocês.

Agradeço ao meu orientador, Samarone Carvalho Marinho pela paciência e relação muito humana no decorrer desta dissertação, essa postura ajudou na seguridade de desenvolver o trabalho aqui apresentado. Aos colegas de IMESC, chefes e amigos analistas, agradeço por compreenderem a importância deste processo acadêmico em minha vida. A colaboração e apoio diário proporcionaram-me o tempo e suporte necessários para enfrentar os desafios deste ano de 2023. Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista. Cada palavra de estímulo, gesto de apoio e dedicação compartilhada foi fundamental. Este trabalho não seria possível sem a presença significativa de cada um de vocês em minha jornada.

Obrigado.

Lista de Siglas

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
GPTEs	Grupos tradicionais e específicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Mapa InSAN	Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
Rede PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional
VIGISAN	Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional
MATOIPIBA	Acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

Lista de Ilustrações

Figura 1- Situação de segurança alimentar do Brasil (%), série histórica.....	18
Figura 2 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por situação de segurança alimentar existente no domicílio (%) em 2022.....	20
Figura 3 - Mapa de Vulnerabilidade à desnutrição (GPTE's).....	22
Figura 4 - Mapa de vulnerabilidade à desnutrição (GPTE's).....	24
Figura 5 - Localização do Território Quilombola de Charco.....	39
Figura 6 - Municípios com maior número estimado de localidades quilombolas - ano de 2019, rank. nac.....	115
Figura 7 - Produção de hortaliças no território de Charco Juçaral pelos jovens da comunidade.....	123
Figura 8 - Espaços de produção de alimento no território de Charco e Juçaral.....	124

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 01 - Aquisição alimentar domiciliar per capita anual/mensal, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo o produto arroz - Região Nordeste.....94

Quadro 02 - Resumo da frequência de consumo alimentar por consumo alimentar médio per capita e percentual de consumo fora do domicílio, por situação do domicílio, para o arroz e variantes.....95

Quadro 03 - Cruzamento dos municípios com incidência de conflitos por terra no ano de 2021, como os dados de insegurança alimentar de povos e comunidades tradicionais do mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados MapaSAN de 2018.....117

Resumo

Este estudo investigativo, concentrou-se na análise dos efeitos dos conflitos territoriais e da desigualdade social sobre grupos tradicionais, sobretudo quilombolas, especificamente em relação à produção alimentar, e como esse cenário acaba por suscitar fenômenos de insegurança alimentar e fome nestes coletivos. Alicerçando um melhor entendimento da fome como um fenômeno social no campo. Dentro desta pesquisa, o território quilombola de Charco, em São Vicente Ferrer - Maranhão, assistiu por meio de relatos e sua historiografia alguns pontos de compreensão para essa problemática. Que foram coletados com auxílio de atividades de campo e entrevistas com lideranças desta localidade. Em continuidade, o estudo também explorou a interligação entre o acesso aos territórios de forma segura, produção de alimentos e o papel vital do território e acesso ao mesmo para comunidades tradicionais na mitigação dos quadros de escassez alimentar. Ao examinar suas práticas e mediações territoriais, observou-se como esses grupos enfrentam obstáculos e oferecem soluções diante da carência alimentar fomentada pelas situações de conflitos, a exemplo do regime de Foro que atinge esses coletivos. Por fim, destacou-se a importância da preservação e acesso contínuo a territórios para a segurança alimentar no campo.

Palavras-chaves: Desigualdade social, Produção alimentar, Fome Social, Território e Grupos tradicionais (Charco).

Summary

This investigative study focused on analyzing the effects of territorial conflict and social inequality on traditional groups, particularly quilombolas, specifically regarding food production, and how this scenario ends up triggering phenomena of food insecurity and hunger within these communities. It aimed to establish a better understanding of hunger as a social phenomenon in rural areas. Within this research, the quilombola territory of Charco, in São Vicente Ferrer, Maranhão, witnessed some points of understanding for this issue through reports and its historiography. These were collected with the assistance of field activities and interviews with local leaders. Furthermore, the study also explored the interconnection between access to secure territories, food production, and the vital role of territory and access to it for traditional communities in mitigating food scarcity. By examining their practices and territorial mediations, it was revealed how these groups face obstacles and offer solutions in the face of food shortages fueled by conflict situations, such as the Foro regime that affects these collectives. The critical importance of preserving and continuously accessing territories for food security in rural areas was highlighted.

Keywords: Social inequality, Food production, Social hunger, Territory, and Traditional groups (Charco).

Sumário

1. Introdução	13
1.1 Aspectos gerais sobre a temática	15
1.2 Caminhos da pesquisa: Percursos metodológicos e conceituais deste trabalho	27
1.3 Aportes e procedimentos da pesquisa.....	40
2. O entendimento das várias fomes	48
2.1 Fome, Território e Desigualdades: Reflexões sobre a complexidade alimentar	49
2.2 A fome como fenômeno social: algumas observações.....	61
2.3 Fome e sociedade: Evolução da fome e sua relação com a sociedade.....	69
3. Campo e a produção de alimentos: o Território do Charco na luta contra fome	83
3.1 O regime de Foro e seus impactos sobre o acesso à alimentação de grupos tradicionais.	93
3.2 O Território como pilar da produção alimentar e da vida em Charco	103
4. Território, Fome e Resistência: O papel das comunidades tradicionais na luta pela alimentação	125
Considerações finais	138
Referências	

1. Introdução

A produção e acesso aos alimentos foram e são até hoje fatores importantes para a manutenção da vida humana, e estão ligados a aspectos naturais, sociais e econômicos. Isso inclui também o uso da água para subsistência e a transformação do espaço para garantir o acesso à alimentação adequada. Tanto em grandes mercados globais, quanto em espaços locais que envolvem pequenos agricultores produzindo em suas próprias terras ou pescando em rios próximos de suas casas.

Em muito, relaciona-se a garantia a uma alimentação segura e o direito a produzi-la como formas de assegurar modos de vida e a reprodução da cultura, principalmente quando observada essa relação em povos tradicionais do campo e seus hábitos, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos.

Antes de adentrarmos mais a fundo no debate sobre a fome e a produção de alimento, oportunizamos esse momento para apresentar o território de Charco, figura que será importante dentro desta dissertação, auxiliando no entendimento de algumas situações que envolvem comunidades tradicionais no estado do Maranhão, dentro da temática estudada.

Nessa ótica, o Território quilombola de Charco. Localizado no município de São Vicente Férrer, na Baixada Maranhense, representa um dos 337 territórios quilombolas que possuíam processos em andamento junto ao INCRA, no estado do Maranhão, objetivando o reconhecimento de seu direito territorial.

Desde a abertura do procedimento de titulação em 2009, as comunidades enfrentam desafios significativos, incluindo a trágica perda de uma de suas lideranças centrais em 2010. Atualmente, na história recente deste território, novos ciclos de conflitos territoriais surgiram. Assim, a trajetória do Território Quilombola de Charco, assemelha-se como a de inúmeras comunidades quilombolas no Brasil, servindo de exemplificação não apenas de uma batalha incansável, mas também um testemunho de resistência e habilidade organizacional em prol da garantia de uma vida autônoma e próspera em seu território (Pinheiro; Pereira; Santos, 2017).

Esse território é composto pelas comunidades de Charco, Juçaral, São José e São Joaquim, contudo é conhecido comumente como Charco¹. Como anteriormente mencionado,

¹ No campo da formalidade, trataremos sobre temáticas do território, neste cenário quando mencionamos o território de Charco ou Charco e Juçaral, estamos tratando dos fenômenos de conflitos e vivências comuns aos espaços destas comunidades. Todavia, quando for um evento ocorrido especificamente em uma destas comunidades, enunciaremos os nomes destas localidades para melhor compreensão do leitor.

essas comunidades estão em processo² de titulação de suas áreas. Avanço, o qual foi obtido mediante um penoso processo de mobilização social dos moradores destas localidades, auxiliados por grupos sociais e tradicionais do campo. Pressionando o poder público com manifestações no município de São Vicente Ferrer, e atos de ocupação em São Luís nas sedes dos órgãos de regularização fundiária estaduais e nacionais. Ocorrendo até ações extremas de greve de fome das lideranças deste território, juntamente com as de outras comunidades do estado do Maranhão para pressionar pela titulação de suas áreas.

Entretanto, mesmo com estes avanços no direito aos seus espaços de reprodução social, o território de Charco permanece sofrendo com a eclosão de conflitos territoriais, motivados pela demora no processo de desapropriação de agentes externos e a titularização definitiva das áreas de outras comunidades, a exemplo de Juçaral. Com este cenário, o território de Charco e principalmente as áreas que correspondem a comunidade de Juçaral são inseridos novamente em um contexto de violência e ameaças, como vividos outrora. Ressalta-se que esse conflito sempre teve um viés violento contra esse território, com episódios de assassinatos de animais, envenenamentos de fontes de água e até assassinatos de lideranças. O trecho a seguir demonstra a gênese deste processo de conflitos entre as comunidades de Charco frente aos agentes externos ao seu território.

Mas elas nunca tiveram o domínio das terras que ocupavam. Eram obrigadas a pagar a quem se apresentava como proprietário das terras. O pagamento deve ser feito em dinheiro ou em produtos. Suas casas, construídas de taipa e cobertas de palha de babaçu, expressavam sua vulnerabilidade e insegurança, como se pudessem a qualquer momento serem despejados, expulsos da terra. A partir do início da década de 1980, o proprietário das terras, Gentil Gomes, deu início à expulsão das famílias quando decidiu transformar toda a área em pastagem para gado (Comissão Pastoral da Terra- CPT, 2016, p. 43).

Através do fragmento acima, torna-se nítido que por muito tempo a relação de Charco com o autointitulado proprietário da terra era complexa e desfavorável à comunidade tradicional. Perpetrando uma perceptível lógica exploratória por parte do agente externo para com esse grupo. Assim como, o “descarte” dessas pessoas e da sua força de trabalho, ocasionando a expulsão de suas áreas ocupadas, ao bel-prazer do dito “dono” a partir de uma visão que esses coletivos não tinham mais serventia para o “novo modelo de ocupação da terra” por ele empregado.

² O processo para a Titulação deste territorial quilombola, é o processo de n.º 54230.004050/2009-28, com atualização mais recente, a promulgação do decreto de 22 de junho de 2015, o qual declarou interesse público na desapropriação parcial de propriedades rurais neste território. Todavia essas áreas estão boa parte no território que da comunidade de Charco, desta forma ainda áreas em Juçaral e demais povoados que precisam avançar em sua desapropriação.

Os impactos desse cenário problemático são sentidos até hoje por esses coletivos. De forma psicológica, representadas pelos medos e receios destas práticas retornarem na atualidade, devido a todo cenário político de afrouxamento das legislações que protegem povos e comunidades tradicionais no Brasil, atingindo esses grupos já fragilizados. De forma orgânica, podendo ser relacionadas aos estigmas ligados à insegurança alimentar, a fome e a violência consolidadas por anos de explorações e agressões.

Com este quadro, a busca pelas experiências e vivências deste Território, em um universo de tantos outros no estado do Maranhão, justifica-se para além da história já apresentada. Dá-se também, por Charco está localizado no município de São Vicente Ferrer, local que já apresenta um quadro muito desfavorável a respeito da fome.

Analisando o banco de dados do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN) podemos observar a existência do alto índice de insegurança alimentar desde o ano 2014 em grupos quilombolas no município supracitado. Atingindo nesse mesmo ano, 188 famílias, totalizando aproximadamente 563 indivíduos em estado de vulnerabilidade à desnutrição e fome. Quando analisamos a mesma fonte, mas para o ano de 2016, podemos observar que no município a categoria de Grupos tradicionais e específicos - GPTEs³ saiu da classe de Alto índice de vulnerabilidade a insegurança alimentar, para o de índice médio, contudo quando analisado somente a categoria de grupos quilombolas, o índice se mantém em Alta⁴.

Dessa forma, é notável o potencial desse território para auxiliar esta pesquisa a pensar a problemática da insegurança alimentar e a produção de alimentos de povos e comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas. Com isso temos o território de Charco evidenciando de forma empírica esse fenômeno, ancorando a temática da fome e produção de alimentos em meio à tensão pelo território e seus impactos sobre grupos tradicionais.

1.1 Aspectos gerais sobre a temática

A partir desta breve apresentação sobre o território de Charco, é necessário dar seguimento em outras reflexões. Primeiramente, o ato de se alimentar e saciar a sede está

³GPTE é a sigla para a expressão Grupos Populacionais Tradicionais Específicos, que englobam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados, acampados e pessoas em situação de rua.

⁴Interpretação construída tendo como base os dados estatísticos do Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN) é um estudo desenvolvido e publicado pela CAISAN nos anos de 2016 (ano Referência 2014) e 2018 (ano Referência 2016) visando identificar as famílias e indivíduos que se encontram em insegurança alimentar e nutricional, a partir de dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN (Brasil, 2023).

indissociavelmente ligado à existência humana, essa relação é tão notória e incrustada na nossa vida em sociedade que fenômenos como boas colheitas, água e chuvas abundantes já foram personificadas e cultuadas como deidades em inúmeras culturas, inclusive no Brasil. De mesma forma, a fome também tem sua persona muito ligada ao castigo, algo punitivo ou antagônico a vida.

Na cultura cristã, temos provavelmente a figura mais conhecida desta personificação negativa, o Cavaleiro do Apocalipse “Fome”, um dos 4 arautos responsáveis por uma série de mazelas e provações impostas à humanidade. Interessante salientar que dentro desses folclores e culturas, principalmente as com denso envolvimento religioso, a produção de alimento e a fome tinham papéis sociais importantes, voltados para a regulação de hábitos e costumes dos coletivos, visto que, ser soberano no que se alimentar, no que se produz e/ou os meios para essa atividade é uma forma de poder, e da maneira que for utilizada uma forma de dominação.

A necessidade de produzir e acessar os alimentos está muito presente no cotidiano dos homens. Todavia, essa busca pelo que comer, vem tornando-se uma tarefa difícil. Nos últimos sete anos foi possível observar um movimento crescente do cenário da fome e insegurança alimentar em âmbito global, conseqüentemente o Brasil não está excluído deste quadro. Com o advento da pandemia mundial do Coronavírus - Covid 19, a fome e a insegurança alimentar ganharam ainda mais ênfase no país, exigindo assim a saída desta pauta do anonimato, transformando-as em uma problemática que necessita de um prioritário e massivo esforço analítico, haja vista seus impactos sobre toda a sociedade, principalmente sua incidência a grupos já fragilizados.

Segundo dados do relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO⁵ (2020), a desnutrição em 2019 chegou a atingir aproximadamente 690 milhões de pessoas, 8,9% da população mundial. Demonstrando assim que efeitos da fome, já eram sentidos pela população global com bastante severidade, até antes do momento pandêmico vividos entre 2019 a 2022.

No trecho a seguir, retirado do livro 'Geografia da Fome', encontramos um relato sobre esse fenômeno, que ilustra como essa questão tem sido uma companhia constante da humanidade ao longo de sua história:

Um problema tão velho quanto a própria vida. Para os homens, tão velho quanto a humanidade. E um desses problemas que põem em jogo a própria sobrevivência da espécie humana, a qual, para garantir sua perenidade, tem que lutar contra as

⁵ *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – (FAO) traduzido para Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

doenças que a assaltam, abrigar-se das intempéries, defender-se dos seus inimigos. Antes de tudo, porém, precisa, dia após dia, encontrar com que subsistir — comer (Castro, 1984, p. 11).

O texto anterior reflete a intrincada busca por alimentos, uma questão que tem acompanhado a humanidade desde o seu surgimento. No entanto, no meio desse desafio complexo que é a fome e a insegurança alimentar, é possível observar progressos. O Brasil foi por algum tempo um dos destaques nesse cenário, demonstrando avanços significativos no combate à fome, como evidenciado no relatório “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015”, divulgado pela FAO.

O relatório destaca o sucesso do Brasil na redução do número de pessoas em situação de fome e insegurança alimentar ao longo dos últimos anos. O país estava entre os mais populosos que tiveram a maior diminuição de subalimentados entre 2002 e 2014, contabilizando 82,1% de queda. No mesmo período, a América Latina reduziu em somente 43,1%. (FAO, 2015). Cenário este em muito motivado por políticas públicas de combate à pobreza, fome, subnutrição e insegurança alimentar ministrada em anos anteriores.

Entretanto, esse quadro positivo onde as políticas de combate à fome, produção, acesso e distribuição de alimentos aplicadas pelo Brasil impediam o crescimento da fome vem se revertendo. Avaliando dados relacionados ao triênio de 2017 a 2019. Nota-se um aumento no número de casos de insegurança alimentar moderada e grave no Brasil, ao qual atingia de 18,3% da população entre os anos 2014 a 2016, subiu para 20,6% em comparação aos anos de 2017 a 2019 (FAO, 2021). Esse cenário está muito ligado com o esfacelamento de políticas públicas voltadas para o combate à fome aplicadas pelo governo brasileiro.

Corroborando com o quadro de retrocesso apresentado pelos dados da FAO, temos as pesquisas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que consolidam o entendimento desse cenário de precarização do acesso à alimentação, produção e distribuição que afligem os brasileiros. Segundo dados tabulados a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF (IBGE, 2020) em algum momento entre os anos de 2017 e 2018 um quantitativo de 10,3 milhões de brasileiros, passaram por uma privação grave de alimentos em seus domicílios, correspondendo a aproximadamente 5% da população brasileira da época.

Um quantitativo equivalente às populações totais de vários países do mundo. Com um breve esforço, é fácil perceber o quão impactante é a situação da fome no Brasil. Levando em consideração o Biênio de 2017/18, os atingidos por formas de privação graves

de alimento em território brasileiro citados no parágrafo anterior, foram quase equivalentes aos números de cidadãos portugueses vivendo em Portugal em 2021⁶.

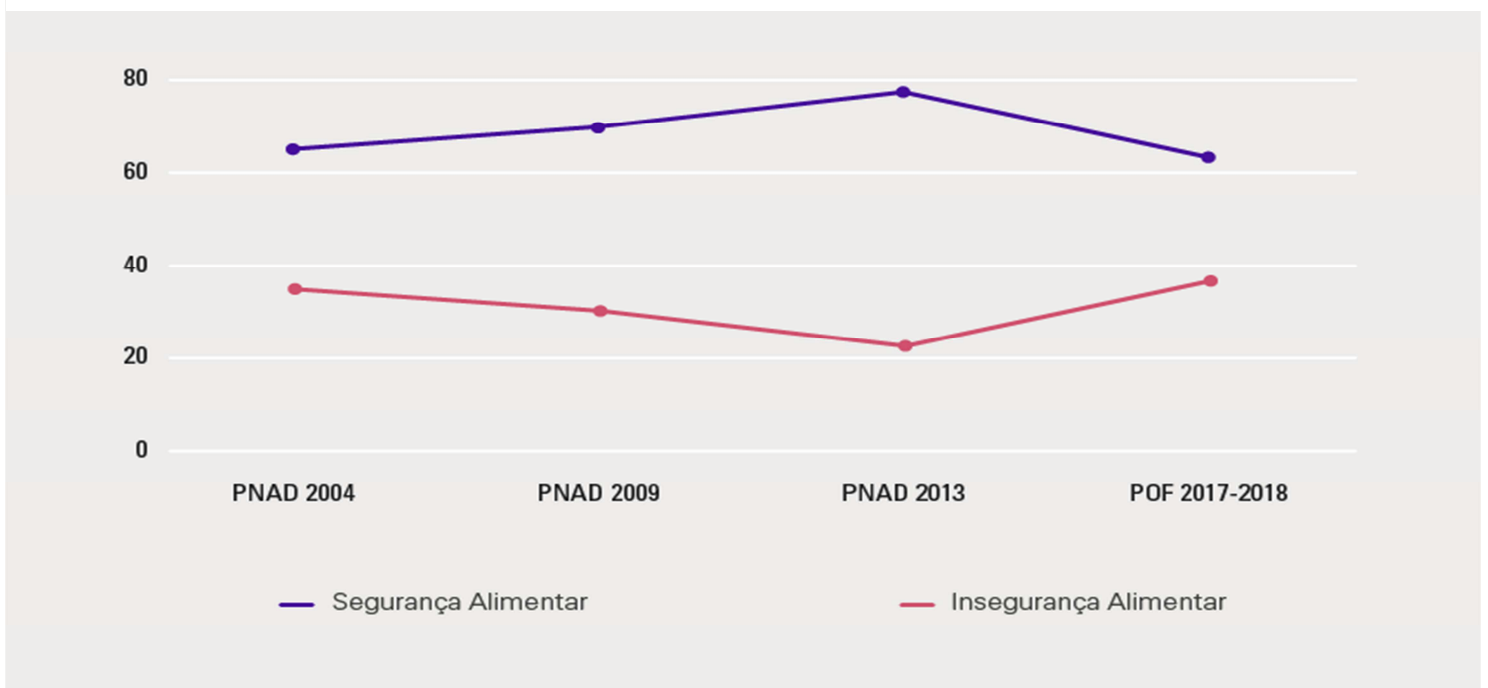
Em continuidade, o estudo expõe ainda que “dos 68,9 milhões de domicílios do país, 36,7% estavam com algum nível de insegurança alimentar, atingindo, ao todo, 84,9 milhões de pessoas.” (IBGE, 2020). De forma sintática, 40,6%⁷ da população brasileira entre os anos de 2017 e 2018 tiveram algum problema na aquisição e manutenção dos produtos de sua alimentação, isso mostra em linhas gerais o quanto é oneroso ao brasileiro se manter nutrido.

No cenário atual, alguns veículos de notícias brasileiros anunciaram um dado preocupante, onde o Brasil atingiu a marca de 33 milhões de pessoas em estado de fome grave. O texto a seguir, retirado do Estadão, um dos jornais de maior circulação do país, exprime muito bem o contexto da fome no Brasil. Além de apresentar uma boa síntese conjuntural dos crescimentos exponenciais desse fenômeno.

Em 08 de junho de 2022, o Brasil chegou a um triste marco histórico. Segundo pesquisa divulgada pela Rede Pessan⁸, em parceria com o Instituto Vox Populi⁹, 33 milhões de pessoas no país passam fome e 125,2 milhões de pessoas convivem com algum grau de insegurança alimentar. Em 1993, o número da fome era de 32 milhões de pessoas e a comoção foi tamanha que várias campanhas foram implementadas, sendo a mais famosa a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, do sociólogo Betinho. É de se lembrar e de reverenciar o início da década de 2010, tempo em que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, em 2013, o número de pessoas que passavam fome estava na casa de 7,2 milhões e com algum tipo de insegurança alimentar, 65,3 milhões. Ainda naquela época, o resultado positivo das políticas sociais que diminuíram esse índice em tão pouco tempo era desacreditado, com a mídia tratando os números da Pnad 2013 como vergonhosos (Estadão, 2022).

A seguir podemos observar na figura 01, esse fenômeno de crescimento da insegurança alimentar no Brasil em favor da queda da segurança alimentar conquistada nas décadas anteriores, conformando assim a existência desse agravamento da fome no Brasil.

Figura 1-- Situação de segurança alimentar do Brasil (%), série histórica



O cenário da insegurança alimentar e fome já se faz presente na vida dos brasileiros há algumas décadas, principalmente se aliarmos esses dados aos estudos de Josué de Castro nos livros “Geografia da Fome (1946) e Geopolítica da Fome (1957)”¹⁰, assim como outras de suas obras e edições anteriores da pesquisa de orçamento familiar. Onde estes estudos imprimem uma temporalidade considerável para incidência deste fenômeno.

Ao contrário de alguns discursos da atualidade que colocam o “surgimento” da fome na cena brasileira como fruto do quadro da Pandemia de Coronavírus (COVID-19). Infelizmente, essa problemática é mais pretérita, em vários cenários brasileiros, principalmente nos grupos mais humildes, a fome nunca deixou de acompanhá-los. Aludimos que a pandemia de fato possui um papel grande nos agravamentos de casos da fome no país, entretanto esta pode ser vista como um catalisador para esse fenômeno, posto que a fome nos acompanha a tempos, de forma invisível, ou melhor recebendo lampejos de visibilidade quando necessário a algum interesse.

Em retorno ao debate sobre a questão da fome, a pesquisa mais recente, conduzida pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede PENSSAN em 2022, como parte do projeto de Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional - VIGISAN. Indica que a insegurança alimentar tem aumentado consideravelmente entre as famílias brasileiras. Conforme os resultados, o número de domicílios com moradores em situação de fome saltou de 9% o equivalente a 19,1 milhões de pessoas, para 15,5% que representa um quantitativo de 33,1 milhões de pessoas em relação ao ano anterior. Esse crescimento significativo representa cerca de 14 milhões de novos brasileiros e brasileiras em situação de fome em pouco mais de um ano (PENSSAN, 2022).

Em um país de dimensões continentais, pode-se observar facilmente dinâmicas históricas, sociais e econômicas diferenciadas, que cunharam as desigualdades no território. Não sendo diferente quando falamos do consumo e produção de alimentos, por mais que a problemática da fome venha se alastrando em todo o território brasileiro, é notável que algumas regiões acabam por sentir os impactos desse cenário com mais pesar.

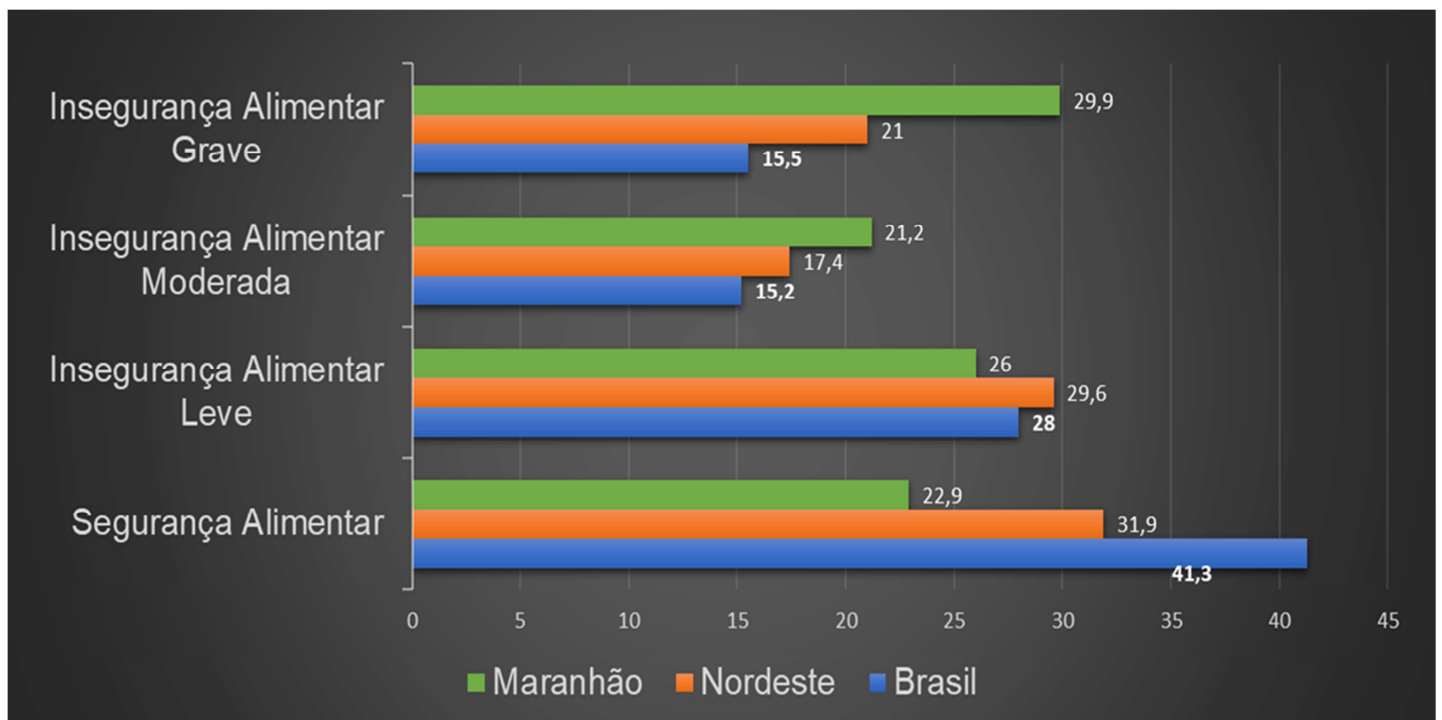
Assim, as principais regiões atingidas por estas chagas são as regiões Norte e Nordeste, onde possuem um longo histórico desfavorável no processo de construção desigual desse país. Observando os dados da pesquisa de Orçamento Familiar para os anos de 2017 e

¹⁰ Ilustramos como exemplo essas duas obras de Josué de Castro, pelo seu peso dentro de sua bibliografia na geografia. Todavia, toda a bibliografia deste autor se faz importante para o entendimento dos cenários de Fome no Brasil, principalmente dentro do recorte temporal entre os anos de 1932 até a atualidade.

2018, pode-se observar um sinal claro desse cenário. O Norte e o Nordeste ficaram abaixo da média nacional, menos da metade de seus domicílios tinham segurança alimentar (IBGE, 2020).

Dos 3,1 milhões de domicílios com insegurança grave, 1,3 milhões estavam no Nordeste, correspondendo a 7,1% dos seus lares. Na região norte esse cenário atingia 10,2% (508 mil) dos domicílios entre os anos de 2017 e 2018 (IBGE, 2020). Corroborando com esse quadro, a figura 02 exposta a seguir, demonstra mais um comparativo dos quadros de (in)segurança alimentar segundo a região Nordeste, o Brasil e o estado do Maranhão.

Figura 2 - Proporção de pessoas das famílias residentes, por situação de segurança alimentar existente no domicílio (%) em 2022



Fonte: II VIGISAN | Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados - 2022.

Observando a figura 2, fica perceptível que comparado com outros panteões administrativos, o estado do Maranhão tem o maior índice de insegurança alimentar grave, superando até o seu próprio índice de segurança. Dentro desta ótica no estado, os impactos destes estigmas graves são maiores até que a situação da alimentação sadia em sua população.

Ainda nesta conjuntura, um dado que inspira preocupações é que a insegurança grave no estado é quase o dobro dos níveis nacionais, o que demonstra que os maranhenses têm mais dificuldades de se manter alimentados que o quadro geral de brasileiros. Considerando os dados detalhados para o Maranhão, podemos observar que dos domicílios do estado somente 22,9% possuem segurança alimentar, em contraponto, 77,1% estão com algum tipo de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022).

Esse impacto diferenciado da fome, não ocorre exclusivamente por critérios como Região administrativa, mas também entre os critérios, como “Raça/Cor”, tendo efeitos mais contundentes sobre populações negras e pardos, cenário este bem forte nas regiões supracitadas. Dentro desta ótica, existem alguns fatores que moldaram e vem moldando esse cenário de fome no escopo brasileiro, como o desmantelamento de políticas públicas, o agravamento da crise econômica, o aumento das desigualdades e o ponto fora da curva para desestabilizar a já frágil situação do acesso e produção de alimento no país, a pandemia da Covid-19. A qual têm contribuído para a persistência da insegurança alimentar em diferentes graus entre mais da metade (58,7%) da população brasileira (PENSSAN, 2022).

Em complemento a esse cenário, podemos elencar para o campo brasileiro, a conjuntura de desigualdade social latente nestes locais, reverberando quadros de conflitos territoriais como fatores de surgimento e manutenção dos quadros de insegurança alimentar e fome nesses espaços, sobretudo afligindo grupos tradicionais. Quando analisado a questão pelo prisma “Rural/Urbano”, podemos observar que os povos do campo têm proporcionalmente menos segurança alimentar em comparação com os indivíduos da cidade, o que parece até um contrassenso, haja vista que no imaginário popular esses grupos são vistos como responsáveis pela produção dos seus elementos de nutrição, os retirando/produzindo-os a partir do trabalho na terra¹¹.

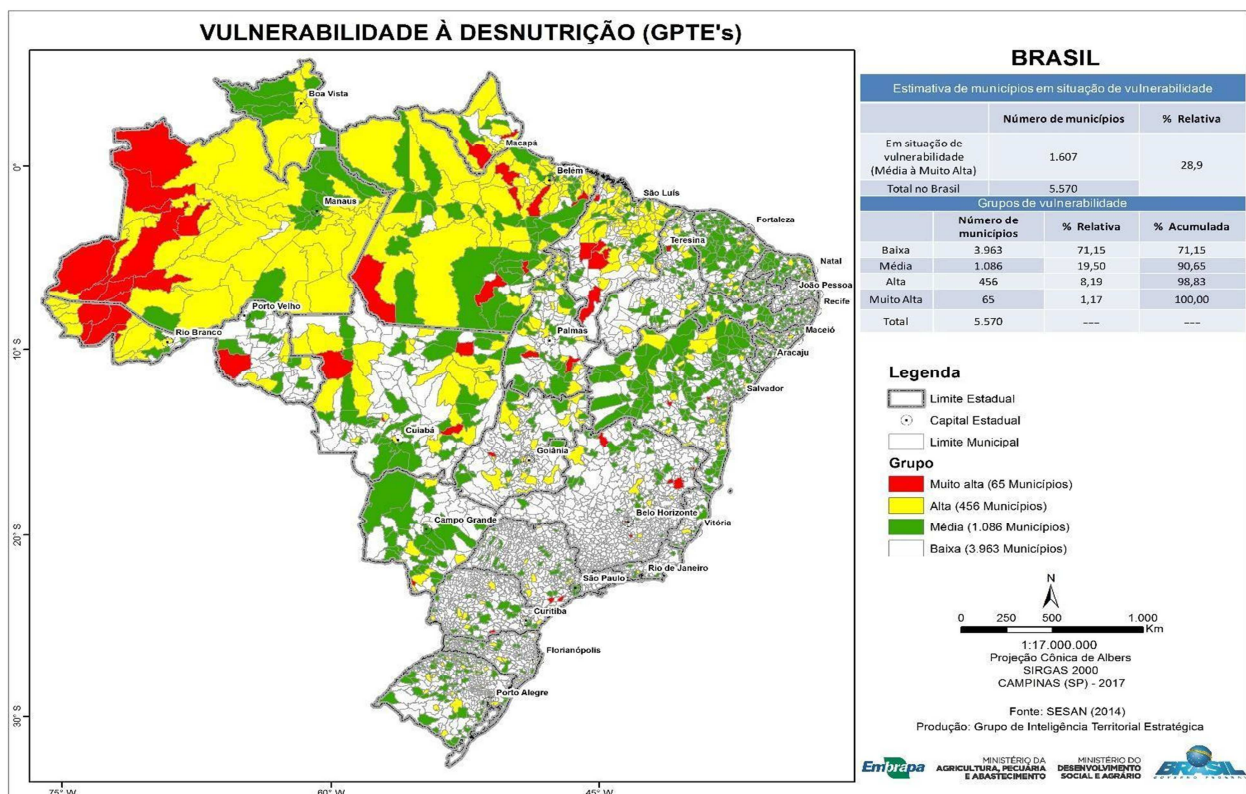
¹¹ Aqui temos algumas ideias e apontamentos interessantes, que merecem destaque, no trecho “os retirando/produzindo-os dá trabalho na terra”. Podemos observar algumas óticas que serão muito revisitadas no decorrer deste escrito, uma delas é a correlação da fome com a força de trabalho, ideia muito empregada nos estudos do autor Josué de Castro. Outro ponto interessante está ligado diretamente com o “retirar e produzir da Terra”, correlação feita intimamente com uma das principais categorias da geografia o Território, vista aqui como elo importantíssimo dos povos e comunidades tradicionais com a produção e a reprodução dos seus modos de vida. Lembrando que para muitos desses grupos o ato de produzir alimentos em seus territórios, vai para além do saciamento de funções fisiológicas e orgânicas. Tem funções sociais, incluindo de resistência a

O cenário do campo brasileiro, assim como o maranhense, é imensamente complexo e o simples fato de residir ou trabalhar no campo não garante por si só, as possibilidades de produção de alimentos para a nutrição satisfatória. Neste quadro, somos sabedores que até aqueles grupos que possuem territorialidades específicas e possuem seu acesso ao “recurso” terra “garantido” por mecanismos legislativos, tem imensos desafios para fazer valer seus direitos de produzir e reproduzir seus modos de vida em seus territórios.

Dessa forma, é possível identificar um cenário de fome e insegurança alimentar muito consolidado no Brasil, assim como apontamentos que mostram os negros e povos do campo como parcelas mais atingidas e vulneráveis a esse fenômeno. Assistindo também a escala crescente da fome, que a cada dia se expande para uma das suas faces mais extremas, dificultando que grande parte da população se mantenha em um contexto de uma alimentação “satisfatória”.

Observando o panorama demonstrado acima, onde fica perceptível que a fome atinge grupos específicos de forma diferenciada, é inevitável o surgimento do questionamento de “como Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs, sobretudo grupos quilombolas, estão inseridos nesta problemática, se assim inseridos em que grau isso os afeta?”. Todo esse cenário parece em um primeiro momento algo distante de povos e comunidades tradicionais, mas infelizmente essa realidade é mais presente em suas vidas do que é imaginado. Como explicado na imagem a seguir.

Figura 3 - Mapa de Vulnerabilidade à desnutrição (GPTE's)



Fonte: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, (2014)

O mapa acima demonstra os municípios brasileiros com Grupos Populacionais Tradicionais Específicos – GPTE's, com vulnerabilidade à desnutrição no Brasil no ano de 2014, e os classifica de acordo com seu risco. Observa-se que há uma grande concentração de polígonos vermelhos, os quais representam o grau muito alto a desnutrição e os amarelos, que por sua vez representam grau alto a desnutrição, localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, corroborando com dados apresentados neste texto.

Nesta informação é importante observar o território dos estados do Pará, Amazonas e Maranhão, os quais possuem uma parcela considerável de seus municípios com índice alto e muito alto de vulnerabilidade à desnutrição.

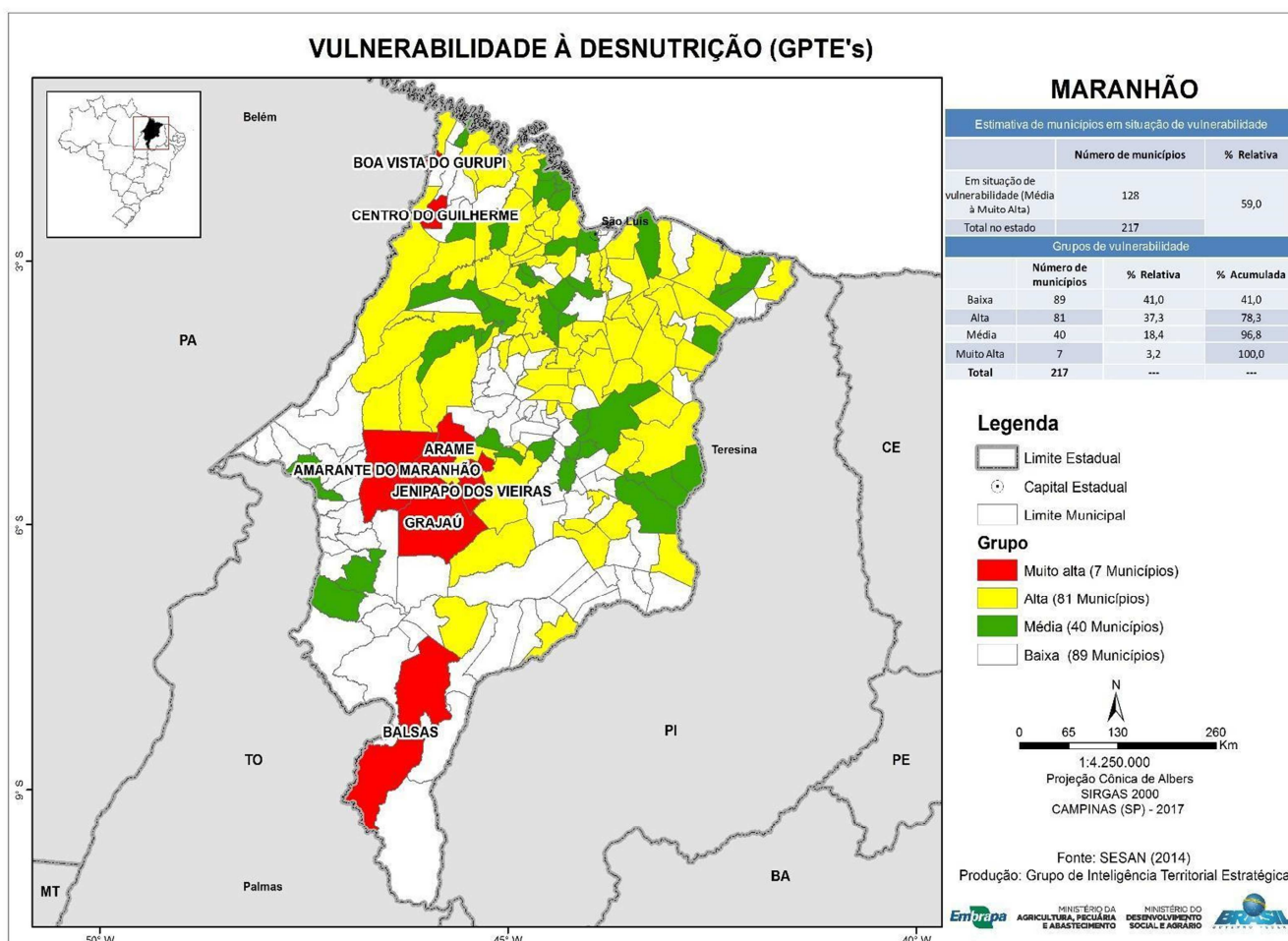
Sendo esses municípios com grande importância regional em suas áreas de localização, em principal os do Maranhão, pertencentes a fronteira agrícola do MATOPIBA¹², responsável por uma parcela considerável das commodities de grãos alimentícios do Brasil. O que aponta um fenômeno contraditório onde a produção de alimento de um país, não assegura alimentação, visto os 33 milhões de brasileiros em estado de fome.

Tomando o número total de municípios brasileiros no ano da pesquisa e comparando com o número de municípios com grau entre “muito alto” e “alto”. Chegamos ao quantitativo de aproximadamente 10% dos municípios brasileiros no ano de 2014 com povos e comunidades tradicionais, com níveis elevados de insegurança alimentar e fome, ressaltando que esses números são de uma temporalidade onde as políticas de combate à fome e desnutrição brasileira estavam ainda surtindo efeitos positivos, dessa forma é provável que esse cenário só tenha se agravado com o passar dos anos para esses grupos.

Na figura a seguir podemos observar o comportamento desses dados no estado do Maranhão.

¹²É uma região, com forte conotação geoeconômica na atualidade, formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a agricultura se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980.

Figura 4 - Mapa de vulnerabilidade à desnutrição (GPTE's)



Fonte: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, (2014)

Observando o mapa do estado do Maranhão fica perceptível que a situação de vulnerabilidade à desnutrição de GPTE's é bastante preocupante. O estado possuía em 2014 mais da metade de seus municípios com índices de vulnerabilidade elevados, atingindo um

total de 88 municípios. Dispersos por todas as regiões do Estado, essa dispersão territorial tem alguns pontos que devem ser considerados, como adensamentos de casos com Alta Vulnerabilidade à desnutrição em regiões conhecidas no Maranhão por sua quantidade de conflitos territoriais abrasadoras, envolvendo povos e comunidades tradicionais, a exemplo da microrregião da baixada maranhense, onde este estudo tem sua ênfase.

Outras duas pontuações importantes que devem ser feitas são os dois blocos em vermelho que se destacam no território maranhense. O primeiro deles é composto pelos municípios de Grajaú, Arame, Jenipapo dos Vieiras e Amarante do Maranhão, essa região possui algumas das principais reservas indígenas do Estado. Reservas estas que possuem problemas envolvendo especuladores nas bordas de seus limites, que na atualidade forçam avanços para dentro dessas áreas causando uma série de tensões entre indígenas e não indígenas. Por fim, o outro bloco em vermelho, é o município de Balsas - MA, um dos maiores celeiros do agronegócio do estado do Maranhão, com as áreas destinadas às populações tradicionais dentro desta municipalidade praticamente incipientes.

Diante dos cenários expostos, é possível conjecturar alguns apontamentos, que reforçam a necessidade do entendimento de como povos e comunidades tradicionais do campo estão envolvidos nesse fenômeno da insegurança alimentar e a fome. Evidentemente, em uma primeira ótica é possível correlacionar essa problemática a estreita relação com os decréscimos das políticas públicas ligadas ao acesso, produção e distribuição de alimento no campo, entretanto também devemos adicionar a essa equação, a forte influência exercida pela conjuntura agrária desigual do campo maranhense. Haja vista que esse cenário tem muita influência no acesso à terra e ao território, impactando consideravelmente a produção de alimentos de povos e comunidades tradicionais no campo maranhense.

Na atualidade, tornou-se notório o cenário preocupante do enfraquecimento de políticas públicas voltadas à alimentação, todavia é importante também entender sobre o contexto histórico que forjou tais “políticas”. Estes instrumentos nasceram a partir de movimentos sociais mobilizados desde os anos 80. Mas no Brasil tivemos avanços mais significativos somente em 2010, o qual provocou a aprovação da emenda Constitucional n.º 64, que inseriu à alimentação no artigo 6º¹³ da Constituição Federal, garantindo os direitos como à “alimentação adequada, o qual consiste no acesso físico/econômico de todos, aos

¹³ CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso continuamente” (CONSEA¹⁴, 2014), esse direito também se estende à água e as suas várias formas de acesso.

Um enfoque interessante que deve ser destacado, é que o direito à alimentação adequada, é um direito que evoca outras circunstâncias para ser instituído, a exemplo da garantia de emprego e da “terra”, desta forma o indivíduo deveria ter condições econômicas através do trabalho e/ou condições sociais para produzir sua alimentação. Instrumentos que presentemente são negados a muitos grupos. Desta forma, analisando o contexto do campo maranhense podemos observar que esse direito a PCT’s, em muitos casos é negado de duas formas, primeiramente pelo não acesso à alimentação adequada e as formas de obtê-la e em segunda forma pela negativa do acesso à terra, fator primordial para a produção de alimento para coletivos tradicionais do campo.

A descrição constitucional deste avanço proporcionado pelo direito a promoção da alimentação adequada no combate à fome, destaca a necessidade de ações interdisciplinares para assegurar o acesso à terra, tanto em áreas urbanas quanto rurais, o acesso aos recursos naturais, incluindo sementes, e o acesso à água para consumo. Além disso, ressalta a importância do fortalecimento de grupos e métodos de produção de alimentos no campo, com abordagens específicas para apoiar esses grupos com base em seus modos de vida (CONSEA, 2014).

Esse descritivo também enfatiza a relevância do ingresso à terra como um fator essencial para a viabilização das políticas públicas de combate à fome e apoio à segurança alimentar, estendendo esse acesso às áreas urbanas e rurais. É importante destacar que essas medidas estão alinhadas com as práticas das comunidades e povos tradicionais. Além disso, ressalta que o direito alimentação e à produção de alimentos deve ser adaptado ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada indivíduo, etnia, cultura ou grupo social (CONSEA, 2014).

Dessa forma, a alimentação digna é um direito que deve ser garantido e preservado a todos, juntamente com os meios para consegui-los. Portanto, observamos que os direitos ligados à alimentação de povos tradicionais, pelo menos no papel, estão garantidos, podendo até ser bem usuais se de fato fossem aplicados e garantidos corretamente a esses grupos.

¹⁴ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O Consea é composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um representante da sociedade civil, indicado(a) entre os seus membros e designado(a) pela Presidência da República. (CONSEA, 2017).

Todavia, assim como um longo histórico de debate sobre a fome, o Brasil também possui um longo histórico de desrespeitos a políticas ligadas ao combate a este fenômeno. Como um dos principais exemplos temos as duas dissoluções do CONSEA, a primeira ocorrendo no ano de 1993, sendo que o mesmo só voltou a ser restituído no ano de 2000, com seu retorno devido à situação insustentável envolvendo fome e miséria ao qual o país se encontrava.

Este conselho sofreu novos ataques, os quais culminaram em uma nova dissolução no ano de 2019, mas que ao contrário da primeira extinção que durou por 7 anos, após várias críticas internas promovidas por órgãos brasileiros e também internacionais, assim como consternação popular. O mesmo foi restituído às suas atividades, mas ainda de forma tímida e enfraquecida.

Analisar somente a cronologia da fome, a historiografia de políticas públicas voltadas à alimentação sadia e os dados de insegurança alimentar, não são suficientes para entendermos a complexidade desse fenômeno. Sobretudo quando adicionamos na equação as consequências da fome no campo, principalmente as sequelas impostas por esta fome sob as comunidades tradicionais, onde o ato de alimentar-se possui outras várias conotações. Indo além de um ato não apenas biológico, mas também social e cultural. Possuindo um significado simbólico para cada sociedade, e para cada cultura (Barroco, 2008).

Após essa breve ambientação sobre temas relevantes para este estudo é necessário entender também seus procedimentos metodológicos, juntamente com uma aclimatação dos conceitos-chave para o bom entendimento do debate e problematizações construídas. Dessa forma, as próximas páginas serão dedicadas à explanação da metodologia deste estudo.

1.2 Caminhos da pesquisa: Percursos metodológicos e conceituais deste trabalho

Em um primeiro momento, podemos entender que o ato de pesquisar um determinado assunto está muitas vezes ligado ao desejo de construir conhecimento e informações sobre um objeto ou fenômeno, em muito motivado pela curiosidade do pesquisador ou inspirado por uma demanda social.

Dentro dessa ótica, o ato de pesquisar impulsionou várias das conquistas e avanços tecnológicos existentes na atualidade. O trecho a seguir da autora Gressler, em sua obra “Introdução à pesquisa” resume bem esse processo compartilhado entre pesquisa e sociedade.

Não há área do conhecimento humano em que a pesquisa esteja ausente. Graças à investigação científica é que surgem tantas conquistas na saúde, nos meios de

comunicação e transporte, na genética, no melhoramento de plantas e animais e no aproveitamento de energia elétrica, entre outras (Gressler, 2003. p. 21).

Diante dessa afirmação, fica claro o papel da pesquisa e da ciência na construção de uma vida melhor ao ser humano. Dando seguimento, pode-se entender que o processo de construção de dados e informações estará estreitamente relacionado de alguma forma com os níveis de conhecimento, sendo estes os conhecimentos empírico, científico, filosófico, teológico, sociológico e jurídico.

Como dissertação, esta tem grande relação com a produção de informações no nível científico, mas não ficando exclusivamente ligada a esse plano, transitando por outras formas de conhecimento a exemplo dos saberes tradicionais representados e personificados pelas vivências e estratégias de reprodução da vida do Território quilombola de Charco.

O reconhecimento e a inserção da produção de saberes de grupos tradicionais são de suma importância para entender o contexto de vida desses coletivos, visto que estes são frutos de vivências e desenvolvimentos desses atores sociais e sua importância deve ser considerada principalmente em pesquisas humanísticas. Dessa forma é imprescindível para essa pesquisa o esforço de concatenar essas duas formas de conhecimento e saberes.

Partindo da busca pelo entrelaçamento dessas formas de conhecimento, temos algumas linhas de diálogo conceituais, que ajudaram a pensar essa relação. Aqui destacamos alguns postulados de Boaventura de Sousa Santos, acerca da Ecologia dos Saberes. Em seus escritos, Boaventura define a ecologia do saber como “o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm” (Carneiro; Krefta; Folgado, 2014, p. 332).

Nesta ótica, este estreitamento posto pela ecologia dos saberes, apresenta uma perspectiva muito viável, visto que o problema dos conflitos territoriais sobre a produção de alimento, suscitando a insegurança alimentar antes de tudo, é uma problemática social. Principalmente para os grupos do campo, atingindo seus processos de resistências, desta forma fica nítida a necessidade de ir para além do entendimento comum.

A ecologia dos saberes, segundo Santos (2004), defende que o conhecimento científico deve ser equilibrado com outros tipos de conhecimento, para corrigir o desequilíbrio criado na primeira modernidade. Esse desequilíbrio se manifesta no abismo entre as ciências naturais e as práticas sociais.

Por muito tempo, o conhecimento científico ignorou os saberes tradicionais, como exemplo, pontuam-se os estudos ambientais que promoviam formas de uso da terra de baixo impacto para populações tradicionais. Esses estudos, muitas vezes, importavam técnicas de

outros locais, sem considerar o conhecimento e o manejo das populações tradicionais das localidades estudadas.

Sendo aporte a essa busca:

A ecologia de saberes, ao se referir à existência de conhecimentos plurais, destaca a necessidade do diálogo entre os saberes científicos e humanísticos, entre os saberes acadêmicos e os saberes populares provenientes de outras culturas e a importância de se confrontar o conhecimento científico com outros tipos de conhecimento. Isto requer a abertura a um novo tipo de diálogo e o estabelecimento de uma nova aliança de solidariedade entre os seres, entre os povos, entre o ser humano e a natureza (Moraes, 2008. p.71).

Interpretando a passagem supracitada, é possível entender a importância de concepções como à ecologia dos saberes para construir um conhecimento mais correlato com a realidade social, e as dimensões de luta e resistência por parte de grupos tradicionais. O que em muito tem relação com a temática abordada nesse processo de dissertação, onde se busca uma análise para além do fenômeno da fome e a produção de alimentos em suas esferas mais abstratas de problematização. Mas sim uma contextualização real dos impactos deste problema sobre povos e comunidades tradicionais e a compreensão das respostas dessas pessoas frente a essa mazela.

Retomando explanações apresentadas nos momentos iniciais deste texto, temos o Território de Charco como facilitador ao trazer algumas das vivências das comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas. Acerca das incidências dos conflitos territoriais gestados nos quadros de desigualdade social do campo, sobre a produção de alimentos dentro do Maranhão. Compreendendo que há uma conexão desse debate com o campo e os povos tradicionais que nele residem.

Há uma grande necessidade da apresentação de alguns conceitos com papel-chave dentro desta pesquisa. Ressaltamos que nesse momento serão apresentados alguns apontamentos desses conceitos, haja vista que muitos deles serão melhor aprofundados e debatidos no decorrer desta dissertação, mas já se fazem necessários apresentá-los para habituar o leitor a essas concepções.

No decorrer desse texto, já foi mencionado a expressão “Povos e Comunidades Tradicionais” ou expressões similares. Entretanto, esse termo é carregado de simbolismo e historicidade. Partindo de uma conceitualização oficial empregada pelo Estado Brasileiro, com o advento do Decreto de n. ° 6.040/2007 encarregado de instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e instituir também o conceito de povos e comunidades tradicionais sobre o prisma do Estado.

Definindo-os como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Ressaltamos ainda a existência de outras siglas dentro do escopo governamental que se entrelaçam com o conceito de comunidades tradicionais, a exemplo da GPTE. Mas para se referir a esses grupos no decorrer deste trabalho será utilizada prioritariamente a terminologia Povos e Comunidades Tradicionais ou sua abreviação PCT's. Todavia, quando houver necessidade também serão utilizadas variações destas expressões como "povos tradicionais, Comunidades Tradicionais e coletivos do campo" preservando o mesmo significado.

Prosseguindo, com este conceito observa-se uma abertura, em muito pautada na busca por garantir a pluralidade destes grupos no Brasil, visto que no país esses coletivos são muito diversificados. Entretanto, há algumas características que os aproximam, e servem como elo para a identificação destes povos em uma coletividade maior, como seus mecanismos de identidade, resistência e reprodução de modo de vida. Como posto no trecho a seguir por Costa (2016), Defensor Regional de Direitos Humanos.

A principal característica dessas coletividades é a resistência cultural e social como base de sua organização e de sua conduta política. A resistência ganha forma na luta cotidiana pela reprodução desses grupos, e não apenas enquanto perpetuação física, mas como manutenção de uma peculiar visão de mundo e de um modo específico de vida material e mental (Costa, 2016, p.02).

Podemos assim observar, que a existência e perseverança desses grupos em seus espaços vão muito além da ocupação física, sendo esta ligada ao seu poder de produção e reprodução do modo de vida. Que passa diretamente pelo produzir, seus alimentos e acesso à água, pela construção de suas religiosidades, lazer e pelas decisões políticas, sociais e locais em seus espaços. Assim, percebemos que para Povos e Comunidades Tradicionais, as buscas e conquistas dos seus direitos vão muito além da questão de assegurar a terra como recurso, e sim um meio de garantia de reprodução da vida.

Este cenário de busca por direitos, endossa mais uma vez a importância de o Território de Charco ser incluído neste debate, muito pelo grande significado da história vivida (sua resistência a conflitos territoriais, luta pelos direitos dos quilombolas, retomada de suas áreas e a superação de chagas físicas e psicológicas contraídas da violência extrema). A partir disso podemos entender como a coletividade de grupos tradicionais, juntamente com seus saberes e valores, formam seu processo de resistência, tanto no

enfrentamento de agentes externos ao seu território, quanto a ausência do Estado e suas políticas públicas.

Tudo isso não desprendido do cenário agrário altamente complexo, envolto a novos e antigos ciclos de conflitos territoriais promulgados na atualidade pelo agronegócio e pela financeirização do campo por grandes empreendimentos agrícolas existentes no estado do Maranhão. O território de Charco também nos apresenta outro fiel desta balança, apontando como PCTs, sobretudo quilombolas, se organizam frente a toda adversidade e resistem pelo direito de existir, assim alcançando e acessando vários de seus direitos.

Prosseguindo, o conhecimento científico também possui importantes contribuições para a conceitualização desses grupos, e no âmbito do debate científico uma preocupação dos pesquisadores que deve ser destacada, seria a percepção de homogeneização por parte do Estado, desses grupos via conceitos/termos generalistas como “Povos e Comunidades Tradicionais” como dito anteriormente.

De fato, orientações mais amplas dos termos ligados a “Povos e Comunidades Tradicionais” pode em um primeiro momento apontar para uma uniformização desses grupos sobre um único prisma social e identitário, invisibilizando suas características próprias como grupos sociais distintos.

Ciente dessa adversidade e também respeitando práticas de autoidentificação desses grupos, adota-se nesta dissertação o conceito para trabalho “Povos e Comunidades tradicionais” como posto anteriormente, mas sempre que possível e necessário, ressaltamos as identidades Quilombolas das comunidades de Charco. Visto que esta é sua maior identificação enquanto grupo social e assim também respeitamos seu processo de reconhecimento como tal classe.

Interpretando as proposições oriundas do arcabouço teórico sobre “povos e comunidades tradicionais” e termos semelhantes, fica evidente a dificuldade de escolha para um conceito que englobe todas as especificidades desses grupos, assim como saber qual conceito seria mais usual e mais correlato a esses coletivos.

Dentro desse cenário destacamos o trecho a seguir:

Apesar de não existir um consenso formal em relação a um conceito definitivo, é importante destacar que os termos “populações tradicionais” e “comunidades tradicionais” são permeados de diversos aspectos semânticos e cenários múltiplos, o que admite diferentes apropriações conceituais. Contudo, existem características que permitem uma melhor compreensão das questões que estão inseridas no cenário que envolve os grupos que são contemplados nessas definições e, conseqüentemente, que influenciam a determinação de um conceito coerente com uma dada realidade (Castro, 2016, p. 54-55).

O trecho acima demonstra justamente a questão da pluralidade envolvendo o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais, uma consequência inerente a pluralidade destes grupos em um território tão extenso quanto o brasileiro. Recheado de relações e dinâmicas sociais diferenciadas que em consonância constroem as particularidades desses grupos. Analisando esse cenário podemos entender estas conceitualizações, como formas de acessar esses vários modos de vidas e grupos diferenciados.

Haja vista, que no Brasil vários grupos podem ser considerados “tradicionalistas” dependendo do enfoque teórico e conceitual, desta forma deve-se entender que algumas problematizações como conflitos sociais, fome e a produção de alimentos deficitária atinge esses grupos sociais em um contexto mais amplo, por isso a necessidade de uma categoria mais geral, sendo esta operacionalizada para essa dissertação como “povos e comunidades tradicionais”.

Evidentemente, o fenômeno da fome atinge os grupos no âmbito local de forma diferenciada. Quilombolas sentem este fenômeno de uma forma diferente, de povos indígenas e ribeirinhos, por exemplo. Por isso é importante dentro do escopo deste trabalho deixar claro, que embora se tenha optado pela categoria macro utilizada pelo Estado para definição desses coletivos do campo.

Não se deixou de lado o processo de autoafirmação e identificação enquanto grupos étnicos e sociais únicos, porque em linhas gerais uma categoria não exclui a outra. Todavia, evita a homogeneização de suas características individuais. O território de Charco não se desprende da categoria de comunidade tradicional, quando se identifica como quilombola. Só reforça sua crença, cultura e relações sociais que os identificam como tal categoria social.

Dentro desta ótica, é necessário entendermos também mais sobre os conceitos de quilombo e quilombola.

A partir de Munanga (1996) podemos entender a origem da expressão quilombo, como:

Seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (Munanga, 1996, p 58).

O fragmento apresentado aborda a origem da palavra "quilombo", que se acredita ter raízes nas línguas umbundu /bantu, em particular nos povos bantu. A presença e significado da palavra no Brasil estão ligados a determinados ramos desses povos trazidos como escravos para este país. Os grupos mencionados, como Lunda, Ovimbundu, Mbundu, Kongo e

Imbangala, têm seus territórios originalmente localizados em regiões que hoje compreendem Angola e o Zaire.

Esses grupos étnicos traziam consigo suas línguas, tradições, e, possivelmente, a palavra "quilombo" como parte de sua herança cultural. No contexto brasileiro, a palavra "quilombo" se tornou associada às comunidades formadas por escravos fugitivos que buscavam refúgio e autonomia em áreas remotas e muitas vezes de difícil acesso, onde poderiam viver fora do controle das autoridades coloniais e escravagistas. Portanto, essa interpretação destaca a ligação histórica e cultural entre os povos negros, suas palavras e a formação das comunidades quilombolas no Brasil.

Ainda sobre a compreensão de Munanga (1996) sobre os significados da palavra quilombo, podemos entender que embora a palavra "quilombo" (ou "kilombo") tenha origem na língua umbundu/bantu, como destacado. Seu significado como uma instituição sociopolítica e militar é o resultado de uma complexa narrativa que envolve diversas regiões e grupos. Essa história é marcada por conflitos pelo poder, divisões dentro dos grupos, deslocamentos em busca de novas terras e alianças políticas com outros grupos sociais tanto na África quanto em territórios brasileiros. Ressalta-se a diferenciação do entendimento e papel social do quilombo entre África e Brasil.

No Brasil, desde o regime escravista dos povos negros no país e também após a “libertação”, foi aplicado ao termo quilombo o significado de áreas onde ocorreram significativas concentrações de grupos negros e posteriormente as ocupações de seus descendentes que insurgiram contra o domínio colonial. Como exemplificado no trecho a seguir:

A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, mas somente em 1740, em 2 de dezembro, assustadas frente ao recrudescimento dos núcleos de população negra livres do domínio colonial, depois das guerras no Nordeste, no século XVII, as autoridades portuguesas definem, a seu modo, o que significa quilombo: ‘toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles’ (Nascimento, 2021, p 152).

Esse significado perdurou por algumas décadas como identificação comum sobre esse termo quilombo, e tomando como referência histórica é possível ainda o percebê-lo. Entretanto, o termo quilombo vai para além do entendimento de um local, uma porção de terra para o refúgio dos negros no sistema escravocrata brasileiro.

Temos o entendimento da instituição Quilombo, segundo Nascimento, 2021, como um instrumento que desempenha um papel significativo no reconhecimento da identidade negra no Brasil, promovendo uma maior autoafirmação étnica e nacional. Sua existência como uma

alternativa ao sistema ao qual os negros eram moralmente subjugados sugere a possibilidade que instituições similares possam desempenhar um papel no presente, juntamente com outras manifestações que fortalecem a identidade cultural.

No Estado Brasileiro, assim como para a denominação de PCTs, temos a existência de um arcabouço oficial para subsidiar o termo quilombo e os direitos conferidos a esses grupos, e também ressignificando esses temas. Esse processo deu-se a partir da Constituição Federal de 1988, em que o termo quilombo teve seu conceito ampliado, de modo que na atualidade é considerado toda área ocupada por comunidades remanescentes dos antigos quilombos (Sousa, 2012).

Nesta mesma linha, tivemos também um acréscimo para termos como mesmo valor semântico de quilombola, como a expressão “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Como posto no decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, como os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

Para O’Dwyer (2002), o aparecimento e revitalização destes termos vem solidificar o acesso de direitos a grupos negros autointitulados Quilombolas dentro dos instrumentos legislativos do Estado brasileiro, a autora credita que a inclusão deste termo na legislação possibilitou também a pleitos territoriais, permitindo, “através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social” (O’Dwyer, 2002, p. 13).

Outro ponto que deve ser ressaltado com o reavivamento destes termos, é a aproximação da autodeclaração étnica dos grupos negros do campo como parte da sociedade, não sendo mais uma categoria invisibilizada econômica, socialmente e com direitos reconhecidos. Por fim, o último ponto de destaque envolve os critérios de demarcação destes coletivos negros que serão embasados em suas territorialidades, sendo estas apontadas pelos próprios grupos, como forma de garantia de suas reproduções físicas, sociais, econômicas e culturais (BRASIL, 2003), desta forma grupos quilombolas, enquanto organização social decidem e identificam quais elementos são necessários para manter seu modo de vida enquanto grupo.

Após ambientação sobre as terminologias de povos e comunidades tradicionais e os referentes a grupos quilombolas, podemos lançar olhares para outros elementos importantes para a ambientação dentro deste trabalho, sendo ele o conceito de território. Com o território

temos uma categoria com vasto lastro teórico dentro do conhecimento geográfico, que passou por um amplo debate com o desenvolvimento desta ciência.

Dentro dessa ótica, o território e o acesso ao mesmo têm papel primordial na garantia da alimentação adequada. Entretanto, é necessário alicerçar o conceito sobre o território nesse texto para esclarecer alguns conectivos entre a problemática da fome e a produção de alimento que serão introduzidos a frente neste texto.

O território sobre a ótica de Raffestin (1993) está associado a uma reordenação do espaço, na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma “cultura”. Sendo assim, a “territorialização” do espaço ocorre pelos processos de “apropriação”, seja ela concreta ou simbólica.

Ressalta-se que para o entendimento do autor supracitado, espaço e território não são equivalentes, e o primeiro antecede o segundo. Onde o território seria o resultado de “uma ação conduzida por um ator sintagmático, aquele que realiza um programa ou ação, em qualquer nível e não somente o Estado (Raffestin, 1993, p. 143).

O pensamento de atribuir a ação de territorialização a outras formas de transformar o espaço que não somente a questão concreta, oficial, mas também a questão simbólica e cultural, permite uma leitura do processo de modificação do espaço em território construído por povos e comunidades tradicionais no Maranhão de forma mais coerente.

O conceito de território utilizado por Raffestin (1993) é importante para a compreensão desta categoria. Entretanto, podemos melhor compreendê-la, se aliarmos o conceito do referido autor, ao arcabouço conceitual desenvolvido por Haesbaert (1997) propiciando assim, uma boa base para pensar o território na sua totalidade. Para o autor, “o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também como uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e afetiva” (Haesbaert, 1997, p. 41).

O alinhamento com o trecho acima, entrega um entendimento mais coeso de como a questão territorial é extremamente complexa, ajudando a pensar outras dinâmicas de conformação do território que vão além dos instrumentos de força e poder propriamente ditos (legais ou não). Assim pode-se destacar que a construção de um território se dá de várias formas (Raffestin, 1993) e os mesmos são entendidos de formas diferentes (Haesbaert, 1997) por seus atores sociais.

Diante disso, as formas de construir e entender dependem dos agentes transformadores do espaço geográfico, assim como as suas relações com o seu entorno e com os usos econômicos e/ou sociais dentro destes espaços. Essas ações transformadoras em

alguns casos também serão pautadas nos laços simbólicos, de identidade com espaço e afetividade.

Dentro desse cenário, os povos e comunidades tradicionais são grandes transformadores do espaço geográfico por meio de ações mais simbólicas, identitárias e emocionais. Dessa forma podemos sistematizar o campo como um espaço de interesses, e muita das vezes de interesses distintos, que acabam por imprimir no território disputas e enfrentamentos oriundos desses choques de visões.

Por fim, torna-se importante apresentarmos o conceito empregado pelo estado, quando trabalhado o tema sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais. O estado brasileiro admite como Territórios Tradicionais, os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (Brasil, 2007). Um conceitual que como vimos anteriormente anda em alinhamento com vários direitos dos PCTs.

Todavia, por mais que seja observado na letra da lei esses direitos adquiridos e os diálogos entre esses vários instrumentos legais, ora tratando do acesso à terra, do direito à reprodução de seus costumes e até mesmo a garantia dos meios a produzir a alimentação, ainda é notório que muitos destes direitos são desrespeitados.

Diante do cenário apresentado, se faz necessário tratarmos sobre os enfrentamentos envolvendo povos e comunidades tradicionais. Um dos principais motivos dessas disputas seria a busca pelo acesso à terra. Esses eventos interferem na formação e manutenção dos territórios, principalmente em locais ocupados por esses coletivos. Dessa forma, para entender como a fome atinge comunidades quilombolas, é necessário agregar a esta discussão os conceitos de conflito e conflitualidade.

Visto o histórico do campo maranhense, com problemáticas oriundas de conflitos territoriais envolvendo grupos tradicionais em praticamente todas as regiões do Estado. Assim como seu potencial em agredir as áreas de produção de alimentos desses grupos. Então esse momento será dedicado para uma breve contextualização dos conceitos supracitados e como estão empregados dentro da questão agrária e das relações sociais que compõem o campo. Primeiramente é importante entender o porquê do uso dos dois conceitos nessa dissertação. Trabalhar somente o conceito de conflito territorial estaria reduzindo o real sentido dessa problemática, como afirmado por Fernandes (2004):

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou

entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito (Fernandes, 2004, p. 2).

Ressalta-se que esse processo de conflitualidade envolve todos os tipos de violências, como as violências físicas, econômicas, psicológicas e emocionais. Minando a resistência e força dessas populações nas lutas sociais pelo acesso aos seus direitos. Seguindo o apontamento de Santi (2011), e embasado em seus estudos com povos originários, o processo de desenvolvimento de conflitos territoriais com populações tradicionais são constituídos por processos históricos e políticos diversos cunhados por agentes sociais. Trazendo essas análises para o universo de grupos tradicionais do campo maranhense, temos para esse processo histórico as oligarquias políticas e econômicas voltadas ao agro que por anos especulam e forçam avanços sobre essas áreas.

Seguindo a ótica de Santi (2011) podemos entender que o fenômeno do conflito e suas relações de causas não são estáticas, é possível perceber uma certa dinamicidade em sua constituição, evidentemente oriunda das motivações, compreensões e interesses dos atores sociais envolvidos nestes eventos. Para melhor compreender essa dinamicidade podemos nos alicerçar com o entendimento de Fernandes, 2004, p 2 sobre a conflitualidade, observando esta como “um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo”.

Consoante com o autor, apontamos:

O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais (Fernandes, 2004, p. 2).

Nestes termos, os conflitos territoriais são fenômenos dotados de temporalidade e dinâmica, influenciados pelas conjunturas sociais do campo, não surgindo de um limbo social, mas sim aparecendo como resultado de dinâmicas oriundas das desigualdades sociais. Ainda tratando sobre a questão dos conflitos no estado do Maranhão, torna-se válido visitar alguns dados que apresentam a situação do campo maranhense dentro desta temática.

Com base nos dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT em seu Caderno de conflito no Campo - Brasil 2022, podemos elencar que no Nordeste, os estados do Maranhão e a Bahia destacam-se como os Estados com o maior número de conflitos rurais nos últimos 4 anos, envolvendo conflitos por terra, água, trabalho escravo e outras categorias. Estudos têm mostrado que a vegetação nativa do Cerrado, presente nos

chapadões que abrange o Oeste da Bahia, Sul do Piauí e do Maranhão, está sendo desmatada para permitir a expansão das áreas de cultivo de soja.

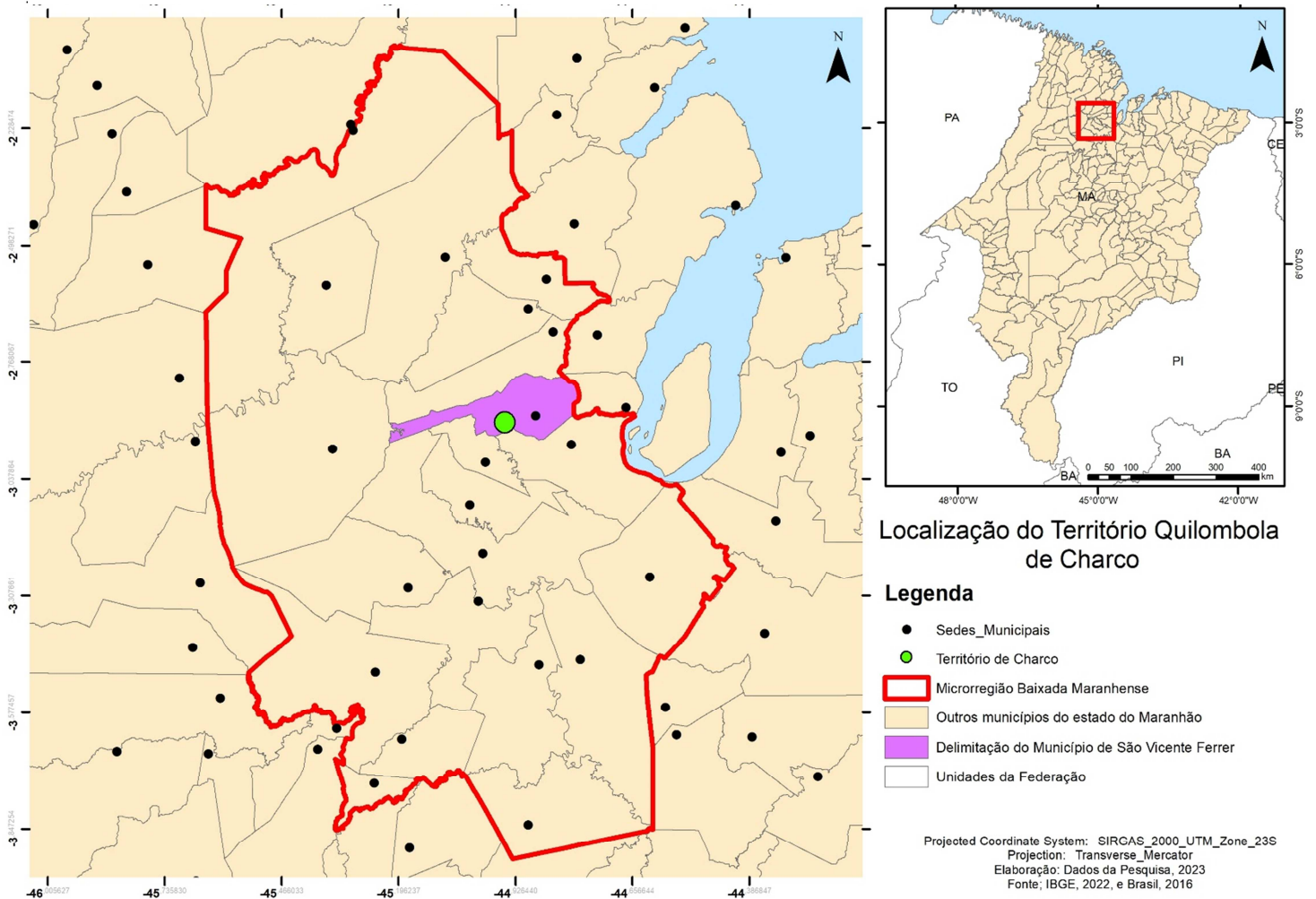
Prosseguindo, temos:

A média de registros anuais de conflitos por terra e água, durante os anos de 2019 a 2022, ter sido superior à média registrada nos anos anteriores (2013 a 2018), a espacialização dos dados aqui reunidos demonstra claramente que tais conflitos se concentram em regiões onde avança a fronteira agrícola e mineral: Norte e Nordeste, regiões em que se situam os estados que compõem o arco do desmatamento (do oeste do Maranhão ao Acre), e o MATOPIBA, uma sigla para a delimitação territorial criada por órgãos de governo com o intuito de estimular atividades agropecuárias e de mineração nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (CPT, 2022, p. 24).

Apoiando-se nestes dados é possível observar que o estado do Maranhão, possui um destaque negativo dentro desta temática. Como demonstrado na atualidade, as áreas que possuem maiores incidências destes fenômenos correspondem a fronteira agrícola do MATOPIBA, que se iniciou no sul do estado e expandiu-se para o norte seguindo as manchas de cerrado existentes no Maranhão, lembrando que algumas dessas manchas encontram-se nas áreas de Amazônia legal.

Todavia, outros ciclos de conflitos já existiam em território maranhense,

Figura 5 - Localização do Território Quilombola de Charco



principalmente localizados no bioma amazônico, tendo como agentes sociais grupos tradicionais e empreendimentos voltados às atividades agropastoris. Dentro deste cenário destacamos a microrregião da Baixada Maranhense conhecida por intensos casos de conflitos por terra envolvendo grupos tradicionais, sobretudo indígenas e quilombolas, onde está localizado o território de Charco, como demonstrado no mapa a seguir.

Fonte: IBGE, 2022

Nessa microrregião e áreas adjacentes, destacam-se situações de tensões territoriais que geraram conflitos com grandes impactos locais, como o município de Alcântara, onde ocorre a tensão entre grupos quilombolas e o Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, além dos conflitos com o povo originário da etnia Akroá Gamella nas proximidades dos municípios de Viana, Matinha e Penalva. Também são evidentes os episódios de tensão relacionados ao território de Charco, situado em São Vicente Ferrer, que, como discutiremos

adiante, enfrentou diversos casos de violência e restrição de direitos das comunidades quilombolas lá residentes.

Até aqui, foram apresentados conceitos cruciais para o entendimento do tema desta dissertação, contribuindo para a compreensão da produção de alimentos em áreas de conflito territorial e do papel do território como garantidor dessa possibilidade para povos e comunidades tradicionais. No entanto, é necessário abordar os conceitos relacionados ao tema central deste trabalho, como a Fome e a Insegurança Alimentar. O próximo capítulo desta dissertação será dedicado a discutir a fome em vários aspectos, com foco na evolução desse fenômeno e sua natureza como problemática social. Diante deste quadro, optou-se por apresentar esses conceitos no próximo capítulo, evitando redundâncias.

1.3 Aportes e procedimentos da pesquisa

Após contextualização inicial das ideias importantes na construção deste trabalho, torna-se necessário retornarmos às explicações dos métodos aplicados para o desenvolvimento e apoio das considerações alcançadas nesta pesquisa.

Entretanto, antes de prosseguir é interessante compreender o que é uma pesquisa. O que parece uma indagação simples de se responder. Mas esse termo possui vários sinônimos e dependendo do contexto em que é aplicado pode gerar inúmeras interpretações. Buscando o entendimento do que é uma pesquisa, iniciamos essa explanação com o conceito demonstrado a frente.

Segundo o entendimento de Castilho (2014), define-se a pesquisa como:

O conjunto de procedimentos sistematizados, baseados em raciocínio lógico, na busca de soluções para os problemas nas diversas áreas, utilizando metodologia científica. É o desenvolvimento efetivo de uma investigação bem planejada, feita e redigida seguindo as normas metodológicas provenientes da ciência. Usualmente, a pesquisa surge de uma dúvida, que por sua vez leva à formulação de um problema que deverá ser resolvido por meio da utilização de um método científico (Castilho; Pereira, 2014, p. 17.).

O trecho apresentado acima possui um olhar bem acadêmico e técnico sobre o que seria uma pesquisa. Porque por muito tempo o ato de pesquisar foi entendido como um conjunto de procedimentos. Em uma analogia bem popular, uma “receita de bolo”. Somos sabedores, que em alguns campos de conhecimento essas práticas são muito usuais e aceitáveis.

Até mesmo dentro do conhecimento geográfico, um exemplo que podemos atribuir esse quadro são as pesquisas voltadas ao uso instrumental de ferramentas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. As quais buscam o desenvolvimento de novas técnicas e usos

destes processos. Entretanto, quando falamos de pesquisas voltadas às temáticas sociais, no estudo das relações entre homem e natureza, o cenário deve ser diferente, os procedimentos e métodos devem ser mais adaptativos e dinâmicos, haja vista que o objeto de análise também é mais ativo e orgânico.

Segundo Goldenberg (2004), a pesquisa vai além dos procedimentos metodológicos, exigindo criatividade, disciplina, organização e modéstia, confrontando o possível e o impossível, um processo de construção entre o conhecimento e a ignorância. Desta forma sendo não somente uma busca estática por respostas. Parafraseando a autora, podemos entender a pesquisa como algo com certo nível de imprevisibilidade, sendo esta, um processo que demandará do pesquisador sempre um estado de atenção, em virtude de seu conhecimento limitado sobre as dimensões de seu objeto de estudo (Goldenberg 2004).

Mediante esse cenário, por mais que exista sempre o desenvolvimento e uso de procedimentos, e métodos científicos que já foram utilizados em outros estudos, as respostas a esses processos tendem a apresentar diferenciações de resultados. Visto a distinção do objeto estudado, dinâmicas envolvendo o mesmo e outros fatores. Demandando do pesquisador sempre uma observação atenta aos seus resultados e modulando sua pesquisa na busca de resultados mais reais.

Após a compreensão, do quão dinâmico pode ser o processo de uma pesquisa e seus diferentes resultados partindo de um mesmo ponto, faz-se necessário um pontapé inicial para esse estudo. Este marco inicial fica a cargo da problemática formuladora. Estamos diante do ato de pesquisar casos ligados a uma problemática ou dinâmica social. Neste estudo, esse ato apresenta-se a partir do fenômeno de insegurança alimentar em comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas no Estado do Maranhão. Esta é a questão que suscitou inicialmente todo esse processo de construção de conhecimento apresentado nesta dissertação.

A partir da apresentação da problemática formuladora, constrói-se a hipótese desta pesquisa com intuito de buscar o entendimento de como povos e comunidades tradicionais, principalmente grupos quilombolas do território de Charco residentes do município de São Vicente Ferrer - Maranhão, encontram-se em estado de insegurança alimentar. Condição esta compartilhada por vários outros grupos quilombolas e comunidades tradicionais no Estado. Investiga-se assim, se conflitos agrários vividos por essas comunidades influenciavam esse cenário de penúria alimentar.

Entretanto, após revisões na literatura, reflexões e debates sobre essa problemática, direcionou-se a linha de investigação para a análise das condições e acesso à produção de alimento para esses grupos, observando dentro dessa nova ótica o papel do território e seus

“recursos”. Haja vista, sua função importantíssima para a manutenção do modo de vida e da cultura desses coletivos, tendo a insegurança alimentar e fome como consequências dos desalinhos deste quadro.

Desta forma, com o este enfoque fica evidente a importância de compreender o papel dos conflitos territoriais e suas reverberações sobre o acesso à alimentação digna, visto o alto índice de conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais no estado do Maranhão. Muitos destes que incidem diretamente sobre os meios de produção de alimento destes coletivos.

Além do objeto de problematização e a formulação da hipótese para a construção desta pesquisa, foram elaborados os procedimentos de levantamento dos dados. Com isso, escolher qual o método deve ser utilizado no decorrer do estudo é muito importante, pois nele estarão direcionados os rumos a serem tomados no dimanar do estudo. Dentro desse cenário, como método de pesquisa para subsidiar a análise desta dissertação na busca de respostas sobre o fenômeno da fome em grupos tradicionais, foi escolhido o método qualitativo.

Para iniciar a contextualização do método qualitativo, recorreremos a Triviños (1987) que esclarece, que no referido método seguimos a mesma trajetória de uma investigação. Começamos pela seleção de um tópico ou problema e, em seguida, realizamos a coleta e análise de informações. Todavia, o método qualitativo vai além de um simples roteiro investigativo. Este é um método bem versátil, permitindo ao pesquisador o uso de muita criatividade para conduzir os caminhos de sua pesquisa, proporcionando ao mesmo uma boa aproximação do seu objeto de estudo.

Seguindo com a explanação sobre o método qualitativo temos a contribuição de Maanen (1979) que diz:

A expressão ‘pesquisa qualitativa’ assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Esta tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (Maanen, 1979, p.520).

Como enfatizado no fragmento acima, podemos observar como o método qualitativo é bastante acionado, tendo seus usos em várias áreas das ciências sociais e humanas, inclusive dentro da geografia. Embasando vários estudos sobre temáticas variadas. Isso se dá em muito pela capacidade desse método em criar formas de entendimento de fenômenos sociais complexos.

Em continuidade, este método é descrito como “uma atividade situada, que localiza o observador no mundo” (Denzin & Lincoln, 2006, p.17). Esta fala está relacionada com o poder de interpretar relações sociais dos indivíduos, transportando assim o pesquisador para dentro da vivência do objeto estudado, este é um dos pontos mais fortes do método qualitativo.

A abordagem qualitativa dialoga perfeitamente com a investigação aqui desenvolvida, vista a complexidade da temática estudada, como também a necessidade de entender para além dos dados estatísticos sobre os impactos do fenômeno da fome sobre povos e comunidades tradicionais no estado do Maranhão. Assim como entender como esses grupos se sentem com isso e reagem a esse cenário, dentro desse processo oportunizando a esses coletivos a possibilidade de contextualizar seus mecanismos de resistência a todo esse panorama.

Observando as definições aqui expostas, a pesquisa qualitativa se mostra uma ferramenta formidável para desenvolver estudos voltados aos conceitos apresentados anteriormente neste documento. Já que a mesma possibilita entender de forma minuciosa características de problemáticas sociais complexas, assim como o cenário investigado no decorrer desta pesquisa, traçando pontes entre o concreto e o simbólico.

Sobre a pesquisa qualitativa, Paulilo (1999, p. 135) diz que esta forma de pesquisa: “[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos”. Sob essa perspectiva, fica nítida a aplicabilidade do método qualitativo dentro do escopo deste estudo, visando entender a complexidade da fome frente ao Território de Charco.

Para o estudo em tela, a abordagem qualitativa acrescenta a um debate cheio de tramas complexas, oriundos das disputas no e pelo território e seus impactos na produção de alimentos na localidade de Charco. Um caminho coerente para seguirmos na investigação dessa temática sem deixar de fora nenhum dos processos que constroem e reconstroem as territorialidades e modo de vida destes grupos. Pois se ressalta que por mais que a face dessa problemática ecloda no território, suas raízes estão espalhadas por várias instâncias, que vão desde o contexto mais local até ações globais.

Dentro desse cenário, visando entender além dos “Porquês” esses fenômenos acontecem nestas comunidades, mas também identificar os interesses por trás do fenômeno da fome em grupos tradicionais. É necessário um aporte metodológico que permita transitar

entre a teoria aos dados, do contexto à ação, do simbólico ao concreto como o método qualitativo.

Seguindo no entendimento das práticas desta pesquisa, somos sabedores que os métodos de pesquisa envolvem uma gama de variações de técnicas, das quais se pretende compreender e captar informações de determinado tema. No ato de realização de uma pesquisa científica, a captação de dados e informações é algo muito importante, sempre havendo a necessidade de levantamento destas informações para compor o lastro informacional de um estudo.

Isto posto, com base na interpretação dos escritos de Lakatos e Marconi (2009, p. 176), podemos conceber a aquisição destas informações de diferentes formas. Podendo ser usadas as técnicas de documentação indireta, prática que corresponde às pesquisas documentais e pesquisas bibliográficas. Outra modalidade é a técnica de “documentação direta” correspondente às pesquisas de campo, experimental e de laboratório, havendo também as técnicas de observação direta intensiva, identificadas como observação e entrevista.

Mediante a apresentação das técnicas de captação de dados apresentadas acima, esta pesquisa optou por ministrar ferramentas das duas vertentes. Visto o potencial dessas técnicas para construção de uma pesquisa coerente com a realidade estudada. A primeira técnica aplicada foi a documentação indireta compreendendo a ferramenta de pesquisa documental e bibliográfica.

Esta técnica de pesquisa foi elencada, para estabelecer e construir conceitos que foram considerados chaves para o desenvolvimento desta dissertação e que baseiam todo esse processo de estudo, assim como subsidiam o acesso a informações documentais existentes sobre a temática. Contribuindo de forma contundente na construção da historiografia do fenômeno da fome no âmbito mundial, ao nível de Brasil e Maranhão, como também nas comunidades tradicionais.

A presente dissertação direcionou seu foco, na busca aprofundada e alinhada de referenciais teóricos fundamentais para o entendimento de temas essenciais para sustentar uma análise abrangente dos conflitos, produção de alimentos, (in)segurança alimentar e Território. No campo dos estudos territoriais, destacam-se as contribuições de Raffestin (1993) e Haesbaert (1997, 2002 e 2008), cujas abordagens fornecem entendimentos valiosos para compreender a dinâmica territorial. Em relação às Lutas no Campo, Conflitos Agrários e Comunidades Tradicionais, obras de Fernandes (2004), Diegues (2003) e Almeida (2008) constituíram bases sólidas para o entendimento dessas questões complexas.

Além disso, explorou-se profundamente o tema da fome e insegurança alimentar, com referências fundamentais como Josué de Castro (1964, 1968 e 1973), Maria do Carmo Soares de Freitas (2002 e 2003) e Ricardo Abramovay (1991). Suas obras emblemáticas, ‘Geografia da Fome’, ‘agonia da fome’ e ‘O que é a fome?’, oferecem bases cruciais sobre esse fenômeno. Importante ressaltar que, ao longo da pesquisa, outras fontes literárias foram incorporadas para fortalecer e enriquecer essa fundamentação teórica de forma coerente.

Dentro da pesquisa documental e bibliográfica, também foram realizados os levantamentos dos dados estatísticos acerca da temática da fome, tanto no âmbito de Brasil, para subsidiar debates mais gerais, quanto no âmbito do Maranhão, não se restringindo somente ao levantamento de dados textuais e teóricos, como também construindo dados, a partir de informações e tabelas estatísticas para o tema.

Os principais dados utilizados para a elaboração de informações foram retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, a partir de sua plataforma SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, onde se captou dados sobre a produção e o quantitativo de alimentos no Brasil e também por estado. Objetivou-se com esses dados alicerçar o debate acerca da produção e distribuição de alimentos no Brasil.

Outra informação importante retirada do IBGE, foram os dados da pesquisa de Orçamentos Familiar anos 2017-2018. Este estudo propiciou dados recentes sobre a temática do acesso à alimentação no Brasil e suas regiões, enfatizando a análise da segurança alimentar no Brasil, o consumo alimentar pessoal do brasileiro, por fim, a avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil.

Estes dados foram importantes para entender a situação da fome no país e como ela atinge suas regiões. Cabe ressaltar que esse estudo possui dados de edições anteriores, com início da coleta a partir do ano 2002, permitindo assim o comparativo temporal da situação da fome e seus derivados no Brasil.

Seguindo com o levantamento de dados para compor informações e bibliografia deste escrito, foi incorporado aos estudos informações da base de dados do Mapa de Insegurança Alimentar Nacional, coordenado pelo CONSEA. Esses dados, assim como os outros citados anteriormente, levam em consideração estudos sobre a fome, insegurança alimentar e nutricional do Brasil.

Entretanto, essa base de dados detalha suas informações por municípios, possibilitando um estudo mais minudenciado dessa problemática. Carregando consigo um detalhamento específico da problemática da fome em povos e comunidades tradicionais, o

qual é importante para entender alguns aspectos da insegurança alimentar dentro destes grupos.

Continuando com a explanação desta metodologia, dedicamos este momento à apresentação da elaboração da atividade de campo. No contexto do território quilombola de Charco. Esse território possui uma ampla bibliografia, documentando sua historicidade, processos de luta e resistência no campo, que foi levantada em etapas anteriores. Principalmente em fontes como o Movimento Quilombola do Maranhão, na Teia de Povos e Comunidades Tradicionais, bem como em entidades de acompanhamento do cenário rural, como a Comissão Pastoral da Terra - CPT, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, e a Fundação Oswaldo Cruz, por meio do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde – NEEPES, utilizando as informações do "Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil".

Destacamos os dados e informes produzidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questão Agrária - NERA, que desempenharam um papel crucial na produção de informações e no acompanhamento da história do território de Charco durante seus momentos de resistência no campo e em outros espaços onde essa população se fez presente. Além de contribuir para o conhecimento sobre esse território, o NERA conduz pesquisas ativas no território de Charco até os dias atuais, que forneceram ao autor desta dissertação oportunidades para coletar dados essenciais que fundamentaram esse estudo desde sua etapa inicial até os momentos finais desta dissertação.

Ainda no âmbito do espaço acadêmico, visitaram-se pesquisas e publicações de laboratórios, como o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente - GEDMMA, os quais fornecem informações não apenas sobre o território de Charco, mas também sobre diversos outros territórios e espaços de grupos tradicionais no estado do Maranhão por meio do projeto Cofó de Memórias e outras iniciativas. Reforçamos que o projeto Cofó de Memórias tem uma ampla participação do recém citado núcleo de estudo NERA.

No âmbito do poder público, tanto nacional quanto estadual, levantou-se as informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto De Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA e Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão - AGED, sobre memoriais descritivos, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID e publicações temáticas destes órgãos sobre o território de Charco.

Esse panorama informativo de Charco permitiu um planejamento mais eficaz da atividade de campo, possibilitando o uso desta ferramenta como validação dos dados e

informações sobre conflitos territoriais e produção de alimentos obtidas nas fontes acima citadas. Mantivemos visita à comunidade e realizamos entrevistas com suas lideranças. Vale ressaltar que, devido ao cenário pós-pandemia e a questões particulares envolvendo membros dessas comunidades, as atividades de campo foram restritas. No entanto, isso não prejudicou o resultado desta pesquisa. Assim como, diante dessas circunstâncias, outras formas de coleta de informações, como o uso da cartografia social e dos questionários propostos nesta dissertação inicialmente, foram revistas para garantir a viabilidade deste estudo.

Com isso, a pesquisa optou pela aplicação de entrevistas com os agentes sociais da comunidade, o qual entenderemos melhor neste momento da dissertação. Partindo do entendimento de Castilho (2014), o uso da entrevista pode ser sintetizado como o ato de diálogo entre dois indivíduos na busca por construir informações acerca de uma determinada temática:

Mediante uma conversa natural ou programada de forma profissional (estruturada ou semiestruturada que intercala perguntas do roteiro e outras que surgem com o desenvolver da entrevista). A conversa é efetuada frente a frente com entrevistado e entrevistador, de forma sistemática e metódica, possibilitando assim, obter informações necessárias do entrevistado para realização do trabalho. Para ter sucesso na coleta de dados é importante ter: um roteiro de perguntas através de formulários, um conhecimento prévio do entrevistado, marcar dia, hora e local da entrevista, proporcionar confiança ao entrevistado, garantir sigilo ao informante em relação às suas respostas. (Castilho, 2014, p.24).

Após a explanação no trecho supracitado, optou-se para essa etapa a esquematização de uma entrevista semiestruturada, primeiramente com as figuras de liderança do território de Charco, mas também com a possibilidade de expandir essas entrevistas com outros membros importantes das comunidades. A exemplo do grupo de jovens de Charco que mantém sua própria produção de alimentos dentro do território. Neste cenário, infelizmente foi possível realizar somente uma atividade de campo, nesta ocasião foi entrevistada uma liderança do território, buscou-se operacionalizar mais atividades, infelizmente sem sucesso, visto acontecimentos envolvendo as lideranças de Charco e Juçaral.

Acerca das entrevistas com o grupo de jovens da comunidade, também não foi possível, construí-la em virtude destes jovens estarem em outras localidades fora do estado. Em virtude da pandemia de Covid 19, as atividades na horta destes adolescentes foram interrompidas, o que ocasionou um decréscimo no sustento e subsistências destas pessoas, o que forçou que os mesmos buscassem emprego em atividades agropastoris fora do território e também fora do estado do Maranhão.

Um cenário preocupante, visto que essa atividade foi imperativa para a volta destes jovens ao território de Charco. Todavia, em diálogo com a liderança de Charco, foi relatado que com a melhora do cenário de Covid 19 e o reavivamento das relações e incentivos do poder público municipal para as atividades de produção da horta. O grupo desta comunidade já estuda voltar para retomar suas atividades.

Retomando a explicação, para a escolha da entrevista semiestruturada, buscou-se deixar o entrevistado construir seu relato mais à vontade, possibilitando assim um cenário menos tenso entre entrevistador e informante, partindo de algumas temáticas predefinidas através das informações coletadas no levantamento bibliográfico e historiográfico. Também não foi estipulado tempo para entrevista, para que o entrevistado se sinta à vontade para construir sua linha de diálogo de forma mais natural e livre, enfatizando memórias e opiniões dentro dos temas centrais da pesquisa que o mesmo ache pertinente.

Nessa etapa todos os áudios captados nas entrevistas serão transcritos e entregues as comunidades, assim como os arquivos de áudios originais. Entretanto, para uso dentro desse documento de pesquisa, houve a omissão dos nomes e gêneros dos entrevistados. Sendo estes substituídos pela expressão “Entrevistado, Dados da pesquisa” e o ano da entrevista, para garantir seus direitos ao anonimato e segurança.

Após apresentação de todo o escopo teórico metodológico que subsidiou os estudos sobre a fome e a produção de alimento do território de Charco, chega o momento de aprofundarmos mais o debate sobre esse estigma tão antigo quanto a própria humanidade, na tentativa de alicerçar resposta para essa chaga que persiste até os dias atuais no cenário brasileiro e se torna um fenômeno preocupante.

2. O entendimento das várias fomes

A fome é uma problemática global que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, independentemente de sua localização geográfica ou de seus níveis socioeconômicos. Ela pode ser causada por uma variedade de fatores, incluindo desastres naturais, guerras, conflitos políticos, falta de acesso a recursos e condições econômicas desfavoráveis, e como descobriremos mais a frente deste texto, a fome, assim como outras mazelas, pode ser vista por duas óticas, sendo uma mais pontual e outra distinguida como um processo social com temporalidade e intensidade.

Como exposto nos momentos iniciais deste texto, essa problemática sempre esteve viva no cotidiano da humanidade, remontando a sua existência ao início do caminhar dos

seres vivos. Diante destas afirmações, se a fome é algo tão antigo e presente em nossas vidas, o porquê dessa invisibilidade sobre esse problema, ou colocando em outras palavras, porque enquanto sociedade é nos postos esses “antolhos” que não permitem aos indivíduos identificar as condições sobre esse fenômeno.

Observando os escritos de Josué de Castro, pesquisador conceituado, que em suas obras aprofundou o estudo sobre o fenômeno da fome, o mesmo reflete que A história da humanidade, desde o início dos tempos, tem sido a narrativa de sua busca constante pela garantia de suas necessidades alimentares diárias (Castro, 2012). Essa máxima ainda se faz muito presente na atualidade. Diante disso, será que em algum momento de nossa história ou após algum processo social, ou até mesmo pelo convívio diário com essa mazela, passamos a naturalizar a fome? Ou pelo menos uma naturalização da fome do próximo.

Em continuidade ao pensamento do autor, o vemos descrever o fenômeno da fome como uma das principais mazelas vividas pelos homens, e a mais persistente. Como observado no trecho a seguir:

Basta ver que, depois deste longo período de algumas centenas de milhares de anos de batalha, hoje se verifica, sob os critérios de observação científica, que cerca de dois terços da população do mundo vivem num estado permanente de fome; que cerca de um bilhão e meio de seres humanos não encontram recursos para escapar às garras da mais terrível de todas as calamidades sociais (Castro, 1968, p. 45).

O trecho acima apresentado foi escrito em 1968, entretanto encaixa-se perfeitamente no momento vivido pelo Brasil, visto os vários casos extremos e violentos desse fenômeno eclodindo nos últimos anos. Frente a esse quadro se faz importante entender como o fenômeno da fome se traduz e como ele atinge as diferentes parcelas de brasileiros, assim como debater suas motivações. Deste modo, o próximo tópico propõe-se a dar o pontapé inicial sobre esse debate, antes de adentrarmos em reflexões mais voltadas ao campo.

2.1 Fome, Território e Desigualdades: Reflexões sobre a complexidade alimentar

Qual o ponto de partida para falar da fome? Essa parece até uma questão fácil de responder. Visto que esse é um incômodo que acompanha os homens em sua passagem pela existência, onde já foi divindade para alguns, e continua muito presente na vida de outros tantos. Partindo do senso comum, utilizando o dicionário como referência, podemos relacionar a fome como o desejo ou necessidade de alimento; sensação causada pela necessidade de comer (Fome, 2022). O que já nos demonstra que a fome em muito está relacionado a uma necessidade inerente ao ser vivo, uma demanda pelo “nutrir-se, o alimentar-se”.

No entanto, a fome não possui somente esse significado tão simples, referente a uma necessidade, seguindo na definição do próprio dicionário, o mesmo aponta a fome como “Estado de fragilidade provocado pela falta prolongada de alimento; carência alimentar; desnutrição, subalimentação e subnutrição. Em continuidade, situação de escassez de víveres; indigência, miséria, penúria” (Fome, 2022).

Observando essa cena sobre as definições da fome, destacamos uma definição interessante de como a fome era vista em 1890, através do Dicionário¹⁵ de medicina popular da época:

Necessidade de tomar alimentos. Perdendo nosso corpo a cada instante uma porção notável dos materiais da sua organização, é necessário reparar estas perdas sob pena de ruína rápida. Se a abstinência se prolongar muito tempo, o corpo emmagrece; quasi todas as secreções diminuem, adquirindo primeiramente um cheiro fétido; uma abstinência de pouca duração basta freqüentemente para tornar desagradável o hálito de uma pessoa ainda a mais sadia. Uma febre intensa, delírio, prostração, uma insônia contínua, precedem em geral a morte, que sobrevem n'uma época variável, mas de ordinário no espaço de oito ou dez dias. Entre as causas que podem aumentar a fome, convém citar o exercício, os banhos frios, o ar frio, a presença de vermes nos intestinos, etc. O ópio, o fumo e outros narcóticos diminuem pelo contrario a fome; certas affecções do cérebro, as paixões tristes, um movimento de rotação no corpo, o uso d'agua morna, o emprego de substancias emeticas tomadas em pequena dose para produzir somente náuseas, tiram também o appetite ; emfim, no maior numero de moléstias agudas, deixa de se fazer sentir a necessidade de tomar alimentos. O costume parece também ter alguma influencia no desenvolvimento da fome. Todos podem com offeito observar que, quando se passa a hora habitual da comida, a necessidade de tomar alimentos, mui viva ao principio, diminue depois de uma maneira mui sensível. A fome é mais imperiosa nos homens do que nas mulheres¹⁶(Chernovicz, 1890, p.1200).

O fragmento do dicionário de medicina popular, destaca a necessidade fundamental de ingerir alimentos para evitar a deterioração do corpo, compensando as constantes perdas de materiais da sua organização, que é uma questão basilar quando tratamos sobre a fome. Apontando também consequências muito conhecidas da ausência prolongada de alimentação, sendo o emagrecimento, redução das secreções, mau odor e, em casos extremos, pode levar à morte.

Outros apontamentos interessantes apresentados são referentes às causas da fome, como exercícios, banhos frios, ar frio e presença de vermes nos intestinos podem intensificar a sensação de fome. Todavia não são mencionados fatores de cunho social como altas cargas

¹⁵ O nome completo da publicação é “DICCIONARIO DE MEDICINA POPULAR E DAS SCIENCIAS ACCESSARIOS PARA USO DAS FAMÍLIAS CONTENDO A DESCRIPÇÃO DAS Causas, symptomas e tratamento das moléstias; As receitas para cada moléstia; As plantas medicinaes e as alimentícias; As águas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes. E muitos conhecimentos úteis.” disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947>. Esta parece ser uma publicação voltada aos atendimentos residenciais.

¹⁶ Ressaltamos que esse texto mantém a grafia original de sua publicação em 1890.

de trabalho, rotinas intensas, baixas remunerações, falta de espaços para cultivos entre outras. Podemos encarar esse trecho como reflexo da época para o entendimento das causas da fome.

Em continuidade, o autor nos apresenta os fatores que diminuem o apetite, como o uso de ópio, fumo, narcóticos, certas afecções cerebrais, emoções negativas e práticas específicas, como o emprego de substâncias eméticas em pequenas doses. Em diversas moléstias agudas, a necessidade de alimentação pode desaparecer. O hábito alimentar e a regularidade nas refeições também influenciam na percepção da fome, sendo observável que a urgência alimentar diminui após a hora usual da refeição.

O texto ressalta que a fome é mais premente nos homens do que nas mulheres. Em síntese, a abordagem clínica da época destaca os elementos fisiológicos e comportamentais relacionados à fome, enfatizando os diversos fatores que a influenciam, desde o exercício físico até aspectos emocionais e de rotina alimentar. Então, partindo destas definições, podemos iniciar nossa reflexão observando a fome por duas óticas: uma como precisão, indissociável da vida ou um estado de fragilidade. Onde esta definição, muito se alinha ao sentido mais biológico/fisiológico da fome, demonstrando esta como uma resposta dos organismos vivos à falta de nutrientes em seus corpos.

Em outros idiomas, a exemplo da língua inglesa, existem expressões específicas para definirem alguns tipos de fome, principalmente quando ligados aos seus vieses fisiológicos. Como a palavra *hunger*, expressão alinhada ao sentido dado à fome no seu significado biológico ou orgânico, assim como seus aspectos de momentaneidade (Leme, 2021). Este fenômeno é caracterizado pelo organismo que necessita de calorias, assim envia impulsos ao cérebro pedindo alimento, trazendo consigo uma sensação desconfortável ao indivíduo, este quadro comumente chamamos de fome, neste cenário os ricos podem sentir fome tanto quanto os pobres, visto que esta é um fenômeno orgânico.

Analisando as similaridades entre as duas definições na língua portuguesa e na língua inglesa, é possível observar algumas características do que seria essa “fome” vista pela ótica mais biológica, esta é vista como uma necessidade temporária, ligada diretamente a falta ou privação da obtenção de nutrientes. Tal conceitualização do que seria a fome como um fenômeno biológico, em muito dialoga com uma das duas formas gerais de entendimento da fome. Como posto por Freitas (2003, p. 34) temos a primeira forma que seria “condicionada pela linha clínica, que entende a fome como uma doença física consequência da pobreza, e a segunda forma que a compreende como uma condição de penúria humana resultante do processo histórico-social.”

Dentro dessa ótica, enquanto doença física podemos encarar a fome por um quadro patológico, a exemplo da inanição, a doença é caracterizada pela debilidade extrema por falta prolongada de alimentação (Manuila, 1996). Frente a essas primeiras reflexões sobre a fome, já podemos identificar uma definição muito ligada aos aspectos fisiológicos e individuais deste fenômeno e outra com estreitamentos com a questão social.

Todavia, surge o questionamento, quando a fome deixa de ser um evento isolado, a necessidade de um indivíduo e se torna uma problemática social? Na tentativa de construir um entendimento sobre essa questão iremos iniciar esse debate por uma das principais discussões sobre a definição de fome biológica/clínica, que seria o sentido reducionista da linha de pensamento da fome como algo clínico, como Pedro (2006):

Um fator importante e que não pode ser esquecido é a visão reducionista acerca do fenômeno da fome. Adotou-se, oficialmente, um termo médico “desnutrição” para descrever o problema, como se a questão fosse mais de fundo biológico do que de política econômica, quando, na verdade, a desnutrição é apenas o sinal da fome social (Pedro, 2006, p.93).

Como anteriormente apontado por Freitas (2003) e o alinhando ao pensamento de Pedro (2006), além do reducionismo latente carregado pela definição da fome biológica, os autores apontam outros fatores que devem ser aduzidos quando analisamos esse fenômeno. Sendo os cenários históricos, sociais e também econômico de uma sociedade, e seus impactos e relações sobre os indivíduos. Dando seguimento, a análise sobre a fome, após observar esse fenômeno como algo fisiológico e orgânico ligado ao indivíduo, torna-se necessário, entender a fome enquanto um evento que impacta as relações dos homens com seus semelhantes.

Para isso, devemos lançar olhares sobre as relações e desigualdades sociais e a exploração dos indivíduos na vida em sociedade inicialmente. A análise da fome como um fenômeno social é um dos sentidos mais complexos deste fenômeno. Para Acsehrad:

A fome, enquanto fato biológico entre homens que habitam um mundo potencialmente capaz de suprir as necessidades alimentares de todos os seus habitantes, é uma produção dos próprios homens. Resultante do modo de como a sociedade é organizada, a fome é reproduzida também pelos mecanismos da política-expressão das relações de poder que estabelecem entre si os diferentes atores sociais (Acsehrad et al., 1993, p. 28).

A abordagem apresentada por Acsehrad destaca a fome não apenas como uma condição biológica, mas como uma manifestação intrinsecamente vinculada à organização social. Num contexto global onde os recursos alimentares são potencialmente suficientes para atender a todas as necessidades humanas, a emergência da fome é interpretada como uma construção social produzida pelos próprios sistemas humanos.

A fome, assim, é compreendida como um fenômeno derivado da estrutura organizacional da sociedade, sendo perpetuada pelos mecanismos políticos que expressam as relações de poder entre diversos atores sociais. Nesse sentido, a dinâmica da fome transcende o âmbito puramente biológico, refletindo diretamente as estruturas sociais e os sistemas políticos que governam a distribuição de recursos alimentares.

Portanto, devemos analisar o fenômeno da fome e da insegurança alimentar como algo que vai além da visão tradicional da ausência de alimento ou como uma simples carência alimentar, enfatizando sua natureza intrinsecamente ligada às dinâmicas sociais e políticas. Essa perspectiva, fundamentada na compreensão desse fenômeno como uma construção social, oferece uma base teórica para a investigação e intervenção nas causas subjacentes desse fenômeno em âmbito global e também local.

Ainda sobre as reflexões do trecho em destaque, alguns apontamentos podem ser levantados. O primeiro deles é sobre a “produção” da fome como objeto construído e perpetuado socialmente. Onde este entendimento corrobora com a segunda linha de pensamento da fome enquanto uma problemática social, pautada em mecanismos da política como expressão das relações de poder que se estabelecem entre os diferentes atores sociais (Freitas, 2003).

Em síntese, a fome neste cenário torna-se um reflexo dos mecanismos de desigualdade social produzidos pelos modelos de desenvolvimento escolhidos, como dito, devemos entender que esse processo sempre leva em consideração os sistemas políticos, econômicos e sociais vigentes.

Castro (1968) ainda aponta que por muito tempo a fome foi a apresentada como um tabu social e moral, visto que o reconhecimento da fome era entendido como uma afronta religiosa, e também como uma característica de um atraso social. Esta última narrativa, ainda é passível de ser vista até os dias atuais. Todavia o autor aponta que as razões mais fortes para a fome ser considerada um tabu, residiam em fatores socioeconômicos. Sobre estes, o autor os caracteriza como “razões cujas raízes mergulhavam no escuso mundo dos interesses econômicos, dos interesses de minorias dominantes e privilegiadas, que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome ao panorama intelectual” (Castro, 1968, p. 48).

Dentro desta ótica, fica inevitável trazermos esse debate para dentro do sistema capitalista, visto que este é o modelo econômico e social em evidência na atualidade, assim como o mais empregado dentro das Américas. Não diferentemente, o Brasil utiliza-se desse modelo como mediador das ações sociais, políticas e econômicas enquanto nação. Mas para

isso, é necessário, termos em mente uma das características desse sistema que, segundo Jappe (2021, p. 20), evoca que: “Numa sociedade de mercado capitalista, a reprodução social organiza-se em torno da troca de quantidades de força de trabalho por mercadorias, e não em torno da satisfação das necessidades.”

Comparando o trecho acima, com a observação posta por Acsehrad (1993), fica evidente que a maneira que o modelo capitalista tem de suprir as necessidades dos indivíduos, vem da comercialização dos bens naturais e de consumo, desta forma a alimentação também se tornará um bem a ser negociável. Diante desta afirmação, um paralelo interessante pode ser feito neste momento. Onde em uma sociedade capitalista, o indivíduo fica sujeito ao consumo e venda da sua força de trabalho para acessar formas de alimentação.

Diante deste cenário, em quadros extremos como observados nos últimos anos no Brasil, com a queda vertiginosa do poder de consumo dos brasileiros e esfacelamentos de políticas públicas voltadas ao acesso à alimentação. O país teve uma tumefação nos casos de desnutrição, insegurança alimentar e conseqüentemente fome. Visto que o uso mercantil da alimentação é posto como forma de obtenção de riqueza e não uma necessidade humana a ser suprida, com este quadro mantém-se nutridos de forma satisfatória quem pode acessar alimentação através do poder financeiro.

Todavia, quando observamos esse cenário para povos e comunidades tradicionais, como a comunidade de Charco, é notável outra sistemática. Em muito baseada na produção coletiva da alimentação, assim como a utilização da força de trabalho comunitária entre os indivíduos desses grupos. Ressaltamos ainda, que há produção individual de alimentos no território de Charco, mas a mesma é conciliada com as produções comunitárias.

Entretanto, o fenômeno da fome e da insegurança alimentar também atinge essas pessoas, em muitos casos por fenômenos externos, como conflitos territoriais e o acesso deficitário ou totalmente negado a essas comunidades ao território para produção de alimentos, esses fenômenos em muito são reflexo de ações de entes ligados ao sistema capitalista, objetivando e especulando sobre os espaços destes grupos.

Desta forma, temos estas óticas, sobre os processos de acessar mecanismos para alimentar-se, em sistemas organizacionais diferentes dentro do território brasileiro com suas relações imbuídas no capitalismo. Conseqüentemente, temos Charco em uma escala menor, manifestando suas relações de ordens sociais, econômicas e culturais no seu espaço local, produzindo e reproduzindo suas territorialidades e modos de vidas em várias dimensões, sendo uma delas a própria produção de alimento.

Esses territórios diferenciados coexistem, mesmo com relações e regras sociais diferenciadas entre si, como exemplo Brasil e Maranhão em âmbitos maiores e Charco construindo suas relações de vida e cultura numa ótica local. Podemos embasar esse entendimento com as reflexões de Fernandes, (2017, p.25) onde o autor aponta que “O primeiro território é o espaço de governação da nação, o ponto de partida da existência das pessoas, e nela se constituem outros territórios que são o produto das relações estabelecidas entre as diferentes classes sociais.”

Esta compreensão de Fernandes (2017) nos demonstra a complexidade das relações territoriais, ao associar o primeiro território como o espaço de governança nacional com seus mecanismos econômicos, sociais e políticos, conformando um espaço comum para todos. Onde segundo o autor este é fundamental para a existência humana. Compreendendo as interações entre as diversas classes sociais neste primeiro espaço como formadoras de novos territórios.

Onde podemos entender que neste cenário de formação, há outras configurações de ajustamento destes espaços, podendo ser estas, reflexos da expressão dos modos de vidas e culturalidades de coletivos residindo nesta governança, aqui representadas por Charco, com suas formas de relação social própria. Esses territórios, tanto materiais quanto imateriais, demonstram uma relativa correlação, formando uma rede intrincada.

Todavia, mesmo correlacionados, fenômenos atingem e ocorrem nesses locais de formas diferentes, inclusive quando falamos em produção e acesso alimentação e sua contraparte a fome e a insegurança alimentar, temos que pensar dinâmicas diferenciadas reverberando nestes eventos. Isto em muito é resultado das díspares relações sociais de classes, entre esses modelos de transformação das ordens do espaço geográfico de povos e comunidades tradicionais, em produzir alimentos e mediar sua escassez e o modelo mercantil capitalista de distribuição e acesso ao mesmo alimento.

No caso do território do Charco, temos na Comunidade homônima, que mesmo com as adversidades, os grupos que ali residem transpuseram a condição de fome e insegurança alimentar, construindo sua própria segurança, fortalecendo sua produção de alimento a ponto de conseguir assistir à alimentação de centros urbanos próximos a essa comunidade, subvertendo o quadro da fome tão dispendioso dos últimos anos, onde temos essa virada situacional muito ligada ao território e seu acesso seguro e sadio.

Ressaltamos que a comunidade de Charco, dentro do território estudado, está localizada em uma área que já foi desapropriada pelo poder público, situação que possibilita uma maior “seguridade” e uma amenização no cenário de conflitos territoriais. Esta cena, não

se repete em outras comunidades, a exemplo de Juçaral, que infelizmente ainda sofre com eventos de enfrentamentos e tensões territoriais com agentes externos aos seus espaços.

Até o momento, podemos entender que os indivíduos deveriam produzir e acessar os meios para sanar essa necessidade (fome) para si e seus semelhantes de acordo com sua precisão. Entretanto, este quadro não ocorre em muitas instâncias no âmbito mundial, e conseqüentemente no Brasil, seja por falta da capacidade de acessar esses meios para produzir ou por esses direitos serem negados de formas sistemáticas. Principalmente se levarmos em consideração a característica do sistema capitalista apresentado, onde a necessidade de alimentar-se conseqüentemente tornara-se uma mercadoria e o poder de compra ditará quem tem melhor possibilidade de se alimentar.

Em povos e comunidades tradicionais, para além do acesso ao recurso financeiro e econômico para manutenção da sua produção de alimento e combate à fome. Um elemento entra em questão por sua importância para esses grupos e seu papel basilar na produção de alimento e conseqüentemente o combate à fome, este elemento é o acesso ao recurso terra. Ou melhor, o acesso ao território para a produção de alimentos e reprodução da vida, já que este será o palco das ações produzidas para essas famílias no espaço geográfico.

Dentro deste cenário já podemos lançar olhares iniciais sobre a relação de povos e comunidades tradicionais, o território e a produção de alimento. Para isso devemos exercitar o entendimento rápido de algumas categorias geográficas.

A primeira delas, o espaço segundo Raffestin (1993):

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143-144).

Por meio de Raffestin (1993) é nos apresentado o entendimento de uma natureza primordial do espaço, percebendo-o como algo anterior e preexistente a qualquer ação. O espaço é conceitualizado intrinsecamente como um elemento dado, assemelhando-se a uma matéria-prima que antecede e fundamenta as atividades humanas. Sua qualidade de "local" implica em um conjunto de possibilidades, representando a realidade material que subsiste antes de qualquer compreensão ou prática, até que um ator expresse a intenção de interagir com ele.

Alinhavando esse entendimento com a noção de território, conforme apresentada por Raffestin (1993) em momentos anteriores, destacamos o território como algo que se apoia no

espaço, mas se distingue dele. O território surge quando um agente manifesta a intenção de apropriar-se do espaço. Essa distinção enfatiza a dinâmica entre espaço e território, onde o espaço é a base física e o território é a resultante das ações e intenções humanas. Essa perspectiva contribui para uma compreensão mais aprofundada das relações entre espaço, território e as práticas sociais que neles se desdobram.

Uma concepção que também pode nos ajudar a entender essa relação de conformação do território por grupos tradicionais, é a compreensão dos territórios imateriais, para isso partimos do entendimento que o “território material desenvolve a luta pela terra na defesa da vida e da produção camponesa¹⁷ e o território imaterial desenvolve a luta pela disputa de espaço político criando suas próprias representações e significados” Felício, (2010, p.21).

Com isso o autor apresenta uma dualidade do conceito de território, distinguindo entre seu aspecto material e imaterial no contexto da luta pela terra e da defesa da vida e produção. No território material, a ênfase recai na disputa física e prática pela posse da terra, vista como vital para a subsistência e a produção agrícola das comunidades. Por outro lado, no território imaterial, a disputa ocorre no âmbito político e simbólico, onde as comunidades buscam ativamente criar suas próprias representações e significados, buscando influenciar as percepções e os discursos em torno do espaço que ocupam.

Essa interpretação sugere uma abordagem totalizante da noção de território, reconhecendo que este vai além das fronteiras físicas e abrange dimensões simbólicas e políticas. A luta pela terra não se limita apenas à posse física, mas também envolve a construção ativa de narrativas e identidades que reforcem a conexão das comunidades camponesas com o território em todos os seus aspectos, material e simbólico. Com isso podemos caracterizar que para grupos do campo, a transformação do espaço geográfico em seus territórios dar-se através dos seus saberes, valores e culturas. Onde esse território “constitui a possibilidade de o camponês interpelar a sociedade moderna através de sua ideologia como condição necessária para que ele permaneça com sua identidade camponesa, produzindo e participando do mercado e da sociedade” Felício, (2010, p.28).

Neste quadro, pensar a produção de alimento como um elemento formador do território de grupos tradicionais não é algo tão distante. Para Correa et al. (2020) “A dinâmica

¹⁷ Para Felício, (2010) o entendimento de camponês e camponesa, “são todos (as) aqueles (as) que vivem na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a mesa de sua família e para a mesa dos trabalhadores urbanos. Que nos permite entender também a conformação destes territórios para grupos tradicionais, não somente pela força de trabalho empregada na terra, mas também como veremos sua relação de identidade e pertencimento ao território como força de conformação do campo.

produtiva agrícola de um espaço interfere na organização social do território, especialmente com relação à produção de alimentos para abastecimento local ou exportação”. Essa afirmação destaca a interconexão entre a dinâmica produtiva agrícola de uma região e a organização social do território. A produção agrícola não apenas molda a paisagem física, mas também desempenha um papel significativo na estruturação das relações sociais dentro do território. Esse impacto é particularmente evidente no que diz respeito à produção de alimentos, seja para atender às necessidades locais ou para exportação.

No contexto de grupos tradicionais, a relação entre a produção agrícola e a conformação do território é crucial, principalmente quando adicionamos a essa equação o papel do território como ferramenta de manutenção da vida e dos recursos materiais e imateriais destes grupos. Muitas comunidades tradicionais têm uma forte ligação com a terra, não apenas como fonte de subsistência, mas como parte integrante de sua identidade e modo de vida.

Como esses grupos utilizam e cultivam a terra não apenas influencia sua sustentabilidade ambiental, mas também desempenha um papel vital na preservação de suas tradições e práticas culturais. Assim, a origem do território para grupos tradicionais está intrinsecamente ligada às práticas agrícolas que adotam. A maneira como cultivam a terra, gerenciam recursos naturais e organizam as atividades produtivas contribuem para a construção e manutenção de seu território, não apenas como espaço físico, mas como um ambiente carregado de significados culturais e sociais.

Após essas reflexões sobre o papel do território, no cenário de produção de alimento e como essa produção pode reverberar no espaço como força motriz de transformação. Devemos entender que a produção de alimentos por grupos tradicionais, também possui um viés social diferenciado do modelo de produção capitalista. Onde é possível reconhecer que a agricultura camponesa e a dos povos tradicionais do campo possuem uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e por que entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois, visa a transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital (Fernandes, 2008 *apud* Camacho, 2011, p.20).

Frente a esse cenário, podemos construir a reflexão onde em um sistema que objetiva outros méritos, os quais não estão ligados às necessidades, ou que transformam estas em formas de ganho e/ou acúmulos de riquezas e bens de consumo, tal modelo torna-se um terreno fértil para a criação de barreiras pautadas nas desigualdades sociais, favorecendo o

aparecimento tanto no campo quanto na cidade da insegurança alimentar e fome, onde teríamos um contra ponto direto ao modelo empregado por povos e comunidades tradicionais.

Assim, é possível seguir concebendo o fenômeno da fome, primeiramente como ato biológico, todavia também uma problemática social, afirmando ainda que estes quadros não se anulam, muito das vezes coexistem, como apontado por Castro em seu entendimento na obra *Geopolítica da Fome*, 1951. A Fome, enquanto fenômeno biológico de privação alimentar, é uma manifestação ou resultado de problemas mais amplos de natureza sociológica. Em outras palavras, ela propõe uma conexão entre a escassez de alimentos e questões sociais mais amplas que afetam grupos de pessoas.

Ao exposto, podemos alinhar que no sistema capitalista, a organização social e os meios de produção não necessariamente estão para sanar a fome ou mitigá-la (assim como outras demandas de cunho social). Em alguns casos esse sistema até promove sua manutenção, para fomentar benefícios e condições melhores para a sua reprodução como modelo viável.

Assim, torna-se possível até correlacionar esse cenário com o conceito de fome endêmica, que seria:

Antes de tudo um problema de falta de dinheiro. As pessoas que sofrem desse mal não se alimentam adequadamente porque não têm dinheiro suficiente para comprar comida. Há dados abundantes para o Brasil de pesquisas de orçamento familiar. Todas demonstram nitidamente que existe uma correlação perfeita entre níveis de renda e níveis de alimentação (Singer, 1985 p.51).

Este conceito de fome, conforme delineado por Singer (1985), estabelece uma estreita relação com a variável da renda, onde tal variável desempenha um papel moderador na capacidade das pessoas de garantir uma alimentação adequada. Sob essa ótica, além dos meios diretos de produção de alimentos, a renda surge como um fator crucial para o acesso a uma alimentação saudável.

Nessa perspectiva, o território assume um papel multifacetado para os grupos tradicionais, não apenas como um meio de produção, mas também como uma fonte de renda. A negação desse território a esses grupos resulta em uma dupla vulnerabilidade à insegurança alimentar. Primeiramente, pela privação do acesso aos meios de produção, e em segundo lugar, pela retirada da principal fonte de renda para essas comunidades.

Todavia, o destaque dado neste parágrafo para essa forma de conceitualização da fome, orbita na sinalização das questões sociais como a falta de emprego e a desvalorização da renda como condicionantes da fome, assim como seu caráter endêmico relacionado a pautas sociais. Visto que agora podemos observar de forma concreta, fenômenos sociais como

catalisadores desta mazela, diferenciando este evento dá sua versão mais biológica. Destacando que o homem não deixa de sentir seus efeitos orgânicos, mas agora iremos além da sensação biológica da fome individual, para entendermos como esta atinge grupos de forma social.

Em continuidade, outro ínsito ligado ao sistema capitalista, é caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela exploração do trabalho assalariado. Essa conjuntura, pode se tornar uma dificultadora do acesso aos recursos para uma vida digna. Seguimos refletindo ainda que o sistema capitalista tende a concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria da população tem dificuldade em acessar recursos econômicos suficientes para adquirir alimentos, reforçando assim os quadros de desigualdade social comuns neste sistema.

Sobre a imagética do que seria esse sistema, e como a fome enquanto fenômeno se comporta neste grande quadro social, temos uma frase que resume bem o cenário que encontramos nos debates sobre a fome, a produção de alimento e seus acessos. Onde temos que, neste sistema, os grupos sociais menos favorecidos “morrem de fome em meio a abundância” (Jappe, 2021, p.11). Indo além, esse cenário torna-se bem mais complexo, quando mais fundo adentrarmos na temática da fome social, visto que em alguns quadros até os hábitos e padrões de consumo alimentares serão ditados por essa diferença de poder aquisitivo e acesso.

Onde os mais pobres possuem sua alimentação baseada em alimentos que geram energia para os trabalhos do dia a dia, e nem sempre estes, são alimentos os mais saudáveis, em alguns casos não suprimindo a necessidade de seus corpos, e possibilitando até problemas de saúde. Em contrapartida, as camadas mais abastadas baseiam sua nutrição em alimentos mais saudáveis e variados com melhor valor nutritivo e qualidade (Bourdieu, 1979). Essa relação feita pelo autor na França, está muito correlata aos dias atuais, com uma pequena consideração a ser posta. Presentemente, até grupos mais abastados tiveram quedas em seu padrão de qualidade no quesito alimentação, muito em virtude da qualidade da alimentação oferecida e também na grande modificação das rotinas de trabalho.

Com isso é possível observar novamente as relações sociais impactando no processo de fome e alimentação. Indo além neste cenário, como veremos a frente nos postulados de Castro (1968) sobre a fome social, e sua casualidade cíclica da doença. Os trabalhadores sujeitados a essa forma de regime de alimentação gradualmente desenvolvem problemas alimentares, que impactarão na sua força de trabalho desencadeando dificuldades em exercer essas atividades, por estarem com seus organismos debilitados, forçando a saída de seus

empregos. Consequentemente novas dificuldades em manter-se alimentados de forma satisfatória surgirão, colocando esses trabalhadores na posição de insegurança alimentar, em sequência a fome.

Assim, somos capazes de relacionar também em comunidades tradicionais, um fenômeno parecido, todavia com origens diferentes. O campo maranhense, similar ao brasileiro, possui várias situações de tensões territoriais em sua conformação que atingem grupos tradicionais como a comunidade de Charco, os quais retratamos como conflitos territoriais e também através do conceito de conflitualidade, descrevendo o processo destas tensões no campo.

Desta forma podemos identificar ataques sobre a produção e/ou impedimentos impostos ao território de Charco, que suscitam a fome e a insegurança alimentar nestes grupos, estes fenômenos orbitam em ações como os assassinatos de animais que servem de alimento, proibição de acesso a fontes hídricas, envenenamento de poços de água, proibição e destruição de áreas de plantio entre outras situações. Mas antes é necessário compreender melhor as questões envolvendo a fome e seu cunho social, desta forma dedicaremos as próximas páginas para esse debate.

2.2 A fome como fenômeno social: algumas observações

Após entendermos um pouco melhor algumas características do fenômeno da fome, e também alguns cenários deste acontecimento dentro do sistema capitalista, podemos ir mais fundo nos tópicos da fome como uma problemática social. Diante de tudo o que foi visto até o momento podemos conceber que quando falamos de fome social descrevemos um fenômeno complexo resultado de uma combinação de fatores, incluindo desigualdades econômicas, políticas e sociais.

Dando seguimento, iniciamos essa linha de pensamento com o arquétipo da fome enquanto problemática coletiva, desenhado por um dos principais especialistas no assunto, Josué de Castro. Para quem, a fome é um fenômeno que possui impactos em várias dimensões da existência humana, dificultando a sua definição. A partir dele, podemos entender algumas características desse fenômeno de forma mais aprofundada. Natal (1982), explica de forma sintática e eficiente uma vertente interessante do entendimento diluído nas obras, a exemplo do livro *Sete Palmas da Terra* e *um Caixão* (1967) de Castro sobre a Fome:

Uma construção orientada pelo paradigma da causação circular da doença, baseado, principalmente, nas ideias do economista Myrdal (1960). Ou seja, a fome impediria o aumento da produtividade do trabalho, dada a pouca capacidade física do trabalhador e, a partir daí, o desenvolvimento econômico é obstruído, acarretando

baixos salários, menos riqueza e, assim, num movimento circular, aumentando a fome (Natal, 1982 *apud* Magalhães, 1997, p. 14).

O entendimento apresentado por Natal, sobre a concepção de Castro do fenômeno da fome oferece uma interpretação do ciclo interligado entre fome, pobreza e desenvolvimento econômico, destacando a visão de Myrdal sobre a causação circular da doença. Ele sugere que a fome atua como um obstáculo ao aumento da produtividade no trabalho, resultando em baixo rendimento e limitações econômicas.

Essa falta de capacidade física do trabalhador devido à fome, por sua vez, trava o desenvolvimento econômico, perpetuando um ciclo vicioso. Essa análise indica que a fome não apenas influencia negativamente o bem-estar imediato das pessoas, mas também tem um impacto direto na produtividade e na capacidade de gerar riqueza. A interconexão entre fome e baixa produtividade cria um ciclo que perpetua a pobreza, resultando em salários mais baixos e menor desenvolvimento econômico. Isso gera um ciclo contínuo de escassez, onde a falta de recursos econômicos sustenta a fome, gerando um ciclo de privação persistente.

Ainda sobre esse pensamento da fome, como um processo cíclico, a partir do paradigma da causação circular cumulativa formulado por Myrdal (1960). Este modelo recorre ao conceito de círculo vicioso (ou virtuoso) para explicar como um processo se converte em um ciclo repetitivo e cumulativo, onde um fator desfavorável ou favorável é, ao mesmo tempo, a causa e o efeito de outros fatores desfavoráveis ou favoráveis (Lima; Simões, 2010).

Com isso podemos lançar o entendimento que mesmo a fome sendo um fenômeno negativo aos olhos comuns, esta pode ser favorável em algum contexto para algum indivíduo. Segundo esse raciocínio, tanto insegurança alimentar como seu estado mais grave, a fome total pode ser incentivada e encorajada para servir a algum objetivo. Seguindo na agnição do paradigma idealizado por Myrdal, este pode ajudar a lançar luz sobre o entendimento da fome enquanto um fenômeno social que reside na circularidade das forças.

Segundo Oliveira; Attílio (2014, p 8) essa circularidade explicasse a partir:

Um pequeno choque em determinada variável é capaz de gerar efeitos em todo o sistema e a variável que causou o choque inicial pode sofrer efeitos advindos das outras variáveis nas quais essa variável inicial exerceu o seu efeito. Por exemplo, uma das conclusões do estudo de Myrdal (1996 [1944]) sobre a desigualdade racial nos Estados Unidos da América é de que a pobreza dos negros é exacerbada pelo preconceito dos brancos ao mesmo tempo, em que a pobreza auxilia no enraizamento do preconceito. Em suma, a pobreza seria a causa e consequência da situação desprivilegiada dos negros (Oliveira; Attílio, 2014, p 8).

Os autores destacam a dinâmica complexa em que variáveis em um sistema estão interconectadas, onde um pequeno impacto em uma variável pode gerar efeitos significativos

em todo o sistema. Myrdal ilustra essa ideia ao abordar a relação entre pobreza e preconceito racial, conforme observando a desigualdade racial nos Estados Unidos.

Indicando que a pobreza entre os negros é exacerbada pelo preconceito existente entre os brancos, criando um ciclo no qual a pobreza influencia e é influenciada pelo preconceito racial. Isso sugere que a situação desprivilegiada dos negros não é apenas uma consequência da pobreza, mas também uma causa que reforça a própria condição de desprivilegio.

Essa interpretação evidencia como as relações entre diferentes variáveis não são unidirecionais, mas sim bidirecionais e complexas. Destaca a natureza interconectada dos problemas sociais, onde a pobreza e o preconceito não existem isoladamente, mas sim interagem e se reforçam mutuamente, formando um ciclo que perpetua a desigualdade.

Desta forma, com a observação sobre o círculo vicioso e acumulativo, onde se pode apontar como exemplificação a “pobreza-doença-pobreza”, permite-se construir um entendimento do processo da fome como algo circular e acumulativo, com características que podem ser ascendentes ou descendentes e quando não controlado, pode causar desigualdades e ampliar e fortalecer as já existentes.

Diante deste cenário, é possível entender que processos e transformações sociais podem influenciar de forma direta e indireta o aparecimento e consolidação de endemias e problemáticas sociais em coletivos de indivíduos, uma delas a própria fome. Entendendo esse processo, Castro (1967) analisa a fome como uma consequência deste ciclo vicioso, que além de perpetuá-lo, tal fenômeno incorpora-se a esse ciclo, incidindo sobre grupos menos favorecidos, reafirmando suas condições de pobreza e os direcionando a insegurança alimentar e posteriormente a fome.

Ainda utilizando as relações de trabalho e renda como pano de fundo para as reflexões sobre a fome, Castro nos apresenta uma metáfora interessante, relacionando os seres vivos com máquinas desenvolvendo seus regimes de trabalho, “Não é a máquina que seja de ruim qualidade; e se seu trabalho rende pouco, se ela estanca e para a cada passo e se despedaça cedo, é por falta de combustível suficiente e adequado” (Castro, 1968, p. 67).

Neste trecho, é apresentado um cenário que ilustra os problemas nas operações de uma indústria fictícia. O autor destaca que esses problemas não derivam da qualidade das máquinas, mas sim dos insumos fornecidos a esses equipamentos para suas funções específicas. Esse déficit acarreta uma série crescente de complicações para a indústria, desde a necessidade de manutenção mais frequente dos equipamentos até a redução da eficiência da mão de obra, culminando, por fim, na possibilidade catastrófica de quebra total dessas máquinas.

Essa abordagem remete à obra “As Condições de Vida das Classes Operárias do Recife”, de Castro, evidenciando como a fome e a insegurança alimentar influenciam as relações de trabalho. Além disso, aponta como esses desafios alimentares fomentam problemas de impacto profundo na sociedade, extrapolando os limites do ambiente laboral para afetar a vida em sociedade na totalidade.

Avaliando a fome a partir das reflexões postas por Castro (1968), podemos lançar uma sistematização um pouco diferente para esse paradigma, que também se inicia na pobreza como apontado por Myrdal, entretanto novos elementos podem ser relacionados. Desta forma, logo esta condição de pobreza inicial é sucedida pela insegurança alimentar, categorizada pelas dificuldades em acessar fontes de alimentos de forma satisfatória, causadas por fatores ligados a conjunturas econômicas ou sociais, como dito anteriormente.

Esse processo é continuado pelos efeitos biológicos desta falta de acesso ao alimento, onde eclodem em doenças como desnutrição e a inanição. Podemos correlacionar essa etapa a fome orgânica debatida em outros momentos deste texto e seus impactos sobre os corpos, todavia não devemos esquecer que a causa desse fenômeno orgânico é de cunho social.

Como etapa subsequente, temos as repercussões sobre as relações sociais dos indivíduos, onde podemos elencar impactos sobre a força de trabalho e o desenvolvimento de atividades remuneradas, na saúde e educação. Os que sentem fome terão uma série de restrições, que causam inúmeros danos nas suas relações sociais, o que acaba mergulhando ainda mais estes indivíduos e grupos afetados em um cenário de pobreza. Após esse quadro, podemos entender melhor o paradigma da causação circular quando o mesmo descreve a seguinte situação “pobreza - doença - pobreza”.

O quadro descrito nos permite também demonstrar a seguinte relação quando observamos o referido paradigma para o fenômeno da fome, que seria pobreza e/ou desigualdade social - doença (fome) – pobreza e/ou desigualdade social. Essa conjuntura facilita o entendimento da fome como uma questão social. Como dito anteriormente neste texto, que nem todos que sentem e sofrem com a fome estão sujeitos a esse cenário, assim como o aparecimento da fome não está exclusivamente ligado a esse tópico.

Esse quadro foi utilizado para descrever com mais clareza o que aludimos como fome social e esta como espectro de uma doença causada por aspectos sociais, desmistificando o processo saúde e doença da fome, como algo inteiramente biológico e natural, assim reivindicando a essa discussão seu processo social de construção, como enfatizado no trecho abaixo:

O caráter social do processo saúde-doença não se esgota em sua determinação social, já que o próprio processo biológico humano é social. É social na medida em que não é possível focalizar a normalidade biológica do homem à margem do momento histórico. Isso se expressa, por exemplo, no fato de que não é possível determinar qual é a duração normal do ciclo vital, por ser ele diverso em diferentes épocas. Isto leva a pensar que é possível estabelecer padrões distintos de desgaste-reprodução, dependendo das características da relação entre o homem e a natureza. Se desta maneira a “normalidade” biológica define-se em função do social, também a “anormalidade”. O caráter simultaneamente social e biológico do processo saúde-doença não é contraditório, na realidade, como um processo único (Laurell, 1976. p. 12).

Através da explanação de Laurell (1976), é possível admitir o processo de saúde e doença como intrinsecamente conectado ao contexto social, destacando que não se pode compreender plenamente esse processo sem considerar sua dimensão social. O autor enfatiza que a biologia humana é fundamentalmente social, pois o estado normal ou saudável de um ser humano não pode ser analisado isoladamente do contexto histórico em que ele está inserido. Isso se evidencia na variação do ciclo vital ao longo do tempo, o que indica que a duração e o padrão desse ciclo variam em diferentes épocas, refletindo a relação dinâmica entre o homem e a natureza.

Essa perspectiva sugere que o conceito de normalidade biológica é moldado pelo contexto social. Da mesma forma, o que é considerado como anormalidade biológica também é influenciado por fatores sociais. Relaciona-se ainda, que a interseção entre o social e o biológico no processo de saúde-doença não é contraditória; pelo contrário, é um processo único e interligado, onde as condições sociais exercem uma influência significativa sobre a saúde e a doença dos indivíduos, moldando suas experiências biológicas.

No contexto abordado, a fome pode ser compreendida como um fenômeno que reflete a interseção entre o social e o biológico no processo de saúde-doença. Sendo esta, não apenas uma condição biológica resultante da ausência de alimentos, mas também é moldada por fatores sociais, econômicos e históricos. Com isso, transportando esse entendimento para o cenário do campo e grupos tradicionais, temos o acesso e a permanência no território como um dos fatores que moldaram a insegurança alimentar e a fome para esses coletivos, assim como ditaram a possibilidade de produção e acesso alimentação segura.

Considerando a ideia de que a normalidade biológica é influenciada pelo contexto social, a fome pode ser vista não apenas como uma questão de escassez alimentar, mas também como um reflexo das dinâmicas sociais, como desigualdade econômica, acesso desigual aos recursos, políticas públicas insuficientes, acesso deficitário a terra, conflitos territoriais e estruturas sociais injustas.

Assim, a compreensão da fome não pode ser separada do ambiente social em que ocorre. Ela é influenciada por essas variáveis sociais e, conseqüentemente, afeta a saúde física, mental e emocional das pessoas, contribuindo para um ciclo complexo de saúde e doença que é tanto biológico quanto social.

Outra informação relevante é sobre a relação de doenças biológicas e suas causas sociais, onde podemos entender que quadros clínicos não excluem as causas sociais para o aparecimento de doenças, e isso muito dialoga com a fome e o paradigma apresentado acima. Onde a existência de uma fome biológica ou de doenças e quadros clínicos como inanição e desnutrição não excluem sua causalidade social. Isso em muito reforça a fome como uma doença social¹⁸.

Em continuidade, observando o cenário brasileiro do avanço da fome nos últimos anos. Nota-se que com o crescimento deste fenômeno desproporcional, outros grupos que não estavam diretamente ligados à pobreza foram atingidos por essa problemática de insegurança alimentar. Incluindo, grupos com rendas melhores e melhor poder de acesso à alimentação sadia. Então temos uma fome que não atinge somente os mais pobres, mas também atinge indivíduos mais bem posicionados na pirâmide social brasileira.

Destarte, temos um fenômeno que pode ser transcrito como uma variante deste ciclo da fome acima apresentado, onde teríamos iniciando esse processo, as dificuldades de acessar alimentos que não estariam necessariamente ligados à pobreza, mas sim ao decréscimo de renda ou dificuldades de acessos a determinados produtos pela sua escassez, diminuição de oferta e/ou o grande aumento dos valores.

Como exemplo temos a carne bovina, que teve um aumento de 133,7% em quase dois anos. Se levarmos em consideração a cesta básica de forma geral, essa aumentou em todas as cidades brasileiras no ano de 2022, conforme dados interpretados da pesquisa de Cesta Básica de Alimentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE para o ano de 2022. O acesso comprometido a fontes nutricionais pode evoluir para uma alimentação deficitária, que possivelmente impactaria nas relações de trabalhos dos indivíduos, interferindo diretamente na sua renda e poder de acesso à alimentação, reiniciando esse ciclo de causalidade.

¹⁸ Neste estudo utiliza-se a expressão “Doença Social” para a fome, assim como níveis de insegurança alimentar, tanto para o entendimento desta como um fenômeno social que de fato acomete coletivos e os deixa debilitados, impactando seus corpos e mentes, mas também enquanto problemática de cunho social. Essa decisão baseia-se no entendimento da Fome de Abramovay, (2017) que entende à fome como um fenômeno que deixa doente a própria sociedade que se propaga quando atinge grandes massas.

Porém, com as repetições deste ciclo, esse indivíduo inevitavelmente entrará no fenômeno da causação cíclica da fome, exposto anteriormente, até que sua existência se finde. Esse entendimento da fome, baseado nas reflexões de Josué de Castro e o círculo vicioso identificado para a mesma, em muito se encaixa na atualidade. Mas seria possível trazê-lo para a realidade de Charco?

Para Charco, e comunidades tradicionais, a pobreza não deve ser o ponto de partida de nossa análise dentro deste círculo da fome, visto que os parâmetros conceituais desta categoria estão muito ligados a questões econômicas, fundamentadas em termos de rendimento (ou orçamento) familiar e das necessidades de sobrevivência (Costa, 1984). Diante desta cena, nem sempre o entendimento do que é pobreza para organizações sociais mais inclinadas ao capitalismo ou uma instituição financeira privada/estatal estarão em consonância com o entendimento e identificação de pobreza de povos e comunidades tradicionais.

Para relacionarmos esse cenário para Charco, temos que entender o que seria o ponto de partida para a causação circular da doença para comunidades tradicionais quando falamos da fome. Sabemos que o recurso terra, ou melhor, a categoria território é um elemento importantíssimo para reprodução material e imaterial desses coletivos, e que para muitos sem a existência destes espaços seus hábitos e cultura desapareceriam. Dentro da ótica da existência saudável destes grupos, o território teria um papel significativo, desta forma o acessar com segurança e autonomia a terra será um fator que definirá a saúde destas pessoas tanto fisicamente, como socialmente.

Deste modo, em um cenário de propagação da fome como uma doença social (problemática social), temos o acesso ao território como um bom ponto de partida, onde podemos exercitar que a falta de um acesso seguro e autônomo por parte de povos tradicionais como Charco, os colocam em uma situação de insegurança alimentar devido a uma produção de alimento deficitária. Que conseqüentemente evoluirá para quadros mais severos dentro do espectro da fome, impactando seus indivíduos. Entretanto, temos outra consequência para esse quadro, que envolve diretamente a territorialização e resistência destes grupos nestes espaços, resistindo às adversidades externas, visto que para fixarem-se é necessário que o território lhe permita produzir alimentos para manter-se nestes locais.

Fomentar a fome e a insegurança alimentar dentro destas comunidades pode ter um valor estratégico a entes externos na conformação atual do campo brasileiro. Diante disso, o território é um elemento importante para assegurar a manutenção da vida destes grupos, assim como sua segurança contra violências. O trecho a seguir retirado do relatório denuncia na

Amazônia, confeccionado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, ressalta essa conjuntura, porque descreve algumas das violências sofridas por Charco dentro deste cenário:

Eram obrigadas a pagar a quem se apresentava como proprietário das terras. O pagamento devia ser feito em dinheiro ou em produtos. Suas casas, construídas de taipa e cobertas de palha de babaçu, expressavam sua vulnerabilidade e insegurança, como se pudessem a qualquer momento de elas serem despejados, expulsos da terra (CPT, 2016, p 42).

A passagem destacada relata a situação do território de Charco/Juçaral, antes de conquistar avanços na titularização territorial, que lhe permitiram uma vivência parcialmente segura em seus espaços. O fragmento pontua tanto as agressões sofridas por Charco, mas também pode ser extrapolado para vários outros territórios de PCTs dentro do Estado do Maranhão, o que se torna uma infeliz constante para os povos tradicionais. Observamos também como a comunidade de Charco era extorquida categorizando uma fuga de renda desses grupos, assim como a perda de suas produções para agentes externos ao seu território.

Essa prática por si só já enfraquece o acesso a condições satisfatórias de alimentação tanto por meio da renda quanto por meio da produção de alimentos, o que reforça a entrada destes indivíduos em situações de insegurança alimentar que no futuro se agravarão para o cenário de uma fome coletiva. Assim como, demonstra como fatores sociais ligados principalmente a questão do acesso ao território influenciam dentro da produção e aquisição da alimentação destas comunidades.

Reforçando assim o caráter da fome social no campo, incidindo sobre grupos tradicionais. Evidenciamos que ao utilizarmos a expressão “*acesso ao território*” estamos falando de todos os eventos que circundam a conformação das territorialidades de grupos tradicionais neste ambiente, que iriam desde os processos de conflitualidade característicos do campo brasileiro e maranhense, até os processos de resistência construídos por esses grupos para manterem seus espaços.

Diante deste cenário podemos conceber aqui um fenômeno de causação circular da doença, não ligado diretamente à pobreza, mas sim ao território, ou melhor, ao acesso ao território deficitário, onde este acesso por sua vez coloca comunidades tradicionais em fragilidades, que comumente personificam-se nos ataques a produção de alimento, onde podemos observar estes ataques como um fenômeno estratégico para o enfraquecimento de povos tradicionais como Charco em seus territórios. Assim, temos a fome como uma ferramenta de fragilização destes grupos no campo.

Antes de abordarmos a questão da fome como uma ferramenta de fragilização no contexto do campo maranhense e seus efeitos sobre grupos tradicionais, é importante

assinalar alguns marcos importantes dentro da evolução da fome ao longo do tempo e sua relação com a sociedade. Por isso, dedicaremos o próximo tópico a este assunto.

2.3 Fome e sociedade: Evolução da fome e sua relação com a sociedade

Para entendermos os efeitos da fome hoje, é necessário compreender algumas conjunturas que moldaram o pensamento do que é esse fenômeno até a atualidade. Para isso, esta pesquisa observou alguns debates importantes para a temática estudada. Assim iniciamos com um ensejo de Darwin, 1969, p 72 *apud* Freitas, 2003, onde o autor argumenta que a luta pela alimentação é um dos principais mecanismos da seleção natural na evolução das espécies. Darwin sugere que a incapacidade do homem em se alimentar plenamente estaria relacionada aos limites impostos pelo ambiente natural. O que reflete a noção de que a existência humana é subordinada à natureza.

Esse entendimento Darwinista tem implicações na compreensão dos seres vivos, pois sugere que o homem pelo menos no seu início de trajetória e evolução foi uma criatura dependente dos ambientes naturais ao seu redor, não o diferindo significativamente dos outros seres vivos no que tange a produção e captação de alimento, vivendo da pesca e caça primitiva, assim como a coleta de alimento, de fato ainda não transformando a natureza para produzir alimentação.

Com o advento da ótica darwinista, para explicar o fenômeno da fome e busca por alimento, como uma ação orgânica, podemos correlacionar todo esse cenário de busca por mecanismos de alimentação com a corrente de pensamento Determinista. Amplamente difundida em meados do século XVIII, que muito se alicerçou na linha de pensamento Darwinista no orbe geral do conhecimento científico da sociedade existente na época, consequentemente também atingindo estudos dentro da geografia.

Sobre o determinismo podemos elencar:

O Determinismo geográfico tem suas raízes fincadas no Positivismo, principalmente em sua fase evolucionista. Essa fase tem como base fundamental a teoria darwinista da evolução das espécies, na qual o homem nada mais é que um ser dependente dos processos naturais (Dantas, 1987, p. 09).

Podemos entender que o Determinismo geográfico, assim como o darwinismo, aponta o homem como um produto do meio em que vive, com isso o ambiente geográfico exerce um papel predominante no desenvolvimento e na evolução das sociedades humanas. Ou seja, segundo essa perspectiva, o meio geográfico determina as características e o progresso das sociedades.

Então o ato de se nutrir será também determinado pelo ambiente ao seu redor, sobre essa ótica um ambiente inóspito não permitirá aos seres vivos superar a fome, visto que essa é um reflexo natural imposto por aquele ambiente aos seres humanos, dentro deste quadro o próprio ser humano também não teria como mitigar essa situação. Esse é um cenário que descreve bem civilizações e grupos primitivos que viviam basicamente da caça e coleta.

Todavia, com a humanidade instaurando sua organização coletiva baseada em relações e hierarquias das atividades sociais, o determinismo do ambiente sobre o homem deixou de ser uma força motriz dos hábitos dos seres humanos, assim como também perdeu força enquanto corrente de pensamento. Até mesmo pelos avanços da dominação dos indivíduos sobre a natureza, neste quadro a relação homem-natureza assumiu uma abordagem mais mecânica do que orgânica.

Observa-se uma dicotomia entre a sociedade e a natureza, com esta última frequentemente concebida como um domínio passível de intervenção humana e controle (Smith, 1988). Essa percepção implica não apenas na manipulação física do espaço, mas também na criação de vínculos simbólicos com o ambiente, particularmente evidentes nos grupos tradicionais. Nesse sentido, as dificuldades encontradas no progresso humano não são meramente atribuídas às limitações impostas pela natureza ou pelo espaço físico. Tais dificuldades estão intrinsecamente associadas às relações sociais estabelecidas nesses territórios e por aqueles que neles habitam, desempenhando um papel crucial na promoção ou na fragilização do desenvolvimento humano.

Na análise de Smith (1988) sobre a dominação da natureza, destaca-se uma relação que se estabelece entre a subjugação do ambiente natural e a consequente submissão das relações sociais humanas. Há uma correlação evidente entre a suposta dominação do mundo exterior e a progressiva fragilidade da natureza interior, ou seja, das próprias pessoas, o que acarreta uma crescente vulnerabilidade da existência humana. Nesse contexto, a compreensão da fome e da produção de alimentos é revista, afastando-se da visão de que a fome é uma condição puramente imposta pela natureza para uma abordagem que a vincula mais estreitamente às interações e dinâmicas sociais entre indivíduos.

Apoiando esse pensamento, temos a fala de Freitas (2003) a qual evidencia a construção da organização social e o desenvolvimento das forças produtivas, mediante o acesso aos instrumentos de trabalho e os valores culturais, transformaram-se em definidores da qualidade, distribuição e o acesso à alimentação. Nesta ótica, qualquer precarização nestes “elos” terá impactos diretamente na produção e acesso à alimentação, consequentemente gerando quadros de fome.

Alinhando esse quadro para o campo e as comunidades tradicionais, somos capazes de reforçar a compreensão do entendimento que o território, pode soerguer-se desta dominação, a partir das transformações da natureza para produção e acesso alimentação, como vimos previamente neste texto. Principalmente entendendo que as transformações no espaço que resultam na categoria território, são repercussões das interações sociais que ocorrem durante o processo de produção do próprio espaço.

Embora os elementos naturais também exerçam influência sobre o espaço geográfico, é notável que as relações sociais possuem um impacto mais acentuado sobre o ambiente (Fernandes, 2013). Com isso o território e as relações que se desenvolve sobre o mesmo tem papel direto na produção de mecanismos e aportes que possibilitarão a vida e conseqüentemente a produção de alimento de forma segura e sadia. Em completude, os elementos que ameaçam esses territórios e suas relações de territorialidades são impactos a vida e fomentam a insegurança alimentar e conseqüentemente a fome.

Retornando ao entendimento sobre a fome, fica perceptível a transformação deste paradigma ligando a fome e aquisição dos alimentos, a naturalidade dos espaços, para um cenário que coloca as relações sociais como elemento condicionante de quem vai se alimentar ou definhar sem este recurso.

Principalmente quando analisamos que as causas das mortes ligadas à alimentação precarizada ou a total inanição deixam de estar atreladas às leis naturais. Agora temos esse fenômeno aproximando-se das relações sociais, assim como passarão a ser influenciados por características dessas relações e da vida em sociedade, dentro deste cenário as relações ecológicas ditaram a conformação da fome e do acesso ao alimento (Harris, 1982).

Para Freitas, (2003, p 30):

A ideologia naturalista, contrariamente, impunha um modo de pensar a incapacidade coletiva de os homens satisfazerem sua nutrição como um produto direto da ignorância alimentar, das variações genéticas de adaptação, ou da crescente natalidade, em contraste com a produção de alimentos.

O fragmento anterior destaca a presença de uma ideologia naturalista, que atribui a insuficiência coletiva na satisfação das necessidades alimentares a diferentes fatores, como a falta de conhecimento nutricional, variações genéticas adaptativas e o crescimento populacional, em contraposição à produção de alimentos. Esses elementos persistem até os dias atuais, contribuindo para a manutenção de tabus associados à fome globalmente.

A correlação com essa ideologia remete à compreensão de que as questões alimentares não são unicamente determinadas por fatores biológicos ou naturais, mas são profundamente influenciadas por dinâmicas socioeconômicas, culturais e políticas que moldam o acesso e a

distribuição dos alimentos em determinados territórios. A ideologia naturalista, ao simplificar os problemas alimentares, omite esses aspectos fundamentais, negligenciando as complexidades geográficas que moldam a produção e disponibilidade de alimentos para as populações.

No entanto, esse enfoque também sugere a inabilidade da sociedade em erradicar a fome como um fenômeno coletivo, cenário que, segundo Castro (1952, 1964 e 2003), Singer (1985) e Abramovay (2017), será um quadro persistente em nosso futuro. Esses estudiosos apontam essa mazela como um evento originado por fatores sociais, como desigualdades sociais e questões econômicas. Observando os entendimentos sobre o “determinismo” e “naturalismo” da fome apresentados até o momento, torna-se perceptível a transição na concepção deste fenômeno, de uma visão baseada em elementos ambientais para uma ótica mais complexa relacionada às disparidades sociais, a compreensão da fome deixa de ser exclusivamente orgânica, conforme evidenciado a seguir:

A determinação social da fome será a explicação para os processos nutricionais socialmente diferenciados, ou um dos modos de se compreender a sobrevivência dos grupos desfavorecidos na esteira da desigualdade social, com a interferência de diferentes formas de culturas para manter a existência (Freitas, 2003, p 30).

A passagem destacada por Freitas (2003) alude a ideia da determinação social da fome, destacando-a como uma explicação para os variados processos nutricionais que se manifestam de maneira socialmente diferenciada. Ela sugere que a fome é influenciada pela desigualdade social, e que compreender os padrões alimentares distintos é fundamental para entender a sobrevivência de grupos socialmente desfavorecidos, tanto em centros urbanos como no território de Charco no Campo.

Além disso, Freitas menciona a presença de diferentes formas de culturas como um elemento que contribui para a manutenção da existência desses grupos, conseqüentemente o não entendimento destes modos culturais e mecanismos de reprodução sociais, materiais e imateriais, enfatizando principalmente a cultura e maneira de produzir alimento pode lançar esses coletivos “marginalizados” em condições de insegurança alimentar e fome. Seguindo no entendimento posto por Freitas (2003), a autora enfatiza a complexidade e a interconexão entre fatores sociais, nutricionais e culturais na compreensão do fenômeno da fome.

Historicamente, no percurso do que entendemos como o processo de fome no ocidente, podemos observar o início da compreensão dos fatores sociais impactando o quadro da orexia, assim como também as desigualdades sociais que já se apresentam como outro condicionante para um precário acesso alimentação, que aliados a pobreza, serão fatores capitais para o desenvolvimento do ciclo vicioso da fome posto por Castro (1967). Importante

salientar, é como o fenômeno da fome saiu dos estudos de incapacidade do ser humano em subverter fatores ambientais e climáticos, para algo posto e em alguns casos imposto pelos próprios homens aos seus semelhantes.

Em continuidade, Freitas (2003) destaca que, mesmo com a mudança de paradigma, persistiram por algum tempo aqueles que concebiam o ser humano e sua relação com a natureza por meio da configuração da realidade social e das necessidades fisiológicas, fundamentando, assim, concepções ancoradas na fisiologia. Segundo a teoria nutricional da época (1850), a compreensão predominante era de que o homem era moldado pela sua alimentação. Nesse contexto, a autora apresenta uma constatação com base em Turner (1989, apud Freitas, 2003), o qual atribuía à natureza um papel determinante na existência humana por meio da alimentação. Dessa maneira, segundo essa linha de pensamento, a fome seria considerada a antítese da existência humana.

Dentro deste quadro, observamos que com avanços da técnica e tecnologia de produção de alimento há uma determinação do homem sobre a natureza para este devido fim. Todavia, se em 1850 o ato de alimentar-se era um determinante da existência humana, hoje a premissa sofreu alterações, muito em virtude de a fome atingir grupos sociais de formas desiguais. Hoje o determinante para a manutenção da vida de indivíduos é o acesso e o direito de produção de alimentos de acordo com seus costumes e cultura e não somente sua dispersão na natureza.

Retomando o debate, da construção do entendimento conceitual da fome, e conseqüentemente sua versão coletiva e social, é posto por Freitas (2003) que dentro da história, temos narrativas “predominantemente centradas no pensamento dos setores hegemônicos das sociedades”. Com isso podemos entender que historicamente o estudo da fome esteve ligado aos mais poderosos, grupos que na grande maioria dos casos não eram diretamente atingidos por estes fenômenos.

Desta forma, a autora aponta que a “invisibilização” e descaso com a fome não se deu ao acaso, sendo esta utilizada em sociedades pré-industrializadas como força de incentivo a reprodução do capital. No tocante a esse aspecto da fome utilizada como força de incentivo em sociedades pré-capitalistas, Avila (1990):

No momento do desenvolvimento das sociedades pré-industriais, a necessidade de um exército industrial de reserva para garantir a reprodução de capital não só exigia que se ignorasse a fome, como também que se deixasse velado o reconhecimento da desnutrição como uma entidade nosológica (AVILA, 1990 p 50).

Com o ensejo da autora, podemos refletir que durante o período exposto acima havia uma demanda pungente por um contingente de trabalhadores, necessário para manter a

produção e a reprodução do capital. No entanto, para manter essa força de trabalho disponível, as condições de fome e desnutrição entre os trabalhadores eram ignoradas. Essa inoperância em reconhecer a fome e a desnutrição como problema social era estratégica.

Ao não categorizar a desnutrição como uma condição médica ou social crítica, os impactos adversos da falta de alimentos e da nutrição inadequada poderiam ser obscurecidos. Isso permitia que as elites ou classes dominantes evitassem lidar com a responsabilidade de enfrentar diretamente esses problemas, mantendo as condições sociais que perpetuavam a disponibilidade de mão de obra barata e a preservação do sistema econômico vigente.

Essa prática também contribuía para ocultar a gravidade das condições de vida enfrentadas pela classe trabalhadora, preservando a aparência de normalidade ou estabilidade social. Em resumo, a ignorância deliberada em relação à fome e à desnutrição servia aos interesses das classes dominantes, pois permitia manter um contingente de trabalhadores em condições precárias sem haver uma discussão ou ação significativa para resolver esses problemas.

Todavia, para além das condições da relação de trabalho nas cidades, a autora também aponta para condições no campo que fomentam a inanição e a fome de grupos sociais menos favorecidos. Dentro destas condições podemos elencar o acúmulo de grandes porções territoriais construindo grandes latifúndios, conseqüentemente impactando na oferta de terras para a produção de alimento por coletivos camponeses, um quadro posto muito similar à conjuntura agrária da atualidade brasileira.

Podemos considerar que a insegurança alimentar e fome que incidem sobre Charco e outros povos tradicionais do Maranhão não é um fenômeno restrito a atualidade. Assim, é possível perceber a fome sendo utilizada como uma estratégia para fortalecer interesses de grupos hegemônicos, para garantir trabalhadores em favor da reprodução do capital, forçando esses grupos a aceitarem situações de serviços precarizadas, com remunerações inexpressivas para manter-se minimamente nutridos e afastados da penúria extrema.

Transportando para o atual cenário do campo, podemos entender a fome também como um instrumento estratégico, sendo utilizada como mecanismo de minar o processo de resistência de comunidades tradicionais no campo.

Um exemplo deste cenário, está destacado no trecho a frente:

Além disso, desde 2002, as famílias de Juçaral não tinham acesso à terra para a lavoura, nem mesmo concordando em pagar o foro. Com a privatização de terras que se tornaram parte da Fazenda Juçaral, que depois foram divididas em quatro propriedades, os quilombolas passaram a ter grande dificuldade de acesso aos recursos naturais com os quais tradicionalmente se alimentavam, fabricavam ferramentas, utensílios domésticos e construíam suas casas (Silva, 2017, p. 09).

O trecho evidencia uma realidade de privação de acesso à terra enfrentada pelas famílias de Juçaral desde 2002, limitando-as não apenas, na prática da agricultura, mas também restringindo o uso dos recursos naturais essenciais para a sua subsistência e modo de vida tradicional. A privatização das terras que compunham a Fazenda Juçaral resultou em uma divisão que, por sua vez, impactou diretamente a capacidade das comunidades quilombolas de garantir seu sustento e preservar suas práticas culturais.

Esse cenário de restrição ao acesso a recursos naturais está intrinsecamente relacionado à insegurança alimentar, visto que as comunidades quilombolas historicamente dependem da terra para o cultivo de alimentos, produção de ferramentas e utensílios, bem como para a construção de moradias. A limitação desse acesso compromete não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também afeta a base material e cultural dessas comunidades.

Ao analisar a situação, se percebe que a estratégia de privatização de terras, que resultou na restrição do acesso aos recursos naturais, pode ser interpretada como uma tática que visa minar as resistências das comunidades quilombolas. Ao despojar essas comunidades de seus meios tradicionais de subsistência, cria-se uma dependência e vulnerabilidade que pode comprometer sua capacidade de resistir a pressões externas e manter seus modos de vida autônomos. Dessa forma, a privação do acesso à terra não apenas impacta as condições materiais de vida, mas também representa uma ameaça à identidade e autonomia dessas comunidades, configurando-se como uma estratégia que visa enfraquecer suas bases de resistência.

Retornando a construção do entendimento da fome, tivemos o aparecimento de novas concepções, das quais podemos destacar o Malthusianismo, que de forma sintética podemos resumir como uma corrente de pensamento que previa um “boom” no crescimento populacional, que “desequilibraria” o já desequilibrado acesso alimentação da população mundial. Thomas Robert Malthus, da onde a teoria recebe o nome, tentou traduzir esse fenômeno por meio de uma equação matemática que comprovaria essa iminente catástrofe.

Para o autor haveria uma incompatibilidade entre a taxa de reprodução da humanidade e a produção de alimentos. Como exemplificado por Damiani (2002) sobre as constatações malthusianistas, estariam ligadas a existência de uma lei natural que demonstraria um crescimento das populações em uma constante geométrica, em comparação os recursos para a sobrevivência seriam produzidos em uma constante aritmética. Com o posto a humanidade consumiria mais do que pode produzir, tendo sempre esse déficit.

Sobre o entendimento de Damiani (2002), sobre o pensamento de Malthus destacamos o seguinte fragmento, a seguir:

A miséria e o vício são obstáculos positivos ao crescimento da população. Eles reequilibram duas forças tão desiguais. Em outras palavras, o crescimento natural da população, que é determinado pela paixão entre os sexos, excede a capacidade da terra para produzir alimentos para o homem. A dificuldade da subsistência exerce uma forte e constante pressão restritiva, sentida em um amplo setor da humanidade: os mais pobres ficam com a pior parte e a menor parte, convivendo com a fome e a miséria (Damiani, 2002, p 13).

Apoiados nos apontamentos da autora acima, sobre a teoria de Malthus, podemos observar que a pobreza, miséria e conseqüentemente a fome, eram vistas como fenômenos positivos, porque agiriam como reguladores deste crescimento populacional e manteriam o acesso aos recursos para a sobrevivência menos acessados. Sendo ainda, a fome do mundo era expressa por essa incapacidade de suprir esse número crescente e ágil de seres humanos que necessitavam de alimentação.

Todavia, observando a obra “A agonia da fome” de Freitas (2003) algumas considerações devem ser feitas. A primeira delas é que a autora traz a relação do Malthusianismo, como uma das respostas construídas pelos estados europeus para desviar e desacelerar revoltas sociais, que estavam desestabilizando esses estados. Assim como tentar salvaguardar o modo capitalista de produção.

Observando as informações apresentadas, concebemos que as ideias moduladas pela teoria de Malthus em muito vão ajudar a legitimar contextos de fome por anos, assim como legitimar a fome coletiva em países mais pobres e explorados por outros Estados (Freitas, 2003), todavia estas ideias também são reflexos da conjuntura socioespacial da época.

Uma característica que deve ser ressaltada desta corrente, já observada pela fala de Damiani (2002), e enfatizada agora através da ótica de Malthus, gira em torno da seguinte questão, onde: “O malthusianismo, fundado na relação homem-natureza, considerava (e ainda considera) a fome e a miséria como resultantes da violência contra a lei natural da vida, motivada pelos próprios pobres” (Malthus, 1977apud Freitas, 2003, p. 32).

Esse quadro, transportava a total responsabilidade da fome para os grupos menos favorecidos, onde estes sofrem com a fome por atingirem números “imensos” em suas populações, superando a capacidade de produzir nutrição ou por desconhecimento, ainda como reguladores positivos para o crescimento e desenvolvimento destas massas. Essa é uma teorização que não se comprova, visto que já apontamos no decorrer deste texto, que na esmagadora maioria dos casos a fome coletiva é um produto social, ligada a fatores da desigualdade social e não somente ao crescimento populacional.

Entretanto, esse entendimento sobre o malthusianismo nos traz algumas reflexões sobre a produção das relações de trabalho, a apropriação dos espaços como causa da miséria e fome. Para isso acionamos novamente Damiani (2002), com o trecho a seguir:

Essa era se inicia com a separação de grandes massas humanas dos meios de subsistência e produção, lançadas ao mercado na qualidade de trabalhadores livres. Esse processo tem sua expressão clássica na Inglaterra, exatamente, onde se produz o pensamento de Malthus. Não se trata somente de superação da servidão da gleba e da decadência do regime urbano medieval, ocorridas já em fins do século XIV. Mas de um processo de expropriação violento iniciado no século XV, que privou da terra os camponeses livres, assumiu várias formas, e durou séculos. Esse processo é chamado por Karl Marx de acumulação originária, ponto de partida da acumulação capitalista, já que a relação do capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade sobre as condições de realização do trabalho (Damiani, 2002, p. 12).

Com este fragmento a autora nos apresenta o que seria o início de uma era em que grandes populações serão forçadas a se separar de suas terras e meios de produção tradicionais que garantiam suas formas de subsistência, tornando-se trabalhadores “livres”. Isso marca uma transição significativa das matrizes econômicas, onde as pessoas passaram a vender sua força de trabalho em troca de salários. No campo, é possível observar as marcas deste cenário de distanciamento de massas humanas, das suas áreas de produção material e imaterial, principalmente ligadas a grupos tradicionais e a luta pelo acesso ao território e a terra.

Dentro deste quadro, temos também a apresentação de uma característica que persiste até a atualidade na luta pela terra. A qual orbita em seu processo de separação das massas dos meios de produção, e quando tratamos do campo e de comunidades tradicionais, esses meios de produção apoiam-se no acesso ao território como mecanismo de reprodução orgânica e social.

Nota-se que esse processo tem um carácter não pacífico, mas sim uma expropriação violenta, onde camponeses, pequenos proprietários de terra e sobre tudo povos e comunidades tradicionais foram e são despojados de suas terras e recursos por meio de várias formas de coerção e violência, uma delas a fome e a insegurança alimentar.

Até o momento, desde a análise darwinista do que seria o ato de alimentar-se e seu contraponto a ausência de alimento entendida como a fome, temos explicitado os pilares deste fenômeno e também alguns fatores que moldaram sua conceitualização. Onde podemos perceber que este cenário de fome já foi identificado como algo natural, que fisiologicamente acompanhará os indivíduos, e também algo motivado por relações sociais desiguais, em alguns casos produzidos de forma premeditada a proteger e/ou incentivar alguns interesses.

Entretanto, dentro da historiografia sobre a fome há uma crítica latente direcionada para a permanência do carácter social há muito invisibilizado deste fenômeno, que pode ser refletida até mesmo na atualidade, como posto no trecho a seguir:

Sua determinação social foi ignorada no discurso médico hegemônico, e mais tarde diluída no termo desnutrição. O enfoque predominantemente biológico distanciou, progressivamente, as questões sociais das vinculadas ao corpo, fazendo desaparecer ou excluindo a condição humana do organismo, para sustentar um suposto objetivo científico [...] A desnutrição passa a ser considerada um problema de saúde pública no século XX, mas será cercada de explicações, numa lógica independente da fome ou das reais questões culturais e históricas vinculadas a esse fenômeno. Em resumo, pode-se dizer que as influências do passado ressoam na literatura contemporânea acerca da fome, e que, no Brasil e em outros países, continuam sendo sustentadas por duas linhas gerais: uma condicionada pela clínica, que entende a fome como uma doença física da pobreza, e outra que a compreende como uma condição de penúria humana resultante do processo histórico-social (Freitas, 2003. p 33.).

Essa passagem destaca a complexidade da conscientização sobre a fome e a desnutrição ao longo do tempo, particularmente em ambientes clínicos e acadêmicos. Isto ilustra que a fome é frequentemente ignorada como um fenômeno social, sendo abordada principalmente de forma biológica e clínica. Esta perspectiva reducionista ignora os aspectos sociais, culturais e históricos da fome e da desnutrição e relega-os a problemas de saúde puramente físicos associados à pobreza. Através deste enquadramento, o pensamento do autor aponta a exclusão da dimensão social na compreensão da fome, que muitas vezes é vista como um problema clínico e não como resultado de condições estruturais e históricas.

Em última análise, isto distancia a nossa compreensão da fome das suas raízes sociais, ignorando as complexas relações entre condições de vida, acesso aos recursos, distribuição de rendimentos e estruturas socioeconômicas. Esta perspectiva histórica também prevalece na literatura contemporânea sobre a fome, inclusive no Brasil e em outros lugares. Embora as abordagens clínicas ainda observam a fome como uma doença física da pobreza, outras perspectivas veem-na como uma expressão da privação humana decorrente de processos históricos e sociais mais amplos.

No contexto atual da fome, esta análise ressoa, mostrando que a compreensão da fome ainda enfrenta desafios na integração plena das suas dimensões sociais, históricas e culturais. Enquanto alguns grupos continuam a abordar a fome como um problema puramente físico ou clínico, outros tentam contextualizar a fome num quadro socioeconômico mais amplo, reconhecendo as raízes históricas e estruturais da pobreza, da desigualdade e da injustiça social.

Assim observamos uma invisibilização da fome, enquanto problemática social, através da supervalorização e substituição deste conceito social pelos vieses científicos que orbitam

as noções de nutrição, inanição e, mais recentemente, insegurança alimentar. Ressaltamos que os estudos destas feições da fome têm sua importância dentro das áreas de conhecimento da saúde.

Entretanto, como colocado por Freitas (2003) no trecho acima, os estudos sobre essas definições não vão ao sentido profundo da questão que origina essa problemática, a questão social. Tal como, somos sabedores que na atualidade que a desnutrição, a inanição e, agora, a insegurança alimentar são caminhos para o fenômeno da fome. Diante disso, devemos entender a fome social como:

Uma produção definida por processos de exclusão social e revela-se no contexto de dominação política e econômica, tratando-se de um fenômeno que surge nas relações entre os homens, há milhares de anos, com a formação das sociedades de classe (Freitas, 2003 p 09.).

Sendo esta:

A expressão de uma sociedade com desigualdades extremas, cuja erradicação implicaria, necessariamente, em transformações sociais. Essas abordagens, que tratam do corpo na sociedade (a dificuldade de acesso ao alimento e os modos de inserção social dos indivíduos no processo produtivo), são sempre reinterpretadas para contextualizarem e contestarem a permanente ausência de políticas públicas eficazes para reverter esse quadro social (Freitas, 2003 p 34.).

Como visto nos fragmentos supracitados, e defendida neste capítulo, a fome social está intimamente atrelada às relações com o próximo e com os modelos sociais escolhidos enquanto sociedade. Desta forma, quando analisamos esse fenômeno é de suma importância manter a relação dos contextos socioeconômicos e clínicos da fome. Diante disso, este documento tratará da desnutrição, inanição e insegurança alimentar como desdobramentos deste processo formador da fome, e conseqüentemente de uma fome com causa social, visto que esses conceitos e doenças impactam diretamente na reprodução de indivíduos e grupos sociais em seus mecanismos de reprodução da vida. Como veremos mais adiante quando tratarmos de grupos tradicionais e suas territorialidades ameaçadas através da fome.

Após os entendimentos sobre o decurso da fome e seus processos mais importantes, é possível observar uma tendência social na distribuição dos alimentos e propagação da fome, que irão no futuro consolidar algumas das características mais fortes deste fenômeno. Diante deste cenário podemos observar grupos populacionais sociais diferenciados sofrendo com o fenômeno da fome se retro impulsionando, conseqüentemente criando e alimentando cenários de desigualdades sociais, por isso a importância de reconhecer este fenômeno como um mecanismo social.

Dando seguimento, no processo de construção do entendimento da fome, temos no Brasil o pesquisador Josué de Castro, o qual já tivemos oportunidade em tópicos anteriores de

debater um pouco de suas contribuições. O mesmo nos apresentou um arquétipo da fome que em muito impactam as organizações sociais. Entendendo a mesma como um efeito cíclico ligado a pobreza e fatores sociais.

Que impõem, em um primeiro momento a óbvia necessidade de rompimento deste mecanismo, fato que incorre em uso de políticas públicas pensadas para agir em várias dimensões da vida em sociedade, aonde vão desde a valorização do trabalho até a construção de uma reeducação alimentar. Mas acima de tudo o acesso à produção de alimento de forma contínua, cenário que a duras penas vinha se construindo nos últimos 30 anos no Brasil, após ampla mobilização social que surtiu efeitos positivos no combate à fome e suas mazelas.

A análise do paradigma da causação circular da doença e o círculo vicioso da fome, apresentada por Castro (1968), impõem a reflexão para além do fenômeno de fome biológica e social. Ele nos compele a pensar o acesso ao que comer, já que aqui a produção e o acesso à alimentação pelos meios que forem necessários, assim como sua forma contínua, seriam as principais formas de romper esse ciclo.

Observando o arcabouço construído acerca do que é a fome e sua definição, como também sua relação intrínseca com a desigualdade social, torna-se necessário lançarmos nossos olhares para entendemos como o campo brasileiro, palco de casos de desigualdades sociais, está inserido nesse contexto, e sobretudo seus impactos em comunidades tradicionais, que neste quadro são os principais atingidos pelas ações e desigualdades no campo.

Para elucidar esse cenário devemos observar fatores que vão para além do ato de se nutrir fisiologicamente e observar situações que não possibilitam a produção de alimento através da terra. Bem como a inviabilização de políticas que fomentem o acesso à alimentação, violências econômicas e cerceamento do alcance de alimentos e mecanismos de produção deste meio de sobrevivência.

Frente a este quadro, é importante entendermos essas diversas situações de fome no campo, visto que este fenômeno neste espaço não está somente ligado à falta de alimentos disponíveis, mas a vários outros fatores, como exemplificados nos episódios destacados nos trechos a seguir elencados por Freitas (2003):

Iniciando pela análise do caso apresentado por Rude, 1981:

Registra-se o caso da área rural da Irlanda, em 1846, quando da perda da colheita de batatas e a conseqüente imposição de uma política agrícola para exportação promovida pelos fazendeiros. Essa decisão motivou a expulsão de três milhões de pessoas pela falta de emprego e, por conseguinte, matou de fome mais de um milhão delas (Rude, 1981, p.7).

O fragmento acima demonstra a Grande Fome na Irlanda entre 1845 e 1852, causada pela falha das colheitas de batata devido a uma praga. Durante esse período, houve uma grave escassez de alimentos devido à falha das colheitas deste tubérculo, um alimento básico da população mais pobre. A monocultura da batata e políticas agrícolas voltadas para exportação contribuíram para a crise. Cerca de três milhões de pessoas foram expulsas devido à falta de emprego, e mais de um milhão morreram de fome ou doenças relacionadas à desnutrição. Isso destacou a vulnerabilidade da monocultura agrícola e a influência das políticas agrícolas na segurança alimentar e na vida das pessoas.

Castro, (1980) também expressa fenômenos de fome coletiva extremas que tiveram seus atos basilares relacionados a fatores sociais:

Há também de se fazer o registro dos quatro milhões de mortos de fome na Índia, em 1877, e as enormes quantidades de cereais, em especial trigo, produzidos para exportação no mesmo momento em que faltava dinheiro para a população comprar pão (Castro, 1980, p.15).

Esse trecho, destacado por Castro (1980), vai ao encontro as palavras de Rude (1981) e apresentam até uma contemporaneidade, sendo um registro doloroso e trágico da história. Falando sobre a situação na Índia em 1877, quando cerca de quatro milhões de pessoas perderam suas vidas devido à fome. É um cenário desolador, especialmente porque, ao mesmo tempo, havia excessos de cereais, especialmente trigo, os quais eram produzidos no país para exportação.

A ironia se mostra clara quando, mesmo com essa produção, muitos não tinham dinheiro para comprar o pão necessário para sobreviver. Isso ressalta a injustiça e as desigualdades sociais que frequentemente resultam em tragédias humanas. É um lembrete doloroso das consequências devastadoras das políticas econômicas e das disparidades que afetam diretamente as vidas das pessoas. Por fim, ressaltamos o trecho destacado por Raymer, (1975, p.81) onde o autor aponta que no “século depois, 1974, em Bangladesh, milhões de pessoas morreram de fome, no mesmo ano em que se observou a mais alta safra de arroz da história desse país”.

Este autor destaca situação similar aos cenários expostos anteriormente, onde podemos correlacionar a fome coletiva de milhões de indivíduos pelo mundo com fatores sociais e de mercado que iniciaram e impulsionaram esses fenômenos. Assim como também distanciamos a narrativa que a fome é um problema de produção de alimento, visto que, em alguns dos cenários dispostos acima, não foi a escassez de alimento que produziu a fome, mas sim a falta de acesso ao que se alimentar.

Na atualidade, torna-se perceptível um alinhamento do quadro da fome, com fatores externos como a conjuntura do campo brasileiro, que vão além da simples distribuição dos alimentos no espaço geográfico. Nos últimos sete anos houve um aumento dos descasos com povos e comunidades tradicionais, com isso ocorreu um impulsionamento do fenômeno da fome no campo, e com ele o aumento da insegurança alimentar destes coletivos tradicionais, favorecendo ainda mais o fortalecimento deste fenômeno sobre esses grupos.

Comparando com a fome que afeta as populações urbanas, mecanismos como o salário mínimo e as relações de emprego e renda facilitam o acesso à alimentação para esses grupos em comparação com as áreas rurais. O que não ocorre em muitos dos casos com povos e comunidades tradicionais, já que estes mecanismos de renda são diferenciados para esses indivíduos, assim como políticas públicas para essas pessoas em pobreza extrema e fome tendem a ser mais assertivas para moradores urbanos, um cenário diferente do campo. Sem contar os episódios de tensões territoriais que colocam esses grupos em eterno cenários de perigo e intimidação, como veremos no futuro deste texto, os expondo na maioria das vezes a sua reprodução econômica e social a riscos, por meio de várias agressões, uma delas a fome.

Observando a situação de povos e comunidades tradicionais, os quais possuem um amplo histórico de direitos negados, a exemplo de acesso às políticas públicas e ao recurso terra, situações que acabam por impactar diretamente nos seus mecanismos de sobrevivência, aliados aos estigmas da fome apresentados neste texto. Podemos observar o quanto o acesso ao território é um meio importante para grupos tradicionais. Em virtude deste quadro, dando voz a esse panorama, recorreremos novamente ao exemplo da comunidade de Charco. Tal comunidade, enfrentou diversas problemáticas que impactaram seus modos de vida e reprodução da sua cultura, sendo a principal delas a luta pelo acesso e garantia do direito de viver em seu território, recurso este palco das suas reproduções sociais e orgânicas.

Analisando o contexto de Charco, e o seu cenário de resistência às tensões territoriais, insegurança alimentar e produção de alimento, podemos elencar que o acesso ao território é um fator prioritário para manutenção da alimentação sadia, assim como segurança e soberania alimentar. E a negativa desse direito, como será demonstrado no próximo capítulo, os colocam como tantos outros grupos tradicionais em situação de fragilidade. Frente a isso podemos vislumbrar dois cenários, o primeiro ligado diretamente ao acesso ao território como fator importantíssimo para a produção de alimento, mas também a manutenção de sua existência, até por motivos cristalinos, que sem-terra não há como produzir e sem produção para esses grupos, não há segurança alimentar, incorrendo a essas pessoas o seu retorno ao ciclo da fome e um pior dos cenários seu desaparecimento.

O segundo cenário, é a fome como um mecanismo de enfraquecimento dessas comunidades com seus vínculos com o campo e com a terra. Mas esse segundo cenário será melhor explorado em tópicos mais a frente nesse debate, nesse momento ainda é necessário refletir sobre alguns pontos importantes. No próximo tópico iniciaremos esse debate sobre a questão do campo, os cenários de desigualdade e fome.

3. Campo e a produção de alimentos: o Território do Charco na luta contra fome.

Após o segundo capítulo desta dissertação, é necessário entender como algumas relações sociais no campo e sua conformação têm papel central no debate sobre a fome e a produção de alimentos de grupos tradicionais, principalmente no Brasil. Um país de dimensões continentais e com forte viés agrícola voltado à produção de alimentos, mas que em muitos momentos negam o acesso a essa produção aos indivíduos no campo e na cidade. Vista essa importância temos o campo como objeto basilar para as relações sociais como conhecemos tanto no âmbito rural quanto urbano.

Nesta oportunidade, recorreremos novamente à vivência da Comunidade de Charco, para dialogar com alguns dos cenários vivenciados na conformação do campo. Como posto nos momentos iniciais deste texto, o território de Charco, possui mais de 137 famílias quilombolas, localizadas em todo o seu território, trabalhando e tirando seus meios de subsistência dessa terra. Segundo dados da CPT, 2016 “As famílias das duas comunidades (Charco e Juçaral) são descendentes de negros e negras escravizados nas fazendas do município, no período da escravidão, e ocupam as terras há pelo menos sete gerações.” Esse trecho nos permite entender que a ocupação deste território neste espaço não é algo recente, possuindo alguns séculos, todavia por vários momentos essa temporalidade foi negada, e conseqüentemente desrespeitada por agentes externos e até mesmo o poder público.

Sobre a questão dos remanescentes de quilombos no território brasileiro temos Dos Anjos (2003), apresentando que:

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos: "mocambos", "comunidades negras rurais", "quilombos contemporâneos", "comunidades quilombolas" ou "terras de preto", referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e na maioria desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais. Muitas destas comunidades mantêm ainda tradições que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato, os dialetos, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e tecnológica (Dos Anjos, 2003, p. 52).

O trecho ressaltado pelo autor ilustra a abundância de comunidades negras no território brasileiro, as quais receberam diversas denominações ao longo do tempo. Apesar das variações nos termos utilizados, esses grupos compartilham características essenciais que os identificam como uma comunidade única. Entre esses aspectos comuns estão as práticas agrícolas, medicina, religião, mineração, técnicas de construção e arquitetura, entre outras expressões culturais.

Um ponto crucial ressaltado nesse estudo é a relação dessas comunidades com o uso e organização da terra. Conforme observado ao longo deste texto, a terra e o território possuem um valor estratégico fundamental para a preservação dos aspectos materiais e imateriais desses grupos. Esse valor se intensifica ao considerarmos a importância desse território na produção de alimentos e na segurança dos modelos de subsistência dessas comunidades.

Sobre a ocupação de quilombolas no estado do Maranhão, temos essas ocupações surgindo a partir das dinâmicas de resistência e escape das fazendas de algodão e cana-de-açúcar do estado dentro do cenário escravocrata maranhense, locais que exploravam a mão de obra negra. Essas ocupações persistiram nessas áreas, acompanhando o processo histórico de desenvolvimento econômico do Maranhão, ao longo dos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré, assim como nas terras da Baixada. Essa presença se estendeu até o extremo norte, na faixa litorânea entre as baías de São Marcos e Turiaçu conforme Santos, Lima e Moraes (2017).

O quadro desenhado pela passagem acima, demonstra como o território maranhense possui grupos quilombolas fixados em vários locais do estado, assim como ajuda a demonstrar que esse povoamento é bem antigo. Essa grande população negra no campo se dá pelo estado do Maranhão por muitos anos possuir um largo comércio de vidas negras, tanto para uso interno quanto para exportação em outras províncias.

Dando seguimento, o território de Charco e Juçaral está localizado dentro do município de São Vicente Ferrer, municipalidade que compõem a microrregião da Baixada Maranhense. Essa é uma informação importante para ser ressaltada, visto o histórico desta região, conhecida pelos seus altos índices e casos de desrespeito a direitos de comunidades tradicionais. Como consequência deste fato, essa microrregião responde por um grande quantitativo de casos de conflitos territoriais envolvendo povos e comunidades tradicionais, reforçando um quadro abissal de desigualdade social no campo dentro do estado do Maranhão.

Sobre este panorama de desigualdade, afetando o território de Charco, temos:

Como boa parte dos ex-escravizados e seus descendentes, os moradores de Charco e de Juçaral foram mantidos à parte do processo de transição entre o regime escravocrata, abolido em 1888 com a Lei Áurea, e o regime de trabalho assalariado (Silva, 2017, p.3).

O cenário desigual exposto no quadro acima, traz consigo uma informação importante sobre o território de Charco-Juçaral, porque anuncia como este território foi inserido de forma pretérita neste ciclo desigual do campo maranhense, assim como esclarece também as dificuldades vividas por esses povos em tentar rompê-lo. Vide esse histórico de invisibilidade e exclusão social sofrida por coletivos tradicionais no campo, esse quadro como observado no capítulo passado é um campo fértil para o aparecimento da fome e seus estigmas.

Este panorama pode ser expandido para vários grupos tradicionais brasileiros que também possuem suas inserções dentro dos estamentos sociais, políticos e econômicos brasileiros deixadas de lado. Onde se faz mais notório esse fenômeno, é sobre povos negros após a “abolição” do regime escravista e a grupos indígenas, esse sinal de exclusão segue pela esteira desenvolvimentista até os dias atuais.

Dentro do cenário agrário maranhense:

No final dos anos 60 a questão agrária no Maranhão intensificou-se com o advento da Lei de Terras de 1969. Essa lei teve um significado bem mais amplo que o escopo da sua temática, portanto, ela representou para além de um novo modelo de apropriação das terras do Estado, um novo modelo econômico, sendo a representação máxima de uma política pública generalizada que conduziu o Estado ao papel de elo central no processo de valorização e expansão do capital (Santos, 2017, p. 362).

Com esta cena posta para o campo maranhense, podemos entender como este instrumento normativo permitiu em pouco tempo as concentrações de terras nas mãos de poucos indivíduos dentro do Estado. Bem como, invisibilizou outras territorialidades existentes no Maranhão, em favor do novo modelo econômico voltado para os grandes imóveis rurais e a modernização do campo, com a escusa de retirar o Maranhão da condição de atraso.

Diante deste quadro, grupos e comunidades tradicionais com o passar dos anos tiveram ainda mais dificuldades em se manter territorializados em seus espaços, todo esse grande palco de situações, transformaram o campo maranhense, em um sítio de conflitos e choques de modelos de uso dos espaços. Onde de um lado teremos todo esse maquinário voltado para o que hoje concebemos como o agronegócio, trazendo com sigo o discurso desenvolvimentista e de “modernização” característico do modelo capitalista rural hegemônico existente no campo brasileiro, agredindo e especulando sobre as áreas de grupos tradicionais. E do outro lado as próprias comunidades tradicionais resistindo para se

manterem em seus territórios reproduzindo seus modos de vida, tentando romper como esse panorama de desigualdade e exclusão da conformação do campo.

Lembrando que como dito anteriormente para grupos quilombolas, que após a abolição da escravidão foram deixados totalmente de lado no processo de conformação e desenvolvimento social do campo. Com a edição desta legislação de terras do então governador José Sarney - Lei n.º 2.979, de 17 de junho de 1969¹⁹, temos novamente de forma sistemática a exclusão de grupos tradicionais do processo de construção social e econômica do campo. Infelizmente para indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e outras categorias coletivas do campo, restou o papel de antagonistas a este modelo desenvolvimentista que sempre os excluiu.

Relacionando essa conjuntura com a fome e a produção de alimentos, podemos entender que por mais que os fenômenos relacionados a estes estigmas não tivessem sido nomeados. Essa conjuntura não é favorável para que comunidades tradicionais se mantenham alimentadas de forma satisfatória, já que esses grupos neste cenário foram marginalizados e invisibilizados, aonde a partir da legislação de núm. 2.979/69 houve um agravamento do cenário de marginalização desses grupos. Conseqüentemente o aumento do abismo de desigualdade social que povos e comunidades tradicionais enfrentavam.

O fragmento a seguir construído por Neto (2017, p. 18), resume bem os impactos da Lei de Terra de Sarney, assim como os instrumentos técnicos e legislativos que vieram posteriormente a esta normativa, tiveram sobre os grupos tradicionais do campo.

A Lei nº 2.979/69 não vitimou apenas os posseiros, mas todas as comunidades tradicionais, como as dos quilombolas, que tiveram suas terras invadidas e griladas pelo grande capital. Assim, passados mais de quarenta e cinco anos da Lei Sarney de Terras, centenas de comunidades quilombolas esperam, ainda hoje, pelo reconhecimento, demarcação e titulação de suas terras. Isso evidencia bem a luta e resistência das comunidades afrodescendentes maranhenses contra o regime de propriedade rural criado pela Lei de Terras em 1850, lei que privilegiava apenas o poder econômico das classes abastadas. A imensa grilagem das terras quilombolas do Maranhão, legitimada pela Lei n.º 2.979/69, mostra bem o projeto excludente das classes abastadas do Maranhão, que vê como entrave à modernização todos os segmentos populares, por isso, adota a mesma lógica colonialista da elite brasileira.

¹⁹ Essa lei teve como principal objetivo regulamentar a aquisição e o uso de terras rurais no país. Ela estabeleceu que terras devolutas, que antes poderiam ser ocupadas e usadas por qualquer pessoa, deveriam ser registradas e tituladas. A lei também impôs restrições à aquisição de terras por estrangeiros, limitando a quantidade de terras que poderiam ser adquiridas por não brasileiros. A "Lei Sarney de Terras" teve impactos significativos na estrutura fundiária do Brasil, pois buscou ordenar a ocupação e o uso da terra no país. No entanto, também gerou críticas pois muitos argumentaram que ela favorecia os grandes proprietários de terras em detrimento dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais. A lei acabou sendo revogada e substituída pela Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como o "Estatuto da Terra" e que também regulamenta questões fundiárias no Brasil.

Diante do posto, tornar-se possível perceber um aumento da pressão sobre grupos tradicionais do campo, o que teve como principal consequência o aparecimento de uma tensão sobre seus modos de vida, dentro deste quadro as áreas de plantio e produção de alimentos também foram impactadas, visto sua importância para manutenção da vida destes grupos. Neste cenário, o fortalecimento da concentração de terras e riquezas e os atos especulativos sobre os espaços de comunidades tradicionais, como Charco, reforçaram ainda mais a desigualdade social do campo maranhense.

Dentro desta ótica, é possível observar a contribuição de Sodré (2015, p.14) para o entendimento deste cenário:

Quanto mais desenvolvidas forem as relações capitalistas no campo, maiores serão as concentrações fundiárias e a concentração de riquezas. Criando assim uma questão agrária que se intensifica e (re)produz desigualdades sociais, econômicas, danos ambientais, expropriações e outras formas de violências, em um espaço onde a dependência dos meios naturais se faz ainda mais notório.

Com o trecho acima, temos Sodré (2015) destacando as implicações existentes nas relações capitalistas no campo, como também aponta uma correlação estreita entre esse processo e a concentração fundiária no meio rural. Embasado neste quadro, à medida que as relações capitalistas se solidificam no espaço agrário, observa-se uma crescente concentração de terras e recursos nas mãos de poucos agentes econômicos.

Tal fenômeno acarreta uma série de consequências, entre elas o declínio dos meios de produção e reprodução social, material e imaterial de grupos tradicionais no campo. Sendo um destes meios o próprio o território, com isso temos o impulsionamento das desigualdades sociais, tornando assim um cenário frutífero para a insegurança alimentar e fome.

Indo mais afundo neste quadro a partir da reflexão posta por Lima; Pinheiro e Ferreira (2016, p.3), onde as autoras apontam um entendimento de que grupos tradicionais do campo, passaram por um processo histórico de exclusão de tomada de decisão, onde devemos fazer um adento, esse processo de exclusão e esquecimento está presente em vários âmbitos das vidas destes coletivos.

Como resultado deste processo, suas terras foram expropriadas por fazendeiros, grandes projetos desenvolvimentistas e pelo agronegócio. Alinhando as reflexões de Sodré (2015) e o pensamento das autoras podemos entender o surgimento dos conflitos sociais e territoriais como resultado do momento do enfrentamento destes coletivos, em meio ao seu processo de luta pelos direitos de se reproduzirem social e materialmente. Dentro deste contexto maior das relações capitalistas no campo, e das concentrações fundiárias na mão de atores sociais hegemônicos existentes neste espaço.

Analisando esse cenário de difusão das desigualdades sociais pelo avanço do modelo capitalista, e concentração dos espaços no campo por atores hegemônicos, em oposição a grupos tradicionais. Temos exemplos na Baixada Maranhense, microrregião onde está localizado o território de Charco e Juçaral. Com isso, podemos lançar mão da análise dos casos das quebradeiras de coco babaçu nesta região, que foram premeditadamente distanciadas de suas áreas de babaçuais.

Muito em virtude dos avanços da pecuária, agricultura, e proibição de acesso às áreas protegidas para coleta do babaçu de uso comum e a grilagem de terras, implicando em problemas socioeconômicos Ferreira (2017). Esse quadro, por tempos, foi muito vívido nesta microrregião, sendo este semelhante para outras comunidades tradicionais nesta localidade e também no estado do Maranhão.

Se observarmos o círculo vicioso da fome e o paradigma da causação circular a partir da ótica das relações desiguais do campo maranhense e a concentração fundiária, apresentadas pelos autores e autoras supracitados. Temos novamente uma representação que a insegurança alimentar e fome em grupos do campo não se origina na pobreza, mas sim na negativa dos recursos para produzir e manter sua segurança alimentar de forma sadia e satisfatória.

Neste cenário, baseando-se nas constatações de Figueiredo (2007) *apud* Ferreira (2017, p.04), que nos ajudaram a traçar o entendimento de como essas relações desiguais e precarizadas incidem sobre povos tradicionais, e acabam consequentemente por fomentar quadros de conflitos com esses coletivos. Como as quebradeiras de coco e os pagamentos de aforamentos altíssimos, quadro que também ocorreu no território de Charco, onde neste caso o Foro tomou proporções tão grandes que já não era possível as comunidades seguirem fazendo seu pagamento, essa situação gerou para o território de Charco e Juçaral uma série de violências tanto econômicas quanto físicas.

Seguindo no relato dos abusos sofridos pelas quebradeiras de coco babaçu e sua correlação com Charco. Podemos relacionar também as invasões de cultivo pelo gado dos proprietários, nas comunidades de Charco e Juçaral. Mas nessas comunidades, essas violências foram além da invasão. Ocorrendo também o assassinato dos animais deste coletivo por parte dos “proprietários” para evitar concorrência de espaço com seus animais.

Outro cenário de conflito sofrido pelas quebradeiras de coco que pode ser apontado como semelhante aos vividos no território de Charco, residia na imposição da obrigatoriedade de vender as amêndoas do coco babaçu e de comprar somente nos comércios dos proprietários das terras os produtos que não produziam. Além de tudo isso, os trabalhadores

se viram às voltas com a proibição de adentrar nas pastagens dos (chamados) fazendeiros para daí extrair o babaçu, Figueiredo (2007).

Neste quadro, em Charco para além do babaçu, eram também usurpados o Arroz, a farinha, o feijão e outros gêneros alimentícios, que causaram impactos diretos na segurança alimentar deste território.

Por fim, aludimos como são semelhantes às agressões sofridas por grupos tradicionais no Campo maranhense, e como grande parte destes fenômenos violentos objetivam atacar a terra para plantar e as produções que garantem alimentação, mas também a segurança e permanência destes coletivos em seus espaços.

Assim, dentro deste quadro temos, esse ciclo de insegurança alimentar e fome sendo iniciado e retroalimentado, como tradução destas relações produzidas no espaço geográfico, e conseqüentemente reverberando nas relações de territorialidades de grupos tradicionais. Como dito anteriormente, fatores econômicos e até mesmo propriamente a pobreza, não são o ponto de partida desta vulnerabilidade a fome.

Todavia, pode-se pensar esse ponto de partida iniciando-se no contexto da questão fundiária desigual, assim como cenários de conflitos, onde as lógicas hegemônicas avançam e objetivam espaços de coletivos do campo de forma predatória, negando acesso à terra e a construção dos territórios, impedindo o acesso à água, agindo de forma violenta contra esses grupos matando e queimando suas produções.

Com esta condição podemos entender a fome, em um olhar inicial, como a resposta natural e social dos corpos e coletivos do campo ao cenário exposto. Entretanto, quando observamos esse fenômeno pelo prisma cíclico e da sua causação, é plausível lançar o entendimento que além de uma resposta natural e social, a fome e a insegurança alimentar em grupos tradicionais nos quadros de conflitos e desigualdades sociais, se torna um mecanismo de controle e quebra dos vínculos destes grupos com seus espaços.

Como controle, observando o arquétipo desta relação, esses grupos tradicionais, para se manter minimamente alimentados, acabam sujeitando-se a inúmeras situações de injustiças sociais como as citadas em outros momentos, a exemplo do regime de Aforamento.

Todavia, destacamos também o impacto mais básico desta condição de insegurança alimentar e fome, que reside na fome como um evento frequente, impactando a tentativa da permanência e territorialidade de grupos tradicionais, nesta relação o acesso ao território tem papel basilar, visto que este é o espaço que permitirá que esses grupos produzam e acessem seus recursos alimentares. Desta forma, a conflitualidade e os conflitos no e pelo território,

tem impactos sobre a segurança alimentar de grupos tradicionais, principalmente quando observamos os fenômenos destacados por Figueiredo (2007) *apud* Ferreira (2017, p. 4).

Pensando sobre o entendimento da questão agrária, onde esta se refere aos problemas sociais, econômicos e ambientais que se originam da desigualdade no acesso e controle da terra e dos recursos naturais. Nesse sentido, a concentração fundiária e de riquezas resulta na marginalização e exclusão de uma parcela significativa da população rural, que se vê privada de meios de subsistência adequados e enfrenta dificuldades para garantir sua reprodução social e econômica.

Além disso, a desigualdade no acesso à terra e aos recursos contribui para a perpetuação das desigualdades sociais, aprofundando as disparidades econômicas e ampliando as divisões existentes na sociedade. Com isso temos a insegurança alimentar e a fome como resultados desta questão agrária, ou melhor, desde quadro agrário brasileiro invisibilizador e excludente, principalmente quando tratamos de povos e comunidades tradicionais. Desta forma está indissociável pensar questão agrária sem pensar na vulnerabilidade a fome e insegurança alimentar.

O quadro apresentado até esta ocasião, tenta explicar os fenômenos que subsidiaram o aumento dos episódios e processos violentos que incidiram e incidem sobre grupos e povos tradicionais. Com isso podemos já elencar que no quadro agrário o fenômeno da desigualdade social, a especulação e pressão sobre os espaços de coletivos tradicionais terão impactos sobre suas produções alimentares, impactos estes que inserem povos tradicionais dentro das mazelas da fome, sobretudo a desnutrição e insegurança alimentar.

Com entendimento do caráter desigual das relações no campo maranhense e consecutivamente o brasileiro, temos Sodré (2017, p. 20) reforçando, que esse caráter através da concentra o de capital em poucas mãos, deixou como herança um acentuado quadro de desigualdade. Que motivado pelos ciclos econômicos e tecnológicos propuseram ao campo um desenvolvimento que não favorece os mais "pobres". Aqui o autor reforça uma característica interessante sobre essa dicotomia no campo, onde o desenvolvimento voltado ao modelo hegemônico carrega consigo o discurso tecnológico e modernizador (o mesmo usado como engodo nas leis de terras de Sarney) para justificar seus avanços sobre novas áreas até os dias atuais.

Um pequeno adendo, a no o de que as práticas de produ o em comunidades tradicionais e a agricultura familiar nas áreas rurais são tecnologicamente inferiores ou ineficientes, não é uma verdade. Um exemplo claro é o caso das comunidades quilombolas, como o território de Charco, que incorporam técnicas modernas de produ o de alimentos.

No entanto, esses grupos também combinam essas abordagens com seus conhecimentos ancestrais em agricultura, resultando em produtos de alta qualidade. Superando os artifícios das práticas técnicas e tecnológicas utilizadas em larga escala, que resultam muitas vezes em alimentos de qualidade inferior e podem ser prejudiciais à saúde.

Indo mais afundo no pensamento do Sodré (2017), diríamos que a conjuntura atual do nosso campo não favorece grupos, que vão da agricultura familiar até comunidades e povos tradicionais, que possuem suas territorialidades e vivências diferenciadas do modelo hegemônico vigente. Este quadro culmina no aumento das incidências de conflitos no campo.

Como posto anteriormente, as desigualdades sociais são um campo fértil para o aparecimento da fome e sua propagação, portanto imaginar o seu surgimento no campo a partir da sua relação direta com esse cenário desigual é muito coerente. Ainda mais quando adicionamos a esse os impactos diretos dos conflitos territoriais e seus processos de conformação (conflitualidade) destes fenômenos sobre a produção de alimentos de grupos do campo. Diante disto, é necessário levar em consideração na análise da fome e insegurança alimentar de comunidades tradicionais no campo maranhense também os episódios de conflitos agrários.

O trecho a seguir foi retirado do relatório-denúncia “AMAZÔNIA, um bioma mergulhado em conflitos - 2016”. Construído pelas articulações das comissões pastorais da terra na Amazônia - CPT, que incluíram as coordenações de todos os estados da região Norte e também o estado do Maranhão (região Nordeste).

Esta publicação teve como intuito tornar públicas as várias situações de agressão e violência ocorridas com povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade. Uma das comunidades escolhidas foi a Comunidade Quilombola de Charco, cujo relato registrado é muito interessante para iniciarmos o entendimento mais profundo de como algumas situações do campo afetam a produção de alimentos de grupos tradicionais:

Mas eles (comunidade de Charco) nunca tiveram o domínio das terras que ocupavam. Eram obrigadas a pagar a quem se apresentava como proprietário das terras. O pagamento devia ser feito em dinheiro ou em produtos. Suas casas, construídas de taipa e cobertas de palha de babaçu, expressavam sua vulnerabilidade e insegurança, como se pudessem a qualquer momento delas serem despejados, expulsos da terra Comissão Pastoral da Terra/CPT (2016, p. 43).

Como já exemplificado em momentos anteriores, o quadro destacado na seção acima é muito familiar para vários grupos do campo no Estado do Maranhão, e também o nacional, não sendo exclusiva dos quilombolas de Charco.

Esta cena, além de demonstrar a realidade de muitas das comunidades, quando abordadas e interpeladas por agentes externos aos seus espaços de vivência, que mesmo que

não agindo de violência física, imprime a esses coletivos uma ação predatória, predando suas produções e recursos financeiros. Portanto, impactando nos aspectos da segurança alimentar desses grupos, visto que muitos dos produtos predados são gêneros alimentícios produzidos por estas pessoas para realizar a manutenção de seus modos de vida.

Podemos entender o quadro acima, como um dos cenários de desigualdade social e vulnerabilidade sofridos por coletivos tradicionais como Charco, dos quais ajudam a conformar o processo de conflitualidades e conflitos territoriais. Não obstante, somos sabedores que essa situação não é algo episódico e estático, e sim todo um processo com temporalidade, intensidade e em muitos dos casos, frequência, como ocorrido com Charco. Desta forma, para compreendermos melhor o que significa a expressão conflito territorial neste cenário, usaremos a conceitualização da tipologia mais frequente deste fenômeno que se incidiu sobre a Comunidade de Charco e também a outros grupos no Estado do Maranhão para sintetizar esse entendimento.

Desta forma temos o conceito de Conflito por Terra que, a partir de Fernandes (2005), órbita na seguinte questão:

Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas (Fernandes, 2005, p.26).

A reflexão de Fernandes (2005) acerca dos conflitos, nos apresenta que estes fenômenos não se limitam a disputas geográficas, mas são expressões das tensões entre diferentes classes sociais e modelos de desenvolvimento. Há uma batalha ideológica, onde diferentes forças se confrontam em busca de hegemonia, quer seja para impor suas ideias ou para quebrar os vínculos dos seus “opponentes” com seus espaços. Isso sugere que os conflitos no campo envolvem não apenas questões territoriais, mas também visões antagônicas sobre como a terra deve ser usada e distribuída.

Ao relacionar isso com as desigualdades sociais no campo, especialmente a fome, percebemos que esses conflitos por terras muitas vezes impactam diretamente a segurança alimentar. A concentração de terras nas mãos de poucos, os modelos de produção excludentes e as disputas territoriais podem privar comunidades tradicionais do acesso à terra para cultivo e subsistência. Essa falta de acesso à terra produtiva contribui para a insegurança alimentar, levando à escassez de alimentos e, em alguns casos, à fome. Portanto, a luta pela terra não é apenas uma questão de posse física, mas também está intrinsecamente ligada à garantia do direito humano básico à alimentação adequada.

A partir da referida conceitualização sobre o fenômeno dos conflitos por terra, faz-se possível identificar uma característica comum de todas as formas deste acontecimento, independente do seu motivador, que é seu sentido de enfrentamento e confronto pelo choque de óticas diferentes de um determinado objeto, que, no contexto agrário, pode ter vários fatores como a terra, a água, as relações de trabalho entre outras razões motivadoras. Como dito, os conflitos são resultados de um processo de animosidade entre grupos antagônicos.

No histórico de Charco os conflitos já foram causados por várias destas motivações, entretanto podemos elencar os conflitos por terra, água ou aqueles que envolvem relações de trabalho como aqueles que possuem maiores impactos sobre a segurança alimentar de grupos tradicionais. No próximo tópico construiremos algumas reflexões sobre esse processo envolvendo situações de conflito e a produção de alimento.

3.1 O regime de Foro e seus impactos sobre o acesso à alimentação de grupos tradicionais.

No desenrolar deste texto, estamos trabalhando o entendimento de conflitos territoriais, como reverberações dos cenários desiguais do campo brasileiro. Construindo o entendimento destes eventos originando-se de um processo de conflitualidade com temporalidade, não sendo um fenômeno episódico. Admitindo, que na sua complexidade, os conflitos territoriais possuem intensidade e impactos variados sobre grupos tradicionais e coletivos do campo no decorrer de suas histórias. Neste cenário alguns eventos de conflitos devem ser observados com mais detalhe como o próprio regime de aforamento.

No trecho destacado na página 90, retirado do Relatório-denúncia “AMAZÔNIA, um bioma mergulhado em conflitos”, podemos constatar como Charco sofria com imposições que impactavam diretamente a segurança alimentar deste grupo. A prática enunciada no trecho referido é conhecida como “pagamento de foro”, um hábito antigo. Todavia, ainda vivido no campo, como posto a seguir por Silveira (2014):

A instituição do pagamento do Foro²⁰ foi uma tentativa adotada pela Coroa portuguesa que objetivava um maior controle em torno da apropriação territorial, dessa maneira, a coroa acreditava que o pagamento, dificultaria o domínio de terras improdutivas, destacando que o foro inclinava sobre à terra e não a produção (Silveira, 2014, p.25).

Iniciando nossa análise temos a expressão Foro, que dentro do contexto agrário brasileiro a expressão e práxis se mantiveram existindo. Entretanto, na atualidade, podemos

²⁰ “Pagar o foro da terra” era, na época, a expressão usada por moradoras/es para o que seria denominado, hoje, de arrendamento: para viver num pedaço de terra entregava-se uma parte de sua produção na agricultura ao “dono da terra”. Seria algo aproximado ao “aluguel”, cujos valores estabeleciam-se em produtos do trabalho na terra. (Seabra, 2020, p. 97)

observar algumas diferenciações entre os atores que empregavam essa prática. Anteriormente, a coroa desempenhava um papel fundamental na instituição do foro como meio de regularização territorial. No entanto, atualmente, essa prática evoluiu de uma necessidade regulatória para uma imposição por parte de atores antagônicos que se autodenominam donos das terras, afetando povos tradicionais. Essa abordagem serve não apenas para oprimir essas comunidades, mas também para minar sua resistência nas lutas de classe em seus territórios e explorar o trabalho dos grupos tradicionais de maneira predatória.

Com este cenário, podemos entender a segurança alimentar para além do acesso à alimentação como posto por Corrêa, 2020 no fragmento a seguir:

Entende-se que a segurança alimentar de um território vai além da garantia do acesso aos alimentos, mas contempla a equidade no uso dos territórios e na definição dos modelos de produção, buscando garantir a justiça social e a promoção da saúde. (Corrêa, 2020, p. 1071).

Através do olhar da autora, podemos lançar um entendimento que a segurança alimentar está intrinsecamente ligada à distribuição espacial dos recursos, dos territórios e à influência dos modelos de produção na conformação desses espaços, principalmente no campo. Nesta conjuntura, devemos perceber os conflitos territoriais como acontecimentos que afetam significativamente a segurança alimentar, em muitas das vezes por estarem relacionados com a disputa por recursos naturais essenciais para a produção de alimentos, como terras, acesso à água e áreas propícias para a agricultura.

Trazendo essa reflexão para o foro, temos essa situação desequilibrando o que Corrêa (2020) apontaria como essa suposta equidade, visto que, a pensada equidade no uso dos territórios estaria relacionada diretamente com a distribuição justa e igualitária desses recursos entre diferentes atores sociais no campo. Com isso, mecanismos como o Foro, não permitem que povos tradicionais se reproduzam no campo, pois além de atacar sua produção de alimento, age como uma fuga de renda destes grupos, visto que essa produção não é convertida nem em nutrição e tão pouco valor monetário para grupos tradicionais.

Em cenários mais extremos temos a situação exposta por Figueiredo (2007) *apud* Ferreira (2017, p.04) no fragmento a seguir: “essas famílias de pequenos produtores de alimentos viam-se obrigadas a comprar das mãos dos comerciantes o mesmo arroz que haviam produzido ou trocar por dez quilos de amêndoas de babaçu por um quilo de arroz”. A situação descrita pelas autoras é um claro exemplo do regime de aforamento, o qual possui algumas variações na baixada maranhense, que atingiram por muito tempo até o Território de Charco.

Pois estes coletivos, quando não compravam os mesmos mantimentos que produziam, pagavam para trabalhar nas suas próprias terras com as ferramentas alugadas pelos agentes externos antagônicos aos seus modos de vida. Sob essa ótica podemos pensar que os conflitos territoriais estão enraizados em questões socioeconômicas e políticas, afetando não apenas a posse da terra, mas também os modelos de produção adotados.

Retornando ao entendimento do Foro, tonar-se evidente, que essa prática resulta em significativos efeitos na reprodução social e material de comunidades tradicionais, notadamente em relação à sua atividade produtiva de alimentos. Isso decorre do ônus imposto à utilização da terra por meio do pagamento do foro, o qual incide sobre grupos tradicionais. Tal imposição tem como motivação a apropriação de uma parcela considerável da produção dessas comunidades, ou do equivalente em valor monetário, conforme determinado pelo suposto proprietário da terra. Diante desse contexto, esses grupos se veem em situações de vulnerabilidade financeira e/ou alimentar.

Em continuidade, esse pagamento é feito com produtos obtidos através do trabalho desses coletivos em suas próprias áreas de produção, como evidenciado em falas anteriores, o que, em cenários como o encontrado no estado do Maranhão. Onde grupos tradicionais enfrentam muitas dificuldades para manter adequadamente suas produções, e principalmente acessar áreas para produzir, a prática do foro têm grandes impactos nas relações sociais e econômicas.

A instituição da prática da cobrança do foro é altamente agressiva para a segurança alimentar e subsistência desses grupos, já que a mesma é um ataque direto sobre suas produções alimentares. Construindo para esses coletivos um quadro de parcelamento da sua produção com terceiros, que não possuem direito sobre tal. Já que na maioria esmagadora dos casos não são proprietários da terra, muito menos possuem direitos de exploração da mesma ou de extorquir grupos que residem nela a décadas, como no exemplo de Charco, mas ainda assim impõem-se a essas comunidades como tais.

O relato a seguir retrata bem esse cenário:

Aqueles que se diziam “donos da terra” cobravam o pagamento do foro da terra para que moradoras e moradores lá pudessem permanecer entregando grande parte da produção nas roças; as recordações revisitam o grande sofrimento que significava pagar os dois alqueires demandados por linha, algo em torno de 60 kg por linha de sua produção (Seabra, 2020 p. 96).

O fragmento acima relata a vivência da comunidade de Mutum II, povoado rural do município de Arari, localizado também na microrregião da Baixada Maranhense, mesma região em que se encontra o município de São Vicente Ferrer, e por consequência o território

Quilombola de Charco. A partir do referido fragmento, é possível observar que o pagamento do Foro não é uma prática isolada, ou uma situação exclusivamente ligada à comunidade de Charco. Como também se torna perceptível, esta é uma prática muito frequente sob povos tradicionais, e a proximidade entre essas duas comunidades nos leva a deduzir que essa é uma atividade corriqueira dentro desta microrregião.

Todavia, o momento agora é direcionado para construção da compreensão do tamanho dos impactos desta prática sobre a produção de alimentos desses grupos. No campo maranhense, onde a certificação e titulação da terra para grupos tradicionais são incipientes, principalmente para comunidades tradicionais negras, tal fenômeno compele esses grupos, a disputarem sua sobrevivência e o direito de residir em seus espaços com outros atores sociais. Sendo esta, uma relação sempre desproporcional e onerosa para grupos tradicionais, como podemos observar através das passagens apresentadas até o momento. Que demonstram a situação de vulnerabilidade destes coletivos no campo maranhense.

Quando alinhamos os impactos desse quadro de disputa com a produção de alimentos. Principalmente influenciada por práticas como a cobrança do Foro, temos os cenários como os apresentados pelas quebradeiras de coco da baixada, pelo território de Charco e Juçaral, por Mutum II e por outros vários coletivos não enunciados aqui, mas que sofrem com este quadro anualmente. Onde uma grande parcela do que é produzido em seus territórios é expropriado por terceiros, gerando a retirada de recursos destas comunidades, mas não qualquer recurso, sim as produções estratégicas de subsistência e manutenção da vida.

O que configura uma cena preocupante, visto que para grupos tradicionais conseguirem compensar essa perda, isso quando conseguem, devem entregar-se para grandes jornadas de trabalho em suas áreas de produção ou abdicar de sua própria nutrição acessando quantidades menores de Alimentos. Um parêntese importante nesta fala é que em alguns casos moradores destas comunidades até se sujeitam a aceitar serviços em empreendimentos agrícolas dos atores que os violam, para obterem melhores condições sociais. Este quadro de prestação de serviços aos supostos donos da terra é algo bem antigo a esse grupo do campo, como podemos ver na passagem a seguir:

Após a abolição, as famílias de libertos, como eram chamados os ex-escravizados, permaneceram nas propriedades em que trabalhavam, prestando serviços a seus ex-senhores, geralmente como meeiros – ou seja, trabalhando em terras que pertenciam a outra pessoa, obrigados a entregar metade do que era produzido ao fazendeiro (Silva, 2017 p.3).

Esta conjuntura acaba por enfraquecer esses povos assim como reforçar as barreiras das desigualdades no campo. Se imaginarmos esse quadro através da ótica da fome como

fenômeno coletivo, como também problemática social, teríamos a causação da doença aqui motivada primeiramente pelas grandes quantidades de alimentação retiradas destes coletivos através do Foro ou por outra forma de conflito territorial. Práticas, com um impacto considerável sobre a segurança alimentar de PCTs.

Mas também podemos elencar um segundo fator que seria a escolha dos alimentos impactados pela cobrança do Foro. Nessa lista temos arroz, farinha, milho, mandioca entre outros gêneros. Elementos que comumente são encontrados nas cestas básicas do maranhense, principalmente em grupos tradicionais e a agricultura familiar, que dentro dos seus círculos de produção e nutrição esses alimentos têm bastante protagonismo.

Como podemos observar no trecho a seguir retirado do relato trazido pela antiga moradora, Dona Antônia, da comunidade de Charco – Juçaral, transcrito pelo senhor Inaldo, ativista das causas do campo maranhense:

O fazendeiro não perdoava R\$ 0,50; a dívida – farinha, arroz, milho – de um ano se somava à do ano seguinte se a pobre família não tivesse criação no quintal, uma panela de alumínio, uma rede de pescar em bom estado de conservação ou mesmo de dormir que ele pudesse levar para si. No dia marcado, ele ia de casa em casa para receber o pagamento do foro da terra estabelecido por ele. Nem mesmo ela, que é/era sua comadre de alma, escapava dessa humilhação (Neepes/ENSP/Fiocruz, 2020).

Com a representatividade da fala da moradora de Charco, fica ainda mais nítido o impacto de conflitos e tensões territoriais sobre a produção de alimentos de grupos tradicionais no estado do Maranhão, que inferem consequências diretas sobre a segurança alimentar. Sobre o processo de aquisição e produção de alimentos por povos e comunidades tradicionais. Podemos observar na fala de Dona Antônia, o reforço dos gêneros alimentícios comumente objetivados nesta prática, que são a farinha, o arroz e milho, itens básicos de alimentação.

Comparando os quantitativos mínimos destes itens para compor uma cesta básica satisfatória na região nordeste, temos os seguintes números, para o arroz 3,6 kg e para o milho 3,0 kg mensal por grupo familiar, o que teríamos em um ano 43,2 kg para o arroz, e para o milho 36 kg²¹. Desta forma, para esses coletivos alcançarem uma cesta básica satisfatória, teriam que dobrar sua produção, visto que a agressão do Foro deverá subtrair um quantitativo considerável destes alimentos na produção das comunidades. Em termos anuais, conforme praticado no regime do aforamento, podemos admitir que os impactos desta expropriação em grupos tradicionais são consideráveis.

²¹ Dados adaptados para texto da tabela de preços dos gêneros alimentícios da Cesta básica, publicados pelo Dieese ano 2022, para as cestas básicas de cidades brasileiras.

Tomando o arroz como exemplo e lançando mão de alguns dados de pesquisas governamentais, é possível construir um pequeno recorte sobre os impactos do regime de Foro em povos e comunidades tradicionais com base no que vimos até o momento. Partindo dos dados de aquisição de alimentos da POF 2017/2018, identificamos que a média total *per capita* do consumo de arroz por populações do campo brasileiro para o ano de 2017 a 2018 é de 29,243 quilos anuais (IBGE, 2020). O que seria equivalente a aproximadamente 2,44 quilos mensais. Uma situação acima do indicado pela cesta básica nacional, que é de 3,6 quilogramas (considerando um grupo familiar de três indivíduos adultos ou com duas crianças, substituindo um adulto na formação familiar), um quantitativo aceitável, para a média total do campo brasileiro por indivíduo.

Todavia, quando comparamos esses números de consumo de arroz *per capita* do campo brasileiro em um quadro geral, com dados dos indivíduos da região nordeste, é possível perceber que os nordestinos consomem menos esse alimento, sendo acessados 1,82 kg pelos indivíduos desta região. Mostrando que a região nordeste já acessa menores quantidades de alimentos básicos, que o cenário geral do campo brasileiro. Como podemos observar no quadro 01 abaixo, com os dados de aquisição de Arroz, para a região nordeste e a média do campo brasileiro.

Quadro 01: Aquisição alimentar domiciliar per capita anual/mensal, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo o produto arroz - Região Nordeste

Arroz/kg	Média do Campo Brasileiro	Média da região nordeste	Com insegurança alimentar		
			Leve	Moderada	Grave
Anual	29,243 kg	21,855 kg	24,152 kg	24,019 kg	24,383 kg
Mensal	2,44 kg	1,821 kg	2,01 kg	2,00 kg	2,03 kg

Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar POF/IBGE 2017 a 2018 e DIEESE, 2022.

Quando analisamos o quadro acima para a região nordeste, sobre os números de acesso ao arroz, é possível observar uma variação do consumo desse alimento consoante os graus de insegurança alimentar. Onde temos um quantitativo de 1,821 kg como média da região. Mas quando voltamos nossa atenção para os dados de indivíduos com algum nível de insegurança alimentar, podemos perceber que o acesso do arroz aumenta e o quadro se mantém inalterado nas variáveis campo e cidade. Esse quadro configura um entendimento

que dentre os grupos que possuem algum tipo de insegurança alimentar o arroz é uma base importante para a composição nutricional de suas alimentações, tanto por ser um alimento de acesso mais fácil, mas também por um bom valor nutricional.

Observando os indivíduos elencados com algum nível de insegurança alimentar, temos esses grupos com estigma leve acessando anualmente em torno de 24,15 quilos de arroz, que mensalmente equivalem aproximadamente 2 quilos ao mês, quase o mesmo quantitativo dos indivíduos que estão nas situações de moderada e grave insegurança alimentar que acessam, respectivamente, 24,01 e 24,38 anual, e mensalmente 2 e 2,03 quilos de arroz.

Neste cenário, podemos chegar à conclusão que em comparação ao quadro geral do campo brasileiro, os indivíduos da região nordestina acessam em menor quantidade alguns alimentos básicos. Nota-se que esse cenário não é exclusivo do arroz, podendo ser percebido até na farinha, um complemento alimentar muito acessado na região nordeste.

Considerando os dados apresentados no estudo sobre a frequência média de consumo alimentar por pessoa e o percentual de consumo fora do domicílio, referentes aos alimentos e preparações no Brasil durante o biênio 2017-2018, fica evidente que o arroz e seus derivados são fundamentais nos hábitos alimentares tanto das comunidades urbanas quanto rurais. O Quadro 02 abaixo ilustra o acesso ao consumo de arroz por essas populações.

Quadro 02: Resumo da frequência de consumo alimentar por consumo alimentar médio per capita e percentual de consumo fora do domicílio, por situação do domicílio, para o arroz e variantes

Alimentos e preparações	Frequência de consumo alimentar (%)		Consumo alimentar médio per capita (g/dia)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Arroz	75,3%	80,9%	126,7 g	158,7g
Arroz Integral	2,6%	0,5%	3,6g	0,9g
Preparações à base de arroz	2,9%	2,4%	4,8g	4,7g

Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar POF/IBGE 2017 a 2018

Com o quadro posto acima, é possível entender o quanto grupos rurais acionam o arroz em sua nutrição, onde em 83,8%²² das refeições feitas por esses grupos o arroz ou um de seus derivados está presente, tornando sua presença na alimentação bem importante.

Cruzando essas informações com o levantamento de insegurança alimentar construído pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (2018), instrumento que aponta o grau de insegurança alimentar ao nível municipal, assim como classifica essa insegurança para grupos tradicionais, como indígenas e quilombolas. Tornar-se possível relacionar para o município de São Vicente Ferrer o seguinte cenário, onde de forma geral os grupos tradicionais residentes neste município estão classificados com condição de insegurança alimentar moderada. Com isso, os indivíduos destes coletivos consomem um quantitativo aproximado de 2 quilos ao mês de arroz. Dentro desta ótica, estes coletivos já enfrentam consideráveis dificuldades em acessar fontes de alimentos satisfatórias.

Todavia, quando avaliamos o estado de insegurança alimentar especificamente para grupos quilombolas, como o próprio Território de Charco/Juçaral, é perceptível uma alteração de condição. Onde esses grupos deixam a condição de insegurança alimentar moderada e passam a compor o nível mais alto de vulnerabilidade, desta forma podemos enunciar que no cenário agrário do município de São Vicente Ferrer, os coletivos quilombolas possuem dificuldades ainda maiores em acessar formas de alimentação dignas.

Após a apresentação desta conjuntura do arroz e como o mesmo tem função basilar na alimentação de grupos do campo e também fora dele, podemos entender como essas comunidades acessam quantitativos menores que o estipulado como básico, principalmente quando trazemos para reflexão os impactos de conflitos territoriais, a exemplo do pagamento de foro, que interfere diretamente na produção de alimento, enfraquecendo o acesso destes grupos diretamente no ato de produzir esse insumo, mas também tem reverberações econômicas que impedem grupos quilombolas de acessar renda para adquirir nutrição através dos recursos financeiros para comprarem os alimentos.

Desta forma, é possível correlacionar as práticas vinculadas às situações de conflitos territoriais, a exemplo do próprio Foro ao aparecimento da alimentação deficitária, principalmente alicerçadas nas falas como as da Dona Antônia e os relatos de Mutum II. Os quais expõem o regime de aforamento como uma prática que ataca a produção, a renda e os meios de produzir que vão das ferramentas até a terra de grupos tradicionais. Onde, por meio do foro e sua objetivação de alimentos basilares para nutrição de coletivos do campo como

²² Valor obtido através da soma da dos valores referentes a Frequência de consumo alimentar de grupos rurais.

arroz, milho e farinha²³, podemos entender o quão abrasivos são os impactos desta prática na alimentação e aquisição destes coletivos.

Todavia, podemos também entender a fome e a insegurança alimentar, oriunda destes processos de conflitos territoriais, como resultado de uma ação sistêmica para minar a fixação destes grupos em seus espaços, assim como um mecanismo de manutenção da desigualdade social do campo. Desta forma, é passível o entendimento da fome e insegurança alimentar de grupos tradicionais sobre tudo quilombolas, como algo com origens sociais, ligadas ao quadro desigual no campo.

Recorrendo a Castro (1967), no seu entendimento da fome social coletiva, como um fenômeno social cíclico e a compreensão dos conflitos como parte de um processo (Fernandes, 2005), que também pode ser percebido como algo que possui também uma ciclicidade. Construímos a reflexão que a insegurança alimentar e a fome que atinge esses coletivos no campo, como dito em momentos anteriores, também se origina nas relações sociais desiguais. Sendo esta fome, um desdobramento deste processo maior de conflitualidade, que por sua vez também tem suas gênesis nas relações desiguais do campo.

Retornando aos alinhamentos sobre os impactos do regime de Aforamento. Além dos tipos de alimentos requeridos no regime de foro, as quantidades extorquidas neste artifício em muito impactam essas vidas, visto que, se esses grupos acessam anualmente aproximadamente entre 55 quilos²⁴ destes alimentos e a prática de foro, lhe incidem extorquidos 60 quilos, temos um eminente déficit na produção alimentar destes coletivos.

Neste quadro, grupos tradicionais terão dificuldades em repor ou compensar o que foi retirado, esse relato pode ser comprovado parafraseando novamente Dona Antônia de Charco, onde a mesma coloca que se os quantitativos estipulados pelos agressores não fossem atingidos. As dívidas eram acumuladas ou os agressores apropriavam-se de outras produções daquelas famílias a exemplo de animais, confirmando a concepção que esses grupos por vezes não conseguiam alcançar o valor estipulado. O fragmento a seguir, retirado de outra fala sobre o território de Charco, em muito corrobora com esse estigma:

Na região de Charco e Juçaral, um fazendeiro agia como proprietário das terras, impondo aos trabalhadores (Quilombolas do território Charco Juçaral) a pagar o foro para fazer suas roças em um pedaço de terra. Segundo os quilombolas, quando a lavoura não rendia o suficiente para o pagamento do foro, o fazendeiro tomava seus pertences de utilidade básica: redes, panelas e caldeirões. Nos últimos dez anos

²³ Um pequeno esclarecimento, que somos sabedores que os hábitos alimentares de grupos tradicionais envolvem outros elementos, como carnes, pescados e outras frutas que ajudam em sua nutrição, entretanto com essa fala queríamos evidenciar os impactos do foro para esses grupos.

²⁴ Quantitativo resultado da soma dos dados anuais de aquisição de alimento da POF 2017-2017 para arroz, milho e farinha para a região nordeste.

o fazendeiro utilizou cada vez mais áreas como pastagem e, conseqüentemente, os quilombolas tinham menos espaço para cultivar alimentos fundamentais para a subsistência (Silva, 2017 p.3).

Após o fragmento acima, fica perceptível que o regime de foro é algo implacável para grupos do campo. Todavia, o mesmo nos apresenta também um quadro que será objeto de debate dentro do próximo tópico deste capítulo, que é a figura do território e seu papel estratégico dentro da produção e segurança alimentar de grupos do campo. Todavia, antes de adentrar essa elucubração, há ainda alguns pontos a serem explorados para o foro e seus impactos.

Um adendo sobre os componentes alimentares atacados. Como posto no segundo capítulo desta dissertação, Bourdieu (1979) aponta que indivíduos tendem a acessar alimentações em âmbitos diferenciados, sendo estas com tendências a serem definidas pela escolaridade do indivíduo, poder econômico, oferta e também tipo das atividades exercidas, geralmente atividades relacionadas às jornadas de trabalho, mas podemos elencar aqui as atividades de lazer também.

Deste modo, estes ataques sobre gêneros alimentícios que possuem um valor estratégico e energético para esses trabalhadores do campo, pode ser observado como uma situação preocupante, visto que esse quadro impactará sobre outros campos das suas relações econômicas e sociais.

Uma vez que o arroz, o milho, o trigo e outros cereais desempenham um papel fundamental ao fornecer carboidratos, fibras, vitaminas e minerais essenciais. Quando combinados com o feijão ou outras leguminosas, esses alimentos constituem uma excelente fonte de proteína de alta qualidade (Brasil, 2022). Assim, os ataques a esses alimentos não ferem somente o campo nutricional/fisiológico destes grupos, mas também acabarão por afetar o desempenho em suas atividades cotidianas.

Dentro deste grupamento de atividades, até a própria produção de alimento desses coletivos serão atingidas, visto que grupos do campo e comunidades tradicionais se valem da sua própria força de trabalho para desenvolver suas atividades de produção de alimentos. Desta forma uma prática que atinja a saúde orgânica e fisiológica, também atacará a manutenção da sua força de trabalho, tal cenário em muito se caminha para a conformação da causa circular da fome analisada por Josué de Castro em *Geografia da Fome* (1964). Assim como dito anteriormente, podemos entender que essa conjuntura do Foro não é só um ataque à produção, mas também um ataque ao ato e as ferramentas de produzir alimentação destes grupos.

Em continuidade, com o cenário posto até o momento, podemos conceber uma cena onde a produção de alimento é atacada de forma sistemática, em um primeiro momento com a retirada direta do que foi produzido por grupos tradicionais de seus territórios, minando tanto nutricionalmente como social e economicamente estes grupos, impactando diretamente a segurança alimentar destes coletivos. Frente a isso, imposições tais como o pagamento do Foro se tornam uma tarefa difícil de serem mantidas por grupos tradicionais, sobretudo quilombolas, sem grandes desgastes e sacrifícios.

Com este panorama, tensões e conflitos territoriais no campo se adensam, tendo estes grupos na centralidade destes eventos. Com essa intensificação, ocorre o aparecimento de uma série de violências e humilhações a essas populações, culminando em casos de assassinatos de animais que serviriam para alimentação e auxílio à mão de obra no dia a dia da comunidade.

Essa informação nos permite debater um cenário preocupante que atinge não somente grupos quilombolas, mas também, vários outros coletivos no contexto do campo e cidade. Desta forma, como posto anteriormente neste texto, para além da problemática dos conflitos territoriais, é necessário o diálogo sobre o território, seu acesso e seu papel importante na produção de alimentos de grupos e povos tradicionais no campo. Assim dedicamos as próximas páginas a esse debate.

3.2 O Território como pilar da produção alimentar e da vida em Charco

Conforme mencionado neste texto, o território desempenha um papel de extrema relevância no contexto agrário, sobretudo para as comunidades tradicionais rurais, pois esses locais representam áreas fundamentais para a preservação e perpetuação dos modos de vida destes coletivos. Como são frutos das reproduções e manutenções dos seus modos de vida. O termo 'território' engloba diversos significados, estando associado a conceitos de pertencimento, identidade, práticas institucionais, ações operacionais e situações concretas e simbólicas.

O território é um espaço de identidade, ou melhor, é o resultado do processo de identificação do indivíduo com o espaço geográfico. Desta forma, temos a criação de laços identitários e as compatibilidades destas pessoas com os espaços vividos, como a força motriz de territorialização de grupos em determinados locais. Essa força pode perpassar pelo viés da sentimentalização, uma identificação social ou até mesmo com os meios de sobrevivência que esses locais oferecem.

Este pensamento em muito se aproxima com a relação de grupos tradicionais como a terra. Em sua essência, o território representa um espaço cultural fundamental para a identificação e o senso de pertencimento de um grupo. A apropriação do território ocorre apenas em um segundo momento, uma vez que ele é primeiramente visto como um espaço para a reprodução cultural. Onde se lê neste cenário, o cultural como as expressões das relações econômicas, sociais, de trabalho, de lazer, de religiosidade, entre outras tantas relações humanas que levam os indivíduos a construir laços com a terra. Nesta conjuntura, pontuamos até a alimentação ou sua forma de produzi-la como uma força motriz de territorialização de grupos no espaço geográfico. Entretanto, o território é também um espaço político, que representa um jogo de poder no qual a definição de seus limites é sinônimo de controle e dominação.

Após esse breve reavivamento sobre algumas questões do território, é necessário irmos mais a fundo no debate sobre o papel do mesmo no quadro de fome e produção de alimento, assim como entender como as configurações do campo influenciam nestas situações. Somos sabedores da notória importância que o espaço geográfico e o por consequência o território tem para grupos tradicionais, mas também é perceptível que essa importância não se dá somente pelo recurso, terra ou espaço para plantar, mas por todas as práticas de manutenção de hábitos sociais e culturais, que essa categoria salvaguarda a estes grupos.

Desta forma, por vários momentos é possível observar grupos tradicionais, assim como Charco expressar-se em referência a terra como algo que lhe provêm os meios para sobreviver, beirando ao sacro. Para algumas comunidades do campo, o território vai além de recurso. O território é quase um companheiro ou um elemento orgânico que ajuda as comunidades a sobreviver às adversidades. Com isso as saídas destes locais lhe causam imensos impactos.

O trecho a seguir transcrito da fala da liderança do Território Quilombola de Charco, para a Anistia Internacional Brasil no ano de 2014, demonstra bem essa sentimentalização. Como pode ser visto na transcrição: “Isso é uma questão de sobrevivência, porque se nós saímos de nossa comunidade, nós morreremos. Dentro das nossas comunidades nós temos tudo, temos o território livre, temos onde morar, temos onde trabalhar, temos onde viver, aqui que nascemos, é aqui que temos que ficar.”

Com o depoimento da liderança de Charco, podemos retornar a reflexão sobre o território como um conceito que vai além do espaço físico, incorporando tanto aspectos materiais quanto simbólicos. Imaginando assim um território iniciando nas relações

simbólicas, este seria aquele que não se limita apenas à sua função prática ou material, mas é carregado de significados, identidades e representações culturais Haesbaert (2007).

A partir da concepção desta ligação podemos melhor entender o entrelaçamento do sentimento da Liderança de Charco com seu espaço de vivência, assim como considerar esse sentimento para outros tantos coletivos do campo. Desta forma, o território conformado a partir destas características, passa a ser um elemento ainda mais característico de grupos tradicionais, pois reflete não somente o espaço de vivência, mas também é um reflexo da personificação de todas as marcas de crenças e culturas desses grupos.

Com base neste entendimento, o território é, e pode ser moldado também pelas relações simbólicas. Neste quadro, se visualizarmos a produção de alimentos também como uma relação simbólica entre os homens e a terra, especialmente em grupos tradicionais, permite-se construir um entendimento que esta produção também é uma força motriz de construção do território. Nestes grupos, existe um vínculo profundo entre a terra e as comunidades que ali residem, marcado por significados culturais e históricos intrínsecos.

Estes territórios imaginados, tendo a produção de alimentos como um de seus pilares, representam mais do que meras áreas de plantio; são símbolos de identidade cultural. Em muitas comunidades e povos tradicionais, incluindo os Quilombolas, o espaço de cultivo não é apenas um local físico de produção. Ele carrega consigo práticas agrícolas tradicionais, rituais de plantio e colheita e até cerimônias, transmitidos ao longo das gerações.

Estes elementos conferem um valor simbólico profundo ao território, associando-o à identidade coletiva e à história da comunidade. Portanto, o território e a produção de alimentos nele são muito mais do que uma questão de sobrevivência física; eles são uma expressão viva da cultura e da história destes territórios.

Dito isto, podemos lançar que o seguinte entendimento para o território:

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (Haesbaert, 2007, p 23).

Neste trecho podemos entender que, mesmo enquanto algo orbitando no simbólico, o território não perde sua característica funcional, entendendo-se como algo palpável e prático que desempenha o papel de garantidor de condições de sobrevivência, como disponibilidade de recursos naturais, usados como matérias-primas para diversas atividades humanas. A importância desses recursos pode variar dependendo do modelo de sociedade em questão.

Haesbaert, (2007) nos permitiu condições para o entendimento do viés “simbólico” do território, assim promovendo a reflexão deste como produto dos significados que estão associados a um determinado espaço. Significados estes, que podem ser influenciados por várias condicionantes, incluindo a história, a cultura e as relações de poder dentro da sociedade.

Todavia, não devemos afastar a compreensão do território como um espaço “real” e “físico”, que proveem meios para além do simbólico, que também são acessados por grupos tradicionais. A partir desta ótica temos o território como papel central tanto na formação do viés voltado ao simbólico e imaterial da produção de alimento, mas operacionalizando a nutrição e acesso alimentação de grupos tradicionais de forma orgânica e material.

Retomando a fala da liderança do território de Charco, esta transporta-nos para a relação desses grupos com seus territórios, onde os mesmos vinculam a sua sobrevivência, e reprodução dos seus modos de vida a esses espaços, o real e o simbólico. Neste quadro, qualquer agressão a estes espaços também é uma violência nas vidas destes coletivos, com isso a inserção dos conflitos que atingem diretamente o território é de suma importância para o entendimento da fome e insegurança alimentar que afetam grupos tradicionais.

Visto que esses enfrentamentos colocam em risco esses coletivos das mais variadas formas, inclusive através de ataques diretos às vidas de grupos tradicionais. Para ilustrar é necessário retornarmos a historiografia da comunidade de Charco, para entendermos sua relação com o seu território.

Para tal acionamos o fragmento a seguir:

Desde 2002, as famílias de Juçaral não tinham acesso à terra para a lavoura, nem mesmo concordando em pagar o foro. Com a privatização de terras que se tornaram parte da Fazenda Juçaral, que depois foram divididas em quatro propriedades, os quilombolas passaram a ter grande dificuldade de acesso aos recursos naturais com os quais tradicionalmente se alimentavam, fabricavam ferramentas, utensílios domésticos e construíam suas casas (Silva, 2017 p.9).

O trecho acima é um bom ponto de partida para debatermos os impactos dos conflitos que envolvem o território e a produção de alimentos de grupos tradicionais, assim como as consequências deste fenômeno sobre a permanência desses grupos em suas áreas territoriais e a reprodução dos seus modos de vida. Aqui temos um relato que descreve uma situação de conflito por terra envolvendo a comunidade de Charco. Onde temos a presença da cobrança de Foro a esses grupos, situação esta que debatemos seus impactos anteriormente. Todavia, aqui temos um novo elemento, o qual é a negativa do uso do território para a reprodução da comunidade.

Dentro deste cenário, enquanto a prática do foro atacava essas famílias no território de Charco, a mesma ainda mantinha alguma permeabilidade para a produção e acesso à alimentação, assim como a extração de recursos naturais para a reprodução material e imaterial dentro do território pelos seus moradores.

Agora, em uma cena de uma negativa total dos acessos aos meios de produzir e acessar alimentos no território, esse panorama colocou os grupos familiares de Juçaral e Charco em situação total de insegurança alimentar. Por intermédio de um quadro onde todos os seus recursos naturais de subsistência lhes foram negados, essa cena dificulta até que esses grupos se mantenham fixados nos seus espaços de vivência, visto que sem alimento, recurso para produção e água negados, é impossível realizar a manutenção da vida em seus graus mais básicos. Ressaltamos que o intuito do texto não é relativizar os impactos do foro sobre grupos tradicionais, mas sim mostrar um comparativo entre essas duas formas de conflitos por terra.

Neste cenário, recorreremos a uma explanação já acionada neste texto, onde em momentos anteriores colocamos que os conflitos territoriais, originam-se por vezes dos encontros, choques, visões e ou apropriações diferentes do espaço. Com este quadro o território torna-se um objeto de interesses.

Em continuidade, se até o momento neste texto observamos o território sobre a sua ótica simbólica e concreta, ou seja, percebendo as ligações que os indivíduos constroem com os espaços que vivem e como este é fonte de recurso para a sobrevivência destes grupos. Desta forma, devemos entender o território como um espaço de serventia, ou melhor, um espaço com propósito para atores sociais, assim convergindo para o entendimento do território como um espaço de usos e muitas vezes usos antagônicos, como apontado no trecho a seguir:

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (Milton Santos, 1999, p. 8).

Com essa fala, Milton Santos (1999), enfatiza à necessidade de compreender o território como “usado”, ou seja, aquele que está ativamente em uso pelas pessoas. Destacando que o território usado inclui não apenas o espaço físico como já colocado, mas também a identidade das pessoas que o habitam.

Ressaltando ainda que a identidade está intrinsecamente ligada ao território, sendo o sentimento de pertencer a algo que nos pertence, atentamos que não é somente o sentimento

de algo pertencente ao indivíduo, mas sim uma reciprocidade entre pessoas e os seus espaços. É onde o trabalho é realizado, onde as pessoas residem, onde ocorrem as trocas materiais e espirituais e onde a vida cotidiana é exercida.

No contexto apresentado pelo autor, a produção de alimentos é intrínseca às dinâmicas de trabalho, renda e atua como um alicerce para a permanência das pessoas em seus territórios. Essa produção não apenas se entrelaça nas práticas de cerimônias e rituais religiosos, mas também se revela como uma das expressões fundamentais dos usos territoriais. Nesse sentido, mostra-se possível compreender a insegurança alimentar e a fome como forças opostas aos modos de vida dos povos tradicionais, dada sua influência e impacto nas relações que definem esses usos e significados para essas comunidades em seus espaços, tais como o trabalho, a renda e suas manifestações culturais e religiosas.

Em cenários mais severos, essas questões atuam até mesmo na desestruturação territorial desses grupos no campo. Portanto, a fome emerge como um obstáculo significativo, podendo representar o ponto crítico na ruptura dos laços entre os grupos tradicionais e seus territórios.

Neste encadeamento, trazemos para esse debate, as questões de conflitos novamente, visto o seu potencial em propiciar cenários de insegurança alimentar e fome, que assiste o processo de quebra dos vínculos de grupos tradicionais em seus espaços. Segundo Sodré, (2017):

Os conflitos por terra podem assumir os seguintes tipos: possessórios, que envolvem situações de posse, uso e propriedade da terra; renda ou foro, disputa em torno do pagamento da renda da terra; parceria e meação, disputas em torno de termos de contratos de parceria e meação de produtos; conflitos decorrentes da criação de barragens; conflitos que envolvem extrativistas ou suas áreas; conflitos com ribeirinhos (agricultores ou pescadores); e conflitos em torno de dívidas bancárias (Sodré, 2017, p. 148).

Partindo para o entendimento das situações de conflitos territoriais e seus impactos sobre a produção de alimentos. Iremos acompanhar os exemplos do Foro e os fenômenos de negativa do acesso às situações de posse, uso e propriedade da terra. Temos a compreensão, segundo o fragmento acima, que esses fenômenos estão na mesma categoria, desta forma são vistos como conflitos por Terras. Entretanto, seus objetos diferem, onde, como dito anteriormente, o Foro age sobre as produções de alimentos, impactando na segurança alimentar e no bem viver de grupos tradicionais de forma direta, mas ainda permitindo mecanismos de produção de vida nos territórios desses coletivos.

Em contrapartida, a negativa total do uso do território e seus recursos já descreve sua principal característica, a proibição do acesso a todo e qualquer recurso da terra, desta forma

os quilombolas de Charco e Juçaral não podiam trabalhar em seus espaços nem sequer pagando seu uso com dinheiro ou com produtos da terra, nem ao menos com sua força de trabalho cedida ao “dono da propriedade”. Assim inviabilizando totalmente sua produção de alimento.

Neste entendimento, podemos recorrer novamente aos conceitos de "território" apontados anteriormente, como usado e o simbólico, assim como todo arcabouço informacional que estas conceitualizações carregam. Comparando essas concepções com a negativa do uso do território, ilustramos a importância do território não apenas como um espaço geográfico ou objeto físico, mas como uma área onde ocorrem práticas sociais, culturais e econômicas fundamentais para os grupos que o habitam.

O "território usado" enfatiza o aspecto ativo e dinâmico do território, associando-o à identidade, ao trabalho, à residência e às trocas materiais e espirituais dos grupos. Contudo, nos confrontos territoriais que restringem o acesso ao território, como evidenciado nos casos estudados, observa-se uma proibição integral de utilização e aproveitamento dos recursos da terra. Essa restrição compromete a capacidade desses grupos tradicionais de manter suas práticas usuais, incluindo a produção de alimentos. Ao serem privados desse acesso, ficam impossibilitados de se alimentar com os produtos que tradicionalmente cultivam, resultando em insegurança alimentar e fome.

Estes fenômenos, não apenas os privam do acesso a recursos essenciais, mas também impedem a construção e manutenção dos vínculos desses grupos com seus espaços tradicionais. Além disso, ao impossibilitar a produção de alimentos e o acesso a eles, esses conflitos também afetam a capacidade desses grupos de se territorializarem, ou seja, de estabelecerem e reforçarem sua presença e identidade nos espaços que historicamente ocuparam. Isso cria um ciclo prejudicial em que a negação do acesso ao território interfere na capacidade desses grupos de se sustentarem e se conectarem com suas tradições, gerando insegurança alimentar e minando sua capacidade de se territorializar e manter seus vínculos culturais e identitários.

Situação, que nos ajuda a remontar o entendimento de Castro (1968) sobre a fome como um fenômeno social coletivo cíclico, que se retroalimenta a partir de cenários desiguais do campo, em muitos casos envolvendo os conflitos territoriais e os processos que os geram como agentes disseminadores desta fome.

Diante deste quadro, podemos observar que os conflitos podem atingir a segurança alimentar e a produção dos mecanismos de vida destes grupos em âmbitos diferentes, por mais que sejam classificados em uma mesma categoria. Em uma ótica pior, a negativa de

acesso a seus espaços de convívio e produção de alimentos forçam esses grupos a saírem de suas áreas historicamente habitadas. Essa cena por anos ocorreu com a comunidade de Charco e a comunidade de Juçaral, como podemos observar no trecho a seguir:

As famílias de Juçaral (Território de Charco), que persistiram no cultivo da mandioca com o intuito de produzir farinha, foram obrigadas a plantá-la fora do território que ocupavam tradicionalmente, já que o fazendeiro as proibiu de utilizá-lo e converteu à terra em pastagem para a criação de gado. (Silva, 2017, p.9).

O relato supracitado nos demonstra a situação das famílias do território de Charco após o cerceamento das suas áreas. É a exemplificação dos impactos desta prática sobre grupos tradicionais, e por efeito direto, sobre sua produção de alimento, forçando o aparecimento dos cenários de insegurança alimentar em grupos tradicionais.

Isso acontece porque muitos grupos do campo, como agricultores familiares, comunidades tradicionais e organizações camponesas, enfrentam inúmeras dificuldades para garantir o acesso à terra, o que acaba gerando uma série de conflitos e tensões sociais. Porém, essas lutas são importantes para garantir a sobrevivência dessas comunidades e a manutenção da sua reprodução social, para isso o acesso ao território é fundamental para a segurança alimentar. Essa não é uma defesa ou romantização dos conflitos territoriais, mas sim um alerta para observarmos os conflitos, como um momento de eclosão do enfrentamento de duas óticas opostas, que para grupos tradicionais e povos do campo é um processo de oposição a uma série de episódios violentos submetidos a esses coletivos. Assim como uma demonstração do processo de resistência destes grupos em seus territórios a pressões e tensões expostas a eles por agentes do esbulho de suas áreas e modelos de vida.

Este cenário é frequente, se pensarmos a questão agrária maranhense e brasileira. Nos momentos iniciais deste texto relacionamos sobre a ótica de Fernandes (2008) que a questão agrária tem historicamente sido associada aos conflitos pela posse da terra. No entanto, restringir sua análise apenas a esse aspecto é insuficiente para seu entendimento, pois esses conflitos, por serem territoriais, não se restringem unicamente aos momentos de confronto entre diferentes classes sociais ou entre camponeses e o Estado. O confronto representa apenas um momento dentro desse sistema mais amplo. Com isso, devemos conceber que esta é uma questão agrária não estática, assim como os fenômenos que levam a eclosão dos conflitos.

Concebendo que os conflitos são uma parte de um processo originado das relações desiguais do campo, dotado de dinamicidade, devemos lançar olhares para quais fenômenos impõem a esses eventos essas características. Desta forma, podemos iniciar nossa reflexão com a fala de (Fernandes, 2008):

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. (Fernandes, 2008, p. 26).

O autor destaca um ponto comum no entendimento dos conflitos, a qual é a concepção que este é o resultado de forças opostas que colidem em busca de um objeto de interesse, em nossa análise este objeto tratasse do espaço geográfico ou o território. Onde essas forças opositoras formam e são formadas por diferentes relações sociais e enfrentam-se em condições políticas desfavoráveis.

Essas forças procuram superar suas diferenças por meio de negociação, manifestações, lutas populares, diálogo e em casos extremos a violência. Esse processo pode levar a resultados variados, como vitória, derrota ou um impasse, com nenhum dos lados saindo claramente vitorioso. O conflito, portanto, é uma dinâmica complexa que envolve estratégias e interações entre grupos antagônicos em busca de uma resolução ou um equilíbrio.

Para o campo maranhense, principalmente dentro do nosso estudo, torna se possível conceber que para o aparecimento de conflitos territoriais envolvendo grupos tradicionais, temos como forças antagônicas os modelos de desenvolvimento agropastoril e seus padrões tecnológicos, principalmente na região da Baixada maranhense, onde se localiza o território de Charco/Juçaral e em contra ponto o modelo de subsistência e desenvolvimento de grupos tradicionais do campo.

Essa conjuntura nos permite acessar a conceitualização de conflitualidade, onde temos esta como a dinâmica resultante do enfrentamento das classes sociais no campo:

De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital, em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (Fernandes, 2008, p. 7).

Esse trecho acima destacado refere-se à dinâmica entre o capitalismo e o campesinato na questão agrária, que pode ser facilmente extrapolada também para grupos tradicionais do campo. Em continuidade, o fragmento descreve como o capital, ao se expandir e se estabelecer, tende a expropriar e excluir os atores sociais do campo que não se moldam ao seu modelo, concentrando a propriedade da terra e ampliando as desigualdades sociais.

Cenário esse, como vimos, até o momento muito propício para o aparecimento da fome e insegurança alimentar de forma coletiva e social, favorecendo o entendimento deste fenômeno cíclico como posto por Castro (1968), e enfatizado acima. Por outro lado, os

coletivos sociais do campo resistem ocupando os seus territórios, o que ocasiona um processo de recriação e ressocialização, diminuindo as desigualdades e desconcentrando a propriedade da terra. Essa dinâmica de conflitualidade entre o capital e os atores sociais resulta na promoção de diferentes modelos de desenvolvimento, cada um com suas implicações sociais, econômicas e territoriais.

Dentro do paradigma da causação circular da fome para o campo, e suas inserções sobre grupos tradicionais, teríamos na figura dos conflitos, principalmente os conflitos existentes na categoria que envolvem a terra, como um reflexo cristalino das desigualdades sociais, assim exposto na prática de pagamento do foro e agora pela negativa do acesso e recurso para produção de alimento. Com este quadro, estes conflitos agiriam como fenômenos incitadores da fome no campo visto seu alto potencial de ataque e impedimento dos mecanismos de produção de alimentos de grupos tradicionais.

Dentro do contexto da formação desigual do campo brasileiro e maranhense, podemos interpretar os conflitos territoriais como decorrentes dessa disparidade. Com esta perspectiva da causação circular da fome, eles desencadeiam não apenas a manifestação da pobreza, mas também a emergência da fome como um fenômeno social no ambiente rural. Nesse cenário, a fome desempenha não apenas um papel orgânico, afetando os corpos desses grupos, mas também um papel social, influenciando suas relações territoriais e a dinâmica das comunidades.

Com esse sentido, também teríamos a fome gerando ainda mais episódios de conflitos territoriais, visto que o estado de fome e insegurança alimentar leva e levará esses coletivos em meio aos seus processos de resistências no campo a impor-se, de forma mais contundente a essa conjuntura, gerando mais enfrentamentos. Provocando ainda mais choques entre as visões dos grupos hegemônicos e hegemonizados.

Com a consequência da frequência deste ciclo terrível, teríamos a saída dos grupos tradicionais das suas áreas naturais de vivência e reprodução material/imaterial. Estrangulados pelo não acesso aos recursos para segurança alimentar e consequentemente manutenção da vida, ou em casos mais graves o definhamento destes coletivos até o óbito.

Assim temos as desigualdades sociais e o modelo capitalista de desenvolvimento no campo, especulando e predando áreas de povos e comunidades tradicionais, utilizando-se dos estigmas da fome, desnutrição e insegurança alimentar promovidos por conflitos e tensões no campo para fomentar a supressão dos espaços dessas comunidades.

Como posto no trecho a seguir retirado da Coleção Terras de Quilombos sobre a comunidade Quilombola de Charco, construído pelo INCRA, baseado no Relatório sócio-histórico-antropológico deste grupo:

Por não terem espaço para plantar a mandioca em quantidade suficiente, a produção quase nunca ultrapassava área de consumo dos próprios quilombolas. Assim, além de perderem suas terras, as famílias viram sua renda cair drasticamente nos últimos anos. Pressionados a abandonar as terras onde viveram seus pais, avós e bisavós, muitos quilombolas tiveram de sair do território, nos últimos anos, à procura de trabalho em municípios vizinhos, como Olinda Nova e Cajapió. Alguns se mudaram para a capital do estado, São Luís (Silva, 2017, p.9).

Podemos perceber que os impactos da negativa do acesso ao território vão muito além da esfera da produção de alimentos para a subsistência dos grupos tradicionais. Na verdade, eles também têm graves consequências econômicas, afetando diretamente a renda. Renda que muitas das vezes, é utilizada para complementar as necessidades alimentares dessas famílias, principalmente no caso de itens como farinha, feijão e arroz, sendo produtos muito consumidos na região nordeste e no estado do Maranhão, que podem ser acessados por esses grupos através da compra destes bens.

Essas informações podem ser corroboradas com o fragmento a frente, que trata da produção agrícola municipal e suas mudanças nos últimos 20 anos no estado do Maranhão.

De acordo com os dados da PAM, o feijão e a mandioca foram as culturas mais presentes nos municípios maranhenses nos últimos 20 anos. A prevalência destas culturas, está relacionada com a sua importância na alimentação da população local. A mandioca, por exemplo, é muito presente através de seus derivados como a farinha e a tapioca, alimentos significativos para a cultura gastronômica maranhense (IMESC, 2018 p 25).

Diante deste quadro, ataques a esses tipos de provisões têm grandes impactos sobre a nutrição de povos do campo, sobretudo comunidades tradicionais, visto que esses coletivos acessam muito esses alimentos como forma de nutrientes, seja plantando esses alimentos em suas áreas de produção ou adquirindo através da compra em mercados próximos.

Ainda sobre a análise do trecho retirado da Coleção Terras de Quilombos sobre o território de Charco, fica perceptível que os conflitos são os agentes promovedores da quebra dos usos, propósitos e vínculos simbólicos entre esses coletivos e seus espaços de reprodução social. Neste caso específico utilizando-se da exploração predatória da mão de obra de grupos tradicionais, seja com o Foro ou o trabalho escravo, por meio do esbulho de suas produções como milho, arroz, a farinha, etc.

E no pior dos casos impedindo de forma violenta esses grupos de utilizarem se de seus espaços para a produção da vida. Assim temos como resultado deste quadro a fome no campo

como uma problemática social, e esta agindo, como instrumento para forçar a saída destes grupos tradicionais de seus territórios, como observado no destaque supramencionado.

Diante desta cena, Charco assim como muitas outras comunidades tradicionais no estado do Maranhão, tem o fenômeno da fome suscitado em seus territórios consciente ou inconscientemente, como uma forma de minar suas maneiras de reprodução neste espaço. Onde este fenômeno pode agir de várias formas, umas “menos” incisivas como o regime de pagamento de Foro, ou podendo ser totalmente agressivas como a negativa total de acesso ao território por parte de agentes externos aos seus espaços de vivência.

Após a conjuntura demonstrada até o momento neste tópico, temos uma situação que devemos explorar neste debate, mas primeiro é importante entendermos um pouco mais do cenário de conflitos territoriais, principalmente com grupos quilombolas e seus territórios dentro do estado do Maranhão. Deste modo começaremos destacando a seguinte passagem do Caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra de 2021, que diz o seguinte:

Quanto à ocorrência dos conflitos por terra no Brasil no último biênio, entre os 05 primeiros estados com maiores achados (Pará, Maranhão, Bahia, Mato Grosso e Rondônia), 04 estão na Amazônia Legal. E na Amazônia Legal, a violência segue o ritmo do desmatamento, da pastagem e da soja, sempre rumo ao norte, em uma verdadeira cruzada de saque (desmatamento e minério), apropriação ilícita de terras públicas (grilagem) e violência física contra povos tradicionais, em seus territórios ocupados (expulsão, pistolagem e assassinatos) (CPT 2021, p 122).

A passagem acima mostra como o Estado do Maranhão, possui uma incidência considerável de conflitos em seu território, assim como demonstra também o quadro violento deste fenômeno nos estados que mais possuem casos. Outra informação importante é a incidência de conflitos na região da Amazônia legal, recorte territorial onde possuímos uma grande concentração de comunidades negras no estado. Analisando somente a categoria “conflitos por terra no ano de 2021” segundo os dados do caderno de conflitos da CPT para o referido ano, tivemos um total de 97 notificações para o Maranhão, que atingiram um total de 14.377 famílias de grupos tradicionais.

Dentro desta representação dos conflitos para o ano de 2021, temos o quantitativo de 44 notificações envolvendo grupos quilombolas, uma faixa de 45% das notificações do referido ano, um número considerável, dos quais atingem aproximadamente 132 comunidades no Estado. Esse cenário pode ser entendido pela quantidade maior de grupos quilombolas no estado do Maranhão em comparação a outros grupos tradicionais. De acordo com informações fornecidas por Brasil (2019), a Bahia lidera em quantidade de localidades quilombolas no país, contabilizando 1.046 no total. Logo após, está Minas Gerais, com 1.021, seguido pelo Maranhão, que registra 866 localidades quilombolas.

Desta forma seríamos o terceiro estado com maior quantitativo destes coletivos em seu território. E no ranqueamento no âmbito nacional dos 10 municípios com mais comunidades quilombolas em suas áreas territoriais, temos 4 representantes neste ranking, sendo o segundo lugar do mesmo o município de Alcântara - MA e o terceiro o município de Itapecuru Mirim - MA. Como podemos observar na figura 06 a seguir:

Figura 6 - Municípios com maior número estimado de localidades quilombolas - ano de 2019, ranking nacional



Fonte: Base de informações Geográficas e Estatísticas sobre indígenas e quilombolas - IBGE, 2019

Todavia, não seria somente o grande número de comunidades negras vivendo no campo maranhense, o fator determinante para o alto número de casos de conflitos por terras envolvendo grupos quilombolas. Neste cenário, podemos adicionar a essa equação o processo lento e dispendioso de concessão de títulos de terra a grupos quilombolas no estado, que em muito contribui para insegurança tanto social, territorial e jurídica, quanto alimentar destes grupos.

Se analisarmos os dados de certificação e concessão de títulos disponibilizados pelo ITERMA para o ano de 2021 na publicação Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas do estado no Maranhão, podemos observar que atualmente o Maranhão possui

em 816 comunidades quilombolas certificadas, através da fundação Cultural Palmares. Este é o maior número de quilombos certificados do país segundo este órgão.

Todavia, esse é um processo ainda muito inicial na esteira da regularização fundiária de territórios quilombolas, que infelizmente não garante ou salvaguarda que esses grupos não sofrerão violências oriundas de conflitos territoriais. O cenário torna-se mais preocupante quando avaliamos os quantitativos de áreas tituladas que num universo de 816 comunidades quilombolas certificadas, até o momento (2022) o ITERMA contabiliza o reconhecimento de 65 territórios quilombolas, ou seja, as áreas tituladas pelo órgão no estado.

Com esse quadro em mente, sobre a situação agrária e fundiária de grupos quilombolas no Maranhão, podemos retornar a uma observação sobre os conflitos por terra listados acima que atingem coletivos quilombolas. Para isso, cruzamos as municipalidades em conflitos no ano de 2021, na categoria “conflito por terra” com os dados de insegurança alimentar de grupos tradicionais, assim como sua variação para quilombolas produzidas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste contexto, que envolve 23 municípios com conflitos relativos ao uso da terra atingido comunidades quilombolas, identificamos 11 deles com alto índice de insegurança alimentar. Dentre esses, está o município de Itapecuru-Mirim (MA), o terceiro com maior número de comunidades quilombolas no país e o segundo maior no estado. Além disso, há 5 municípios com um índice médio ou moderado, incluindo Alcântara (MA), e outros 2 com um índice considerado muito alto de insegurança alimentar. Esses dados são ilustrados no quadro 03 abaixo para melhor compreensão.

Quadro 03: Cruzamento dos municípios com incidência de conflitos por terra no ano de 2021, como os dados de insegurança alimentar de povos e comunidades tradicionais do mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados MapaSAN de 2018.

Municípios com conflitos envolvendo quilombolas pelo uso da terra	Índices de Insegurança alimentar			
	Alta	Moderada	Muito Alta	Sem informação
Alcântara		X		
Anajatuba	X			
Arari				X

Barreirinhas	X			
Brejo		X		
Cantanhede			X	
Chapadinha	X			
Codó		X		
Colinas	X			
Itapecuru Mirim	X			
Matões	X			
Matões do Norte	X			
Mirinzal		X		
Parnarama				X
Pedro do Rosário		X		
Pirapemas	X			
Santa Inês				X
Santa Rita	X			
São Benedito do Rio Preto	X			
Serrano do Maranhão	X			
Vargem Grande			X	

Fonte: Relatório anual Conflitos no Campo Brasil - 2021 e Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único, do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) 2018 e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) 2016.

O cenário, posto até o momento, ajuda a correlacionar a incidência de conflitos territoriais, com situações de insegurança alimentar e fome em comunidades tradicionais. Principalmente quando entendemos os impactos de conflitos como o foro e as negativas de acesso ao território sobre grupos tradicionais, visto que essas territorialidades estão ligadas ao sentimento de bem viver desses grupos. Para coletivos quilombolas e outras categorias do campo, à terra é um meio de sobrevivência direto, que quando atacado ou impedido de ser acessado terá reverberações, na economia destes grupos, na sua fixação no território, na sua produção e manutenção da alimentação, na manutenção da vida e também nos seus quadros sociais e psicológicos.

Dentro desta cena, o acesso ao território para preservação da vida desses grupos é visto como:

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, em simultâneo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993, p.158).

O trecho citado enfatiza a importância da territorialidade, a qual entendemos como a relação das pessoas com seus espaços geográficos, em particular para grupos sociais e comunidades tradicionais, essa relação é muito importante e cheia de impacto sobre a manutenção dos seus modos de vida e culturas. Em continuidade, o autor sugere que a territorialidade vai além de uma visão puramente geográfica; na verdade, reflete a multiplicidade de experiências vividas no território por membros de uma comunidade e pela sociedade em geral, sendo estas a favor ou não da confirmação destes territórios.

Quando trazemos essa ideia da importância do território para grupos tradicionais e sua função como seus espaços de produção de alimentos, podemos inferir que o território é simbólico, usado e físico, guardando suas proporções. Onde entendemos este como um cenário onde as relações humanas, culturais e produtivas desempenham um papel central para a reprodução da vida.

Para grupos tradicionais, o território é frequentemente fundamental para a manutenção de seus modos de vida, práticas culturais, e neste contexto é importante para a produção de alimentos. É nesse espaço que eles vivem, trabalham, reproduzem suas tradições e sustentam a produção de alimentos essenciais para sua subsistência.

Portanto, o trecho corrobora um entendimento já consolidado neste documento, sendo este que o território é mais do que um local geográfico; é um palco onde as pessoas vivem, experimentam, interagem e produzem. Esta concepção tem implicações significativas para a

compreensão das relações entre grupos tradicionais e seu ambiente territorial, especialmente no que se refere à produção de alimentos, visto que também já compreendemos a produção de alimento como um elemento formador dos territórios e seus processos, mas também uma força motriz de fixação de indivíduos nos espaços.

Em completude podemos acionar novamente Milton Santos, para falarmos sobre o território e sua complexidade;

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 2002, p.96).

Fica perceptível que Santos (2002), enfatiza que o território vai além de uma simples combinação de elementos naturais e construções humanas, reforçando o entendimento de outras concepções do território apresentadas anteriormente neste texto. Prosseguindo, para Santos (2002), a assimilação do território é mais profunda, envolvendo não apenas o solo e os objetos criados pelo ser humano, mas também a população que habita e sua interação nestes espaços. Neste cenário o alimento produzido, assim como a sentimentalização que se origina deste ato de produção também fazem parte do território e ajuda a produzi-lo. Em essência, o território representa uma identidade, um sentimento de pertencimento, e é uma parte integrante da vida de seus habitantes.

Relacionando os entendimentos dos dois autores acerca da importância do território para grupos tradicionais, podemos ver que o território é o cerne da identidade e da subsistência desses grupos. É onde eles vivem, trabalham, trocam bens materiais e espirituais e mantêm suas tradições. Além disso, o território influencia diretamente essas atividades e a vida em geral.

Assim, quando discutimos o território no contexto de grupos tradicionais, é crucial compreender que estamos falando do território em uso, fundamental para a existência e a cultura dessas comunidades, mas também um elemento basilar para a vida. Em consonância, o território e seu acesso também assumirão papéis importantes para o combate a insegurança alimentar e a fome, como espaços garantidores da produção e acesso a alimentação sadia e segura.

Em síntese, as concepções acerca do território e a territorialidade apresentadas, destacam essa categoria para além da área física; é um componente essencial da vida e da

identidade de suas populações, o que se alinha com a importância do território para grupos tradicionais e sua produção de alimentos, conforme mencionado no texto anterior.

Ainda sobre o entendimento das concepções sobre o território, faz-se compreensivo que não há território sem a reprodução social humana. Desta forma, o conflito territorial agride, ao mesmo tempo, o espaço territorial de grupos tradicionais e também a instituição dos seus modelos de vida e produção social e cultural, e esses dois quadros são indissociáveis.

Assim, o território e os usos postos dentro dos seus limites refletem as identidades dos grupos neles territorializados, segundo Santos (2002) e Raffestin (1993). Neste panorama podemos pensar o conflito como uma consequência da tentativa de quebra desse processo de identificação com a terra e os modelos sociais neles produzidos. Nesta ótica a fome e a insegurança alimentar terão papéis estratégicos como catalisadores dentro deste fenômeno, assistindo a quebra destes usos e vínculos com o espaço.

Visto seu potencial de debilitar gradualmente os indivíduos e seus sentimentos de resistências e a ligação à terra. No caso do regime do Foro, os estigmas da fome agirão como dito anteriormente de forma parcial, mas atacando cada vez mais as produções até que sobrecarreguem as famílias do território e suas produções. Na falta do que foi produzido, este atacará suas ferramentas de produzir alimentos e até a renda monetária desses grupos, estrangulando os mesmos até sua desterritorialização. Todo o fenômeno do regime de Foro terá uma temporalidade maior, podendo levar muitos anos, sugando os recursos de grupos tradicionais como vemos em Charco.

Todavia, a negativa de acesso aos recursos da terra e a construção do território, tem efeitos mais diretos. Esta situação de forma contundente obriga os coletivos a buscarem novas áreas de produção de alimento, acesso à água e recursos. Forçando esses grupos a se (re) territorializar em outros espaços que não os seus originários, muito em virtude da possibilidade de acessarem uma alimentação digna através de suas produções e reproduções. Ressaltamos que atos de violência física e ameaças aliados aos quadros de fome e insegurança alimentar formam um conjunto de ações muito agressivas contra esses coletivos do campo, os atacando em vários âmbitos da sua existência.

Fazendo um adendo podemos construir o entendimento dos conflitos, reverberando sobre as territorializações de grupos no campo por várias óticas, e por consequência também podem gerar insegurança alimentar e fome em grupos tradicionais. Todavia, gostaria de destacar o entendimento de Heidrici (2009), onde a concepção do autor apresenta que as relações de uso têm estreitamento como as representações elaboradas pelos próprios indivíduos para seus espaços.

Seguindo no entendimento, o autor também apresenta que os conflitos locais também vão ter interferências nestes usos. Com esta ótica, podemos entender que os conflitos e todo processo que gera o mesmo terão consequências nos indivíduos, mas também nos territórios e territorialidades que estes conformam. Com essa cena, ao entendermos a fome e seus estigmas como parte deste processo, essa também deve ser entendida como fenômeno que impactará os usos e também os territórios e as territorialidades de grupos locais.

Essa conjuntura do campo maranhense permite-nos ainda alçar um debate, sobre o acesso ao território e sua regularização fundiária das áreas de grupos tradicionais, como política de segurança alimentar para esses coletivos. Visto que sem a segurança destas áreas para a produção de alimento, estes grupos passam e passarão a ser alvo de ataques que se utilizam de artifícios que possibilitam o aparecimento da insegurança alimentar, e posteriormente a fome para fragilizar esses territórios.

Objetivando minar sua resistência em seus espaços, ocasionando episódios de conflitos com esses coletivos. Esse contexto nos proporciona um segundo questionamento que gira em torno de qual ótica estamos observando a fome, o território e a produção de alimento por grupos tradicionais no espaço rural maranhense e também brasileiro.

Observando os debates sobre a segurança alimentar e combate à fome, que envolvem grupos tradicionais, é possível perceber que estes debates giram em torno de estudos, com uma característica em comum, em muitas das situações, são estudos de casos que possuem como foco os coletivos do campo que já detém um território para reprodução da vida minimamente asseguradas, os quais permitem acesso a programas assistencialistas com maior facilidade, que não combatem as situações do quadro de desigualdade diretamente, apenas o abrandam dentro do possível.

Ressaltamos que o acesso de comunidades tradicionais em áreas já delimitadas, a esse tipo de política pública é muito importante, porque pode ser visto como um alicerce para esses grupos começarem a se reestruturar e consolidar suas territorialidades. Mas é importante defender que esses programas passem do sistema de assistencialismo para uma forma de garantir e estruturalizar esses grupos do campo, para sobreviver reproduzindo seus próprios modos de vida de forma independente destas formas de política.

Retornando a linha de pensamento, em um universo como o campo maranhense, onde grupos quilombolas possuem somente 8% dos seus territórios titulados. Essas políticas sociais de combate a fome perdem sua efetividade, muito em virtude dos cenários construídos pelos conflitos vividos por estes coletivos que ameaçam seus territórios, seus meios de reprodução material e imaterial, fomentando a insegurança alimentar e fome nestes espaços, causando um

círculo de fome, conflitos, e mais fome. Onde as medidas de programas de fortalecimento a alimentação, tornam-se ainda menos eficientes, já que lhe faltará locais tanto físico quanto social para sua perpetuação.

O acesso ao território seguro, por parte de grupos quilombolas, e conseqüentemente comunidades tradicionais, pode ser o definidor de uma reprodução dos modos de vidas destes coletivos de forma segura e sadia. Aqui, através da produção de alimento em um ambiente onde os grupos tradicionais sentem-se protegidos e aptos a construir suas vivências, podemos perceber seus avanços extrapolando a segurança e soberania alimentar de seus próprios territórios.

Sem a figura da tensão territorial e dos conflitos por terra, a comunidade de Charco promoveu seu fortalecimento alimentar, produzindo alimentos até para fora de seus limites territoriais, favorecendo a melhoria alimentar de seus indivíduos, assim como também de grupos externos as suas áreas de vivência. Isso só demonstra o quanto pode ser assertiva a política de regularização fundiária dos territórios de grupos tradicionais no estado do Maranhão para o fortalecimento da produção de alimentos, assim como cadeias produtivas regionais.

Outro fenômeno que o acesso minimamente seguro ao território promoveu, juntamente com a produção alimentar nas comunidades de Charco e Juçaral, foi a fixação dos jovens deste território no campo. Como apontado em outros momentos deste texto, os quadros de violência social e econômica, aliados aos cenários de insegurança alimentar, desnutrição e fome promovidos pelas desigualdades sociais e intensificados pelos conflitos territoriais, acabaram por forçar principalmente os jovens desta comunidade a sair de suas terras e procurar trabalho em outras localidades.

Essa dinâmica de saída dos quilombolas de suas terras é bem relatada no trecho a seguir, baseado no Relatório sócio-histórico-antropológico do território de Charco.

Pressionados a abandonar as terras onde viveram seus pais, avós e bisavós, muitos quilombolas tiveram de sair do território, nos últimos anos, à procura de trabalho em municípios vizinhos, como Olinda Nova e Cajapió. Alguns se mudaram para a capital do estado, São Luís. Aqueles que resistem e permanecem no território, se veem obrigados a buscar trabalho temporário em outras cidades maranhenses e mesmo em outros estados, como São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde trabalham em atividades do agronegócio com baixíssima remuneração, como o corte de cana-de-açúcar e a colheita de laranjas (Silva, 2017 p.9 - 10).

Esse trecho mostra a pressão enfrentada pelos quilombolas, forçados a deixar suas terras de origem, buscando emprego em municípios próximos na região da baixada maranhense ou até mesmo em grandes cidades como São Luís. Aqueles que permanecem no

território muitas vezes precisam buscar trabalho temporário em outras regiões, inclusive em diferentes estados, realizando atividades mal remuneradas.

Com a construção desse panorama mais sadio dentro do território de Charco, foi possível observar a acomodação dos jovens que antes tinham uma resistência em ficar neste espaço. Observando agora que este território poderá prover oportunidades de manutenção dos seus hábitos de vida. Assim como possibilitar o fortalecimento de sua cultura e modos de existência perto dos entes e dos seus ancestrais.

Como dito em momentos anteriores, para grupos tradicionais as necessidades que são a força motriz de suas territorializações, indo além do recurso para se manter. Desta forma, com o acesso ao território da comunidade de Charco minimamente assegurado, podemos assistir que os jovens e trabalhadores de Charco poderão territorializar-se em um espaço que contém as “sementes” das suas relações sociais, econômicas, religiosas e afetivas.

A partir dessa perspectiva, emergiram iniciativas lideradas pelos adolescentes de Charco, valendo-se do acesso ao território seguro, com o propósito de apoiar as famílias agroextrativistas da baixada maranhense no processo de recuperação de áreas degradadas e no cultivo de alimentos, como hortaliças, mandioca, milho, feijão, melancia e criação de galinhas caipiras de forma semi-intensiva. Utilizando técnicas de baixo impacto que preservaram os seus modos produtivos e a sócio biodiversidade. Com base nos princípios agroecológicos, aprimoram a produção e fomentam a autonomia das famílias assistidas. As figuras a seguir são os resultados desta seguridade, que já vem gerando frutos na produção de alimento, demonstrados na figura 07, e 08 a seguir.

Figura 7 - Produção de hortaliças no território de Charco Juçaral pelos jovens da comunidade



Fonte: Registro da comunidade de Charco e Juçaral, cedido a pesquisa

Figura 8 - Espaços de produção de alimento no território de Charco e Juçaral



Fonte: Registro coletivo da comunidade de Charco e Juçaral, cedido a pesquisa.

Esse projeto só demonstra como o acesso ao território de forma regularizada provém a grupos do campo as possibilidades de produzirem seus modos de vida de forma sadia e eficiente, possibilitando novos caminhos para a segurança alimentar no campo, assim como fortalecendo a institucionalização de suas terras como alternativas hábeis para a produção de alimento e fortalecimentos de outros mercados consumidores, rompendo o estigma que somente o modelo empregado pelo agronegócio é responsável pela alimentação dos indivíduos no Brasil.

Projetos como o mencionado acima já estão rendendo frutos no território de Charco. Em 2019, conforme relatado pela AGERP, os jovens da comunidade realizaram a colheita de 700 kg de macaxeira biologicamente fortificada em seu território, produzindo 200 kg de polpa a ser comercializada na microrregião da baixada maranhense, além de manter um campo de 2,5 hectares para outras culturas, como hortaliças, pimenta, milho e batata-doce. Cerca de 30 jovens estiveram envolvidos nessas atividades.

Assim é possível entender como o acesso ao território, mesmo que parcial, promove a grupos do campo uma forma de manutenção de seus modos de vida, combate a quebra e fuga de renda destes coletivos. Como também serve de base para a produção de alimentação satisfatória para povos e comunidades tradicionais. Sobretudo quilombolas, combatendo

efetivamente os estigmas da fome que rompem o círculo vicioso imposto pela desigualdade e conflitualidade características do modelo de reprodução do capital contido no campo.

Infelizmente, como posto em momentos anteriores, esse projeto com os jovens teve sua paralisação em virtude do cenário pandêmico da Covid 19, sem poder retirar sua sobrevivência do seu território, uma parcela considerável deste grupo de jovens saiu novamente do território de Charco. Buscando trabalho e subsistência em outros municípios e Estados. Felizmente com o fim do cenário pandêmico, esse grupo já estuda retornar para Charco para trabalhar e fortalecer sua produção de alimento.

Por fim, após analisarmos algumas das conjunturas que conformam o campo, principalmente ligadas a fome e insegurança alimentar e os impactos dos conflitos sobre essas mazelas. Torna-se importante ressaltar que a política social mais eficiente para grupos do campo, sobretudo os quilombolas do estado do Maranhão, é a concessão a esses grupos de um acesso seguro ao território. O território do Charco exemplifica muito bem este quadro, sem o recurso à terra garantidos a esses coletivos não há como os mesmos alcançarem a reprodução sadia de seus modos de vida tanto de forma material como imaterial.

Dentro dessa ótica, os estigmas supracitados ganham sentidos para além da necessidade orgânica ou a clínica. Estes ganham aspectos de doenças sociais, que agem sobre os corpos, mas também sobre as relações sociais e o território, forçando a saída de grupos tradicionais de suas áreas e quebrando suas relações com os seus espaços de vivência. Assim, a fome, como doença social no campo, adquire contornos de força motriz para a desterritorialização de grupos tradicionais no campo brasileiro.

4. Território, Fome e Resistência: O papel das comunidades tradicionais na luta pela alimentação

Até o momento desta dissertação, exploramos as relações da fome enquanto um fenômeno social, buscando construir alinhamentos desta com os quadros desiguais do campo e entender seus impactos e as mediações de grupos tradicionais a essa conjuntura. Sendo estas relações muito próprias desses grupos, marcando suas várias dimensões da realidade de vivência. Diegues (2000), no tocante a grupos humanos com modos de vida diferenciados, ajuda-nos a fazer uma reflexão sobre sociedades tradicionais. Um fragmento elucidativo a essa questão é exposto abaixo:

A grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que

desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (Diegues e Arruda, 2000, p. 22).

Os autores apresentam com este fragmento, o entendimento que a grupos humanos que mantêm práticas culturais distintas, muitas vezes preservadas ao longo de gerações, e que têm uma relação especial com o espaço em que vivem. Eles desenvolvem modos de vida adaptados a contextos ecológicos específicos, buscando a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.

Relacionando isso aos grupos tradicionais, pode-se ver uma ligação forte. Os quilombolas, por exemplo, são comunidades que historicamente mantiveram tradições culturais próprias, com relações específicas com a terra e a natureza, muitas vezes em áreas de ecossistemas variados. Eles têm um conhecimento tradicional valioso sobre o manejo sustentável dos recursos naturais, o que reflete essa relação especial com o meio ambiente, muito alinhada ao que é descrito no texto sobre grupos culturalmente diferenciados, das quais inicialmente podemos relacionar as suas abstrações a preceitos ambientais.

No que no tange ao “isolamento” mencionado pelos autores, este ainda é observado em alguns grupos de povos originários. Mas quando aproximamos esse conceitual a povos e grupos tradicionais no geral esse isolamento deixa de ser algo físico/espacial e torna-se algo mais imaterial ligado primordialmente aos modos de vida destes grupos, em relação a outros modelos de vida.

Todavia, povos e comunidades tradicionais no geral primam por manter a culturalidade e os seus modos de existência, tanto em sociedade, quanto com suas relações com o ambiente ao redor, respeitando sua ancestralidade, por mais que o seu entorno os pressione a mudar. Fazendo aqui um o adendo, manter os modos de vidas de seus ancestrais não quer dizer que esses grupos ficarão estagnados na esteira do tempo. Mas sim, essa prática orbita na tentativa de conciliação entre os prismas de seu bem viver, enquanto PCTs e as relações adjacentes impostas a eles por uma culturalidade externa.

Assim, podemos compreender que as observações de Diegues e Arruda (2000), como os apontamentos de Santos (2002), Raffestin (1993) e Haesbaert (1997) exibidas em capítulos anteriores. Alcançam as interações entre as sociedades tradicionais e o espaço geográfico, o que nos permite inferir que essas interações, podem ser entendidas como as ações que servem de alicerces para a construção da categoria território, principalmente quando abordamos os territórios de grupos tradicionais.

Diante dessa perspectiva, as relações sociais estabelecidas por esses grupos em seus locais de convívio são de extrema relevância para a preservação de suas identidades coletivas,

enquanto grupos tradicionais, mas, também, é um dos pilares de manutenção e construção dos territórios destes grupos. Território este que, como já tivemos oportunidade de conceber por meio de reflexões anteriores, serão o palco e mecanismo para a reprodução material e imaterial dos povos tradicionais.

Com isso, podemos construir um entendimento que a conflitualidade sobre a ótica de Fernandes (2008) vista no capítulo anterior, vivida não somente no campo maranhense, mas em todo Brasil, são sintomas das tentativas de afastamento e quebra das relações dos povos e comunidades tradicionais com os seus territórios, objetos de especulações por outros modelos desenvolvimentistas presentes no campo.

Em prosseguimento, investigando esses momentos de enfrentamento que ameaçam a produção de alimentos, é possível identificar impactos ainda mais profundos sobre as relações destes grupos com a terra e também seus processos de lutas e resistência no campo. Impactos como vimos que vão além da privação de alimento, atingindo até sua fixação na terra, assim como seus movimentos de resistência e lutas pelos seus direitos.

Dentro desta visão, para além do entendimento do uso do território por grupos tradicionais que é de suma importância para compreender suas formas de territorialização, deve-se assimilar que as relações sociais que são desenvolvidas nestes espaços também estão sobre assédio. E um caminho importante para a compreensão dos reflexos destas intercorrências é a produção de alimentos.

Com esta cena posta, podemos retornar ao próprio entendimento de Diegues (2000) no livro “Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil”, onde o autor começa nos apresentando aspectos relevantes para as definições de “culturas tradicionais”. Vemos o trecho a seguir:

É a existência dos sistemas de manejo dos recursos naturais marcado pelo respeito. Aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. (Diegues, 2000, p 20).

Como posto pelo autor, os sistemas tradicionais de manejo de grupos PCTs possuem uma relação diferenciada com seus espaços de vivência, assim como usos mais sociais voltados para o saciar de suas necessidades enquanto indivíduos, mas também enquanto coletivos. Logo podemos entender essas relações como elementos que ajudam a esses grupos a moldar seus territórios.

Onde podemos aprender que o território e as suas construções não são somente a conquista do espaço físico e o acesso ao recurso terra, mas também as relações sociais que nele se desenrolam. Sob a visão do autor tem-se que: “o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades” (Diegues, 2000). Desta forma é notório que grupos tradicionais vem no território para além do espaço e do recurso da terra. O território faz parte da sua cultura e da sua representação de modo de vida.

Sob essa ótica, gostaríamos de relacionar novamente as informações expostas nos momentos introdutórios desta dissertação. Das quais podemos alinhar o direito à alimentação digna, como algo que deve ser instituído levando em consideração as especificidades étnicas, econômicas, culturais e sociais dos indivíduos, desta forma o ato de produzir alimento é algo que vai para além da necessidade de saciar o orgânico.

Assim, a produção de alimento aos moldes de comunidades tradicionais é uma representação das relações sociais destes grupos com a terra, e suas transformações do território para conservação e manutenção da vida. Com isso, torna-se palpável construir asseverações sobre a produção de alimento e alimentação digna, como forças motrizes para a construção do território, como postulado em outros momentos nesta dissertação.

Para os coletivos tradicionais o ato de se territorializar vai para além do acesso e permanência física ao recurso terra, o mesmo ocorre com sua produção de alimento que também vai para além das funções fisiológicas, o ato de produzir seus alimentos está ligado com sua cultura e ancestralidade e seu vínculo com a terra, em alguns casos incorporando até a dimensão do sacro em algumas religiosidades comungadas por esses grupos.

Neste contexto, alguns instrumentos legislativos e políticas públicas voltadas para a promoção da alimentação segura e dos direitos de povos e comunidades tradicionais tentam integrar ideias e regulamentações que se aproximam do entendimento sobre os usos e símbolos empregados por esses grupos na configuração de seus espaços, como podemos observar a seguir:

O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (Consea, 2014)²⁵.

²⁵ Esclarecemos que esse trecho foi originalmente retirado do site do Consea disponível no link “<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/%20artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-esoberania-alimentar>”. Todavia, este e alguns outros endereços eletrônicos que tratavam da segurança alimentar e soberania alimentar deixaram de funcionar a partir do ano de 2020.

O fragmento exposto do Consea, (2014) sobre o direito humano à alimentação adequada, enfatiza que ele vai além do simples acesso aos alimentos. Ele engloba não apenas a disponibilidade física dos alimentos, mas também o acesso econômico a recursos como emprego ou terra para garantir esse acesso de forma consistente ao longo do tempo. A noção de adequação na alimentação significa que ela deve estar em sintonia com o contexto e as condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada indivíduo, grupo étnico, cultura ou comunidade.

O trecho citado ajuda a consolidar o pensamento da alimentação para além de uma necessidade orgânica, tornando-se uma ferramenta de territorialização, embasada no seu significado e seu papel para grupos tradicionais do campo. Somando-se a isso, nos ajuda também a pensar a importância do território como garantidor deste espaço de reprodução material e imaterial de grupos tradicionais através da ótica da produção de alimentos e alimentação digna. Pois somente por meio de um território assegurado, os usos e símbolos que conferem identidades a esses coletivos podem ser reproduzidos em seguridade.

Mediante a esse quadro, a produção de alimentos recebe ainda mais peso para a manutenção do bem viver desses grupos. Como vimos no exemplo de Charco, em momentos passados, onde o acesso segura a terra para plantar e produzir seus alimentos, permitiu a fixação de grupos de jovens novamente neste território. Através da possibilidade de uma produção e sustento de uma horta comunitária dentro dos espaços das comunidades de Charco e Juçaral, produzida direta e totalmente pela força de trabalho desses indivíduos, e quando essa produção não pôde ser continuada, novamente esse território observou a saída de seus jovens e trabalhadores para outras localidades.

Diante desta reflexão, temos a figura do território e o acesso ao mesmo, aliados a produção de alimento segura e digna, como os garantidores de uma necessidade primária dos indivíduos, mas também como já apontado, um mecanismo de manutenção da cultura de grupos do campo. Com o advento da produção de alimentos como um dos elos de formação do território, podemos conceber como essa construção ganha contornos delicados, principalmente quando adicionamos nesta equação as ameaças a essas produções, originadas entre os enfrentamentos destes coletivos com forças externas ao seu território.

Considerando o caráter produtivo da atividade de geração de alimentos, não apenas para os quilombolas, mas também outros coletivos tradicionais do campo, temos essa atividade abrangendo tanto aspectos materiais quanto simbólicos, dos quais os coletivos do campo interagem com o território. Essa dinâmica do produzir para nutrir-se, é responsável por criar e recriar essas relações, envolvendo elementos perceptíveis e imperceptíveis,

transcendendo a mera dimensão econômica. Observando essa reflexão, buscamos o entendimento de Diegues (2020), quando o autor diz que nas sociedades tidas como "tradicionais", e em certos grupos agro-extrativistas, o trabalho abarca múltiplas dimensões, combinando elementos técnicos com aspectos mágicos, rituais e simbólicos.

Desta forma temos o produzir alimento como parte da vivência, experiências e trançado das relações sociais destes grupos. Neste quadro, fica ainda mais perceptível que a produção de alimento possui um viés de territorialização de coletivos no espaço geográfico, e assegurar esse acesso à terra, é primordial para a manutenção das vidas destes grupos e também para combater as suas condições de insegurança alimentar e fome.

Com o exposto, destacamos a frente o seguinte fragmento, que trata sobre as questões de povos do Cerrado e a expropriação de suas terras no respectivo Bioma:

Salta aos olhos a perversa concentração fundiária à custa da expropriação das terras ocupadas por diferentes povos do Cerrado que, sem acesso ao ecossistema que dá base às suas vidas, vêm ameaçadas ou mesmo inviabilizadas suas formas tradicionais de organização da economia, sua cultura e sociabilidade (Rigotto; Santos e Costa, 2022, p. 20).

O trecho destacado faz menções sobre a expropriação de terras no Cerrado de coletivos sociais do campo, que ameaçam suas formas tradicionais de vida, mostrando a preocupação com a concentração injusta de terras neste bioma, onde diversos grupos étnicos estão sendo desapossados de seus territórios.

Este não é um cenário exclusivo destes grupos, onde somos capazes de relacionar tal cena, com grupos quilombolas como os do Território de Charco e Juçaral e demais povos tradicionais no estado do Maranhão e também no Brasil. E como demonstrado no decorrer deste texto, essa expropriação os priva do acesso ao ambiente que sustenta suas vidas, colocando em risco suas práticas econômicas tradicionais, sua cultura e até mesmo sua forma de interação social.

Nesse contexto, compreendemos a vital importância dos territórios para a subsistência dos grupos tradicionais. A falta destes espaços os coloca em situações de grande vulnerabilidade, forçando-os a enfrentar a violência e a abandonar suas áreas de convívio. Quando os autores destacam os impactos nos aspectos econômicos, sociais e culturais, podemos enfatizar que essas dimensões englobam também a produção de alimentos. Isso significa que, diante da ausência de um acesso seguro a seus territórios, esses grupos enfrentam casos graves de insegurança alimentar e fome.

Trazendo essa conjuntura para a figuração da vivência de Charco, temos em uma das falas de nosso entrevistado a demonstração do peso desta dimensão e como são importantes o

acesso a esses espaços para a produção de alimentos para esses coletivos. Essa liderança coloca que “a comunidade quilombola, ela sempre tem que estar plantando para poder sobreviver. Aqui (Território de Charco) não é diferente. A maioria vive das roças.” Relato, disponibilizado para esta pesquisa no ano de 2023.

Essa fala demonstra primeiramente a necessidade destes coletivos em possuir suas áreas de plantio, extração e produção de alimentos. Já que estas são demonstradas como algo imprescindível à vida, entendendo que sem o ato de plantar, sendo este tanto a ação de produzir alimento, como também o trabalho para produzir, não há vida enquanto comunidade quilombola. Neste cenário, podemos elencar duas situações primordiais para que o modo de vida quilombola se complete, estas seriam a produção de alimento, representada no "plantar" e o acesso ao território como elemento garantidor de onde plantar.

Desta forma, o território possui em suas dimensões a funcionalidade de orbitar como um mecanismo de subsistência para grupos tradicionais, sobretudo quilombolas. Para esses coletivos o território desempenha uma conexão indissociável com a vida, e juntamente com a produção de alimento, formam um elo garantidor da reprodução material e imaterial destes grupos. Neste cenário, lançamos uma reflexão sobre o papel da fome e da insegurança alimentar suscitada através dos quadros de desigualdades sociais no campo, onde o ataque a esses territórios também é um ataque a própria vida destes coletivos.

Recorrendo novamente à colaboração de Rigotto; Santos; Costa, 2022, p. 21, destacamos o fragmento a seguir:

Comunidades e famílias muitas vezes são empurradas para processos de migração compulsória, comumente para a periferia das cidades da região, onde vão encontrar os desafios da moradia, do emprego, da fome, das drogas, da exploração sexual e das violências.

Com o relato acima, os autores nos apresentam algumas consequências da impossibilidade da reprodução dos modos de vidas de coletivos do campo no Cerrado. Essas dificuldades são enfrentadas por comunidades e famílias que foram expulsas de seus territórios e tiveram o acesso ao mesmo negado. Neste quadro estas deslocam-se para a periferia das cidades das regiões próximas. Lá, esses grupos se deparam com uma série de desafios, como questões habitacionais, falta de oportunidades de emprego, escassez de alimentos, insegurança alimentar, fome, problemas relacionados ao uso de drogas, exploração sexual e diversas formas de violência.

Mediante o exposto, se a produção de alimento e por consequência a segurança alimentar oriunda do acesso ao recurso terra, pode ser entendida como um dos vieses para a produção da territorialização de povos e comunidades tradicionais no campo brasileiro.

Teríamos na insegurança alimentar e em seus estados mais graves a fome, suscitada pelas desigualdades sociais e os conflitos territoriais que impactam e negam a produção de alimentos destes grupos, uma antítese para a territorialização desses coletivos em suas áreas.

Isso reitera a percepção da desigualdade social como um quadro complexo que se entrelaça com aspectos históricos no campo brasileiro, abrangendo desde a profunda disparidade na distribuição de riquezas até a desigualdade no acesso à terra por diferentes atores sociais. Isso inclui a invisibilidade de grupos étnicos distintos, como povos originários e comunidades negras, entre outros.

Diversas questões sociais se entrelaçam nesse espectro de desigualdade, como as relações de trabalho, e a fome, assim como a insegurança alimentar enfrentada por grupos tradicionais devido a conflitos territoriais pode ser examinada sob essa perspectiva. Ela não apenas resulta desses desequilíbrios, mas também nutre algumas dessas problemáticas, como evidenciado no contexto do trabalho escravo. Sob essa terrível realidade, indivíduos são empurrados para relações trabalhistas precárias, culminando em cenários ainda mais graves.

Quando tratamos desta não naturalidade da fome no campo, não estamos nos referindo à fome biológica ou orgânica que como visto anteriormente, estas são características inerentes às funções fisiológicas dos seres vivos. Mas, é objeto da nossa reflexão a fome como um fenômeno social, que como também foi colocada em momentos anteriores tem um grande estreitamento com as desigualdades sociais.

Portanto, é crucial observar com atenção o acesso, a permanência e a proteção do território diante das ameaças de insegurança alimentar e da fome, originadas pelos impactos dos conflitos territoriais na produção de alimentos. Esse cenário merece uma análise cuidadosa, considerando especialmente o quadro marcante de conflitos territoriais no Maranhão, onde tais disputas podem ser um fator significativo na propagação da fome nas áreas rurais.

Para uma compreensão mais detalhada, tomemos como exemplo um trecho da cartilha intitulada O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta publicação, construída sob o mesmo título, é resultado do projeto Fortalecimento da Implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos níveis estaduais, distrital e municipais:

De fato, a fome que persiste e assola diversas regiões do planeta é determinada pela falta de acesso à terra para produção ou pela insuficiência de renda para comprar alimentos – ou seja, é o resultado da injustiça social vigente e não da falta de produção de alimentos (Brasil, 2013).

O trecho acima é um bom ponto para seguirmos o debate da fome como um processo não natural do campo, pois revela a perspectiva do estado sobre a fome, questionando sua naturalidade ao baseá-la na questão do acesso à terra ou território para produzir. Contradizendo a ideia de que a fome é algo natural, especialmente em comunidades quilombolas como Charco e outras categorias de povos e comunidades tradicionais que enfrentam ou enfrentaram insegurança alimentar, ou até mesmo fome.

A falta de acesso à terra para produção é apontada como um dos principais fatores que condicionam essa situação, endossando esse cenário temos a fala de Freitas e Pena (2020, p 37) onde os autores apontam que “no Brasil, a fome como um tema político, é produto histórico da desigualdade social e econômica como: falta de terra para garantir a sobrevivência”.

Com esse quadro, temos a fome e a insegurança alimentar, nutridas por questões sociais inerentes ao campo e ao território. Assim podemos observar o território e seu acesso seguro como ponto central no debate sobre a fome, como também os conflitos territoriais como fenômenos que fomentam essa insegurança de grupos tradicionais. Diante deste cenário, essas relações devem ser levadas em consideração para formulações das políticas de produção de alimento e combate à fome e insegurança alimentar no campo.

Desta forma, podemos entender que a insegurança alimentar e a fome desempenham um papel crucial no impedimento da territorialização de grupos tradicionais no campo, impondo a esses coletivos grandes desafios e provações. Esses desafios não se limitam apenas à estagnação da fixação desses coletivos em seus espaços de vivência. Mas também envolvem o fortalecimento e intensificação das ameaças constantes de esbulho, mesmo após terem conquistado o tão almejado acesso ao território. Com isso fica possível entender a fome como um mecanismo de impor a saída destes grupos de suas áreas.

O trecho destacado ajuda a entender, como os espaços de produção de alimento são importantes para grupos tradicionais. Vejamos a frente a fala da liderança do território de Charco e Juçaral em 2023, sobre como era sua sobrevivência, sem a possibilidade de utilização dos seus espaços de roça:

Algumas pessoas das comunidades viviam das suas aposentadorias ou de familiares próximos, outras pessoas de programas de assistência do governo como o Bolsa-Família. No tempo era R\$ 30 (trinta reais) que recebia por família e o outro ganhando diária aqui e ali para poder sobreviver, porque ele não fazia roça (Relato, disponibilizado para esta pesquisa no ano de 2023).

A fala destacada, nos apresenta que as famílias de Charco e Juçaral, passaram anos dependendo de fontes externas de renda para acessar sua alimentação. Onde em um cenário,

em que a produção de alimentos nos seus espaços era negada, mesmo essa desempenhando um papel crucial na sustentabilidade e na subsistência desta comunidade. Ressaltamos que esta proibição foi imposta a esses coletivos, como condição de permanência em seus espaços. No entanto, somos sabedores que essa restrição a longo prazo tornava inviável a permanência destes coletivos em seus locais de vivência, conseqüentemente apontando suas saídas destas áreas.

Esses territórios não são apenas áreas geográficas, mas o alicerce essencial para a sobrevivência desses grupos, proporcionando não apenas alimentos, mas também uma conexão cultural profunda com a terra. Esse relato ilustra a realidade desafiadora enfrentada por essas comunidades, que, devido à falta de acesso seguro ao território para produzir alimentos, se veem obrigadas a depender de fontes de renda limitadas e insuficientes para garantir a nutrição adequada.

A fome, nesse contexto, não é apenas a falta de alimentos, mas a impossibilidade de cultivar e colher de maneira autossuficiente devido à restrição do acesso ao território. A segurança alimentar dessas comunidades está diretamente ligada à sua capacidade de utilizar suas práticas tradicionais de cultivo e coleta de alimentos. A garantia desse acesso não apenas atende às necessidades básicas de alimentação, mas também preserva suas identidades culturais e fortalece suas conexões com a terra, elementos cruciais para a perpetuação desses grupos ao longo do tempo.

Ressaltamos que essas “diárias” em alguns casos eram trabalhos realizados para os agentes externos ao território de Charco, conseqüentemente se analisarmos que em situações de conflitos como a cobrança do Foro. Os indivíduos eram obrigados a pagar com seus recursos financeiros, quando a produção da terra era considerada insuficiente. Construindo assim um círculo vicioso onde é notável a exploração destes grupos por parte do suposto dono das terras. Com isso temos sempre os ciclos de acesso e produção de alimentos afetados direta e indiretamente, visto o ataque à produção em um primeiro momento, mas também a predação das rendas financeiras que têm papel importante no acesso à alimentação.

Esse cenário fica bem definido na fala do Padre Inaldo Serejo, que diz: “O pão da boca dos filhos dos camponeses era levado por Gentil à força para alimentar os seus filhos, para construir casas, posto de combustíveis e comprar mais escrituras de terra, pagar os estudos da família de Gentil.” Neeps/ENSP/Fiocruz, 2020. Assim, a fome e insegurança alimentar do território, para além de obstruir seus processos de territorialização, dificultando esses grupos em se manterem em seus espaços, também contribuía para o fortalecimento material do seu antagonista.

Quando analisado o fenômeno dos conflitos territoriais, principalmente em um sistema de conflitualidade, resultante do “processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista” Fernandes, 2008, p 9. Aliadas ao processo da fome e insegurança alimentar, torna-se perceptível suas reverberações sociais no campo.

Todavia também podemos perceber suas causalidades relacionadas as desigualdades sociais. Posto isso, podemos relacionar esse quadro com a fome social e o paradigma da causação circular da fome analisada por Castro (1968). Encaixando-se a essa reflexão a concepção de que a fome e insegurança alimentar de grupos tradicionais, é consequência do quadro social desigual no qual esses coletivos estão imersos no campo brasileiro, e não uma naturalidade do meio, ou dificuldade relacionadas ao ambiente em produzir, ou permitir que esses grupos acessem formas de alimentação.

O fenômeno da fome e da insegurança alimentar em comunidades tradicionais rurais está intrinsecamente ligado aos quadros de desigualdades sociais e os conflitos territoriais. A ótica do paradigma da causação circular e do ciclo vicioso da fome Castro (1968), nos permite pensar que a fome social, que atinge grupos tradicionais, é um ciclo relacionado aos conflitos territoriais e sua gênese, as desigualdades sociais no campo. Essa fome afeta esses grupos, aumentando a escassez de alimentos, levando-os a situações precárias de emprego e confrontos para acessar áreas de produção de alimentos e água. Isso gera novos conflitos, intensificando desigualdades sociais.

Essa situação fragiliza a resistência e a estabilidade dessas comunidades tradicionais em seus territórios. A falta de recursos compromete suas subsistências, saúde e produtividade. Esse ciclo alimenta tensões territoriais, prejudicando o crescimento e a autonomia desses grupos. Apesar da resistência ser uma característica forte destes coletivos, os conflitos territoriais e a insegurança alimentar minam sua fixação, forçando muitos a deixarem suas comunidades devido à asfixia das atividades produtivas e à perpetuação da violência, seja ela pela fome ou outras formas.

O trecho a seguir posto pelo nosso informante, demonstra o quando a fome posta através dos conflitos territoriais impactaram a vivência destes grupos no campo:

Então em Juçaral, eles estavam há algum tempo sem fazer roças. Estava com sete anos que eles não faziam as suas roças, porque foram proibidas durante esse tempo pelo “dono da terra”. Nesse tempo não tinha farinha ou arroz tirado da terra, então o povo nesta comunidade estava passando fome. Eles passaram fome até 2010. Na verdade, eles passaram a ter acesso a fazer roça, foi em 2011. Depois que assassinaram flaviano, porque eles lá (comunidade de Juçaral) falaram que queriam tirar a roça com o pessoal daqui (comunidade de Charco), porque lá eles tinham

medo de fazer roça. Com isso a gente combinou todo mundo para tirar junto (Liderança do Território de Charco e Juçaral, 2023).

O relato evidencia um período conturbado na comunidade de Juçaral, onde a proibição de realizar as roças durante aproximadamente 7 anos resultou em escassez de alimentos, levando esses coletivos a sofrerem com o estigma da fome e insegurança alimentar até o ano de 2010.

Somente após o assassinato de uma liderança deste território no ano supracitado, iniciaram-se os processos de retomada dos espaços destes coletivos, situação que culminou na retomada parcial deste território em 2012. Com isso, as comunidades obtiveram acesso novamente para cultivar suas roças. Esse acesso foi conquistado em conjunto com a comunidade de Charco, visando a segurança mútua durante o processo de produção de alimento, já que o medo prevalecia na realização das atividades agrícolas devido a ameaças externas. Esse relato destaca a relevância do cultivo de alimentos para a subsistência e como as restrições ao acesso à terra impactaram diretamente a segurança alimentar dessas comunidades.

Podemos interpretar essa situação como um exemplo do fenômeno de desterritorialização dos grupos quilombolas, catalisado pela manifestação da fome. Todavia, para entender esse processo devemos lançar a luz da teoria, visto que como agentes transformadores do espaço geográfico a insegurança alimentar não assiste somente a desterritorialização de grupos tradicionais do campo, mas também propicia a territorialização dos usos antagônicos nos espaços de grupos tradicionais.

Desta forma, podemos tentar entender a desterritorialização, como a ruptura de laços, um desprendimento dos territórios, resultando na perda de controle das territorialidades individuais ou coletivas, incluindo a privação de acesso a territórios econômicos e simbólicos, bem como a recursos (Vaz, 2010). O entendimento nos mostra que os vínculos dos coletivos e dos indivíduos podem ser quebrados e desfeitos.

Entretanto, quando falamos em desterritorialização não estamos falando diretamente do desaparecimento dos territórios, principalmente de grupos tradicionais, mas sim a realocação dos usos (Santos, 1999) que conferiam a esses espaços sua ligação como povos e comunidades tradicionais. Sendo este, não um processo instantâneo, e sim gradual.

Retomando, embora Juçaral tenha encontrado uma alternativa em um espaço familiar e próximo, é válido ressaltar que essa solução é apenas paliativa e nem todas as comunidades tradicionais têm a oportunidade de acessá-la. Geralmente, grupos tradicionais são forçados a deixar suas áreas de origem e se territorializam em locais completamente distintos de seus

espaços ancestrais. Mesmo diante dessa situação, não podemos ignorar que a comunidade de Juçaral foi compelida a buscar novas áreas para a produção de alimentos, a fim de garantir sua subsistência e assim resistir em suas áreas de vivência.

O fenômeno enfrentado pelos territórios quilombolas de Charco e Juçaral evidencia a desterritorialização desses grupos, como mencionado anteriormente. Os locais que antes eram destinados aos usos e modelos de reprodução dessas comunidades não desaparecem fisicamente; eles são reinterpretados por outros atores sociais no campo. Como já mencionado, o ambiente rural é repleto de interesses, muitos dos quais conflitantes. À medida que a territorialidade dos grupos tradicionais se dissipa, outros atores buscam ocupar esse espaço, promovendo uma nova definição de usos e interesses nessas áreas.

Neste cenário, Haesbaert e Bruce (2002, p.17) apontam que “toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização”. Com este quadro, temos a reterritorialização dos interesses e usos dos atores sociais do campo brasileiro, que cobiçam os espaços de povos e comunidades tradicionais. Mas também temos a reterritorialização destes coletivos na busca de manter seus modos de vida, só que infelizmente na sua grande maioria fora dos espaços que lhe eram originários.

Os conflitos territoriais comprometem o acesso das comunidades tradicionais a alimentos, levando à fome e à insegurança alimentar. Isso não só afeta a subsistência física, mas enfraquece a resistência dessas comunidades diante dos desafios sociais. Esses conflitos, impulsionados por interesses dominantes, prejudicam a luta desses grupos por direitos e sobrevivência, forçando até mesmo migrações. A insegurança alimentar resultante mina não apenas a subsistência, mas também a resistência desses grupos em seus territórios, embora persistam na luta para preservar suas identidades e modos de vida.

Isso destaca a importância crucial do acesso seguro ao território para a reprodução física, econômica, social e cultural desses coletivos. A falta de acesso à terra compromete não apenas a produção de alimentos, mas também a própria existência desses grupos tradicionais, negando-lhes direitos básicos e minando sua capacidade de resistência.

O quadro de desigualdade social e conflitos territoriais aliados à insegurança alimentar exacerbam ainda mais essas condições de desigualdade no campo, servindo como um potencializador das agressões e especulações dos interesses hegemônicos sobre a terra, o território e os modos de vida de grupos tradicionais no campo brasileiro. Tornando evidente a necessidade de abordar essas questões complexas para promover a justiça social e a segurança alimentar desses grupos. Com o posto até o momento encaminhamos para o tópico seguinte, responsável pelas considerações finais desta dissertação.

Considerações finais

Ao concluirmos os capítulos temáticos desta dissertação, é imprescindível iniciarmos as considerações finais sobre esse escrito refletindo sobre a complexidade do estudo e análise das diversas facetas da fome. Assim, acreditamos que em virtude desta dita complexidade, ainda há muito mais a se percorrer dentro desta temática. Sobretudo, construindo análises sobre seus impactos e causas a grupos do campo e comunidades tradicionais.

Com isso, a partir dos debates aqui postos, foi possível iniciar um bom caminho de entendimento para futuros estudos dentro desta temática. Assim como estudos dentro da geografia agrária sobre a insegurança alimentar, um conceito mais recente no bojo temporal e altamente profundo, onde suas considerações sobre grupos tradicionais são importantíssimas para futuros debates.

Após esses referidos prolegômenos, podemos lançar mão de algumas considerações importantes a acerca deste trabalho. Partindo da compreensão que fenômenos como a fome e a insegurança alimentar possuem impactos profundos e abrangentes, afetando milhões de pessoas em todo o mundo.

Compreender completamente suas causas e consequências representa um desafio significativo tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade. Como observado nos primeiros capítulos deste estudo, a insegurança alimentar, e por consequência a fome são questões complexas e multifacetadas, que transcendem as fronteiras geográficas e socioeconômicas.

Também observamos que esses fenômenos são em muitos dos casos resultados de uma interação complexa entre fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais. Bem como no decorrer deste escrito construímos o entendimento que a fome possui intrínsecas relações com os cenários de desigualdade social, posto no nosso país.

Consequentemente também podemos relacionar esse quadro para o campo. E com o entendimento alcançado por esse estudo, devemos ter a compreensão abrangente desses fenômenos os abordando de forma multidisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento, como a economia, a sociologia, a nutrição, a agronomia e as políticas públicas, além da geografia norteadora das reflexões construídas aqui.

Pois a fome não é um fenômeno que possui casualidades únicas e isoladas, ou que possam ser lidas somente por um espectro, para isso as dimensões sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais entorno deste fenômeno, devem estar a vista das análises dos

pesquisadores dedicados a essas temáticas, sobretudo quando analisado os efeitos destes estigmas sob grupos tradicionais no campo como dito anteriormente.

A complexidade desses problemas está na sua intrínseca interligação. A fome, muitas vezes, está diretamente ligada a diversas causas, desde desigualdade de renda até a falta de acesso a recursos produtivos, infraestrutura inadequada, instabilidade política e a ausência de mecanismos eficazes de combate à fome.

Este estudo propõem o entendimento que ao analisarmos o cenário rural brasileiro, especialmente no contexto das comunidades e povos tradicionais do Maranhão. Devemos entender os conflitos territoriais como fenômenos gestados pelo cenário de desigualdade social no campo e a limitação no acesso seguro à terra. Onde estes emergem como fatores determinantes para a fome como um fenômeno social que afeta os espaços vitais desses grupos tradicionais

A situação de insegurança alimentar pode ter consequências prolongadas na saúde, educação, desenvolvimento infantil e bem-estar geral das comunidades afetadas. No contexto rural, essa realidade é evidente no estudo do Território de Charco, revelando a intrincada relação entre a produção de alimentos, e a desigualdade social que empurra essas comunidades para a fome e a insegurança alimentar. Os impactos desses problemas sobre grupos tradicionais abrangem desde a fome física, como subnutrição e inanição devido à falta de alimentos, até influências nos esforços de se manterem em seus territórios.

Sob essa ótica, quando abordamos o estudo da fome, é impossível não recorrer às contribuições significativas de Josué de Castro para o campo da geografia, estudos sociais e humanos da fome. Castro, médico e geógrafo brasileiro, foi um pioneiro na análise da fome como um fenômeno geográfico complexo.

Por meio de suas pesquisas e publicações, foi possível demonstrar como a fome está intimamente ligada a fatores socioeconômicos, políticos e ambientais. Partindo dos princípios dos seus estudos, foi possível embasar a concepção da fome e a correlacionar com a desigualdade social, distribuição desigual de recursos e a concentração de terras.

Aliando aos pensamentos de Castro, foi possível enfatizar a importância da compreensão das dinâmicas territoriais na manifestação da fome, destacando ainda como a produção e a distribuição de alimentos estão influenciadas por questões como estruturas agrárias, políticas públicas e relações de poder tanto para saciar as necessidades de um grupo ou para negá-las. As contribuições de Josué de Castro, aliadas as reflexões postas neste estudo e na análise da fome, ajudaram a abrir caminho para uma compreensão mais aprofundada dos complexos processos socioespaciais relacionados à insegurança alimentar.

Ainda sob o alicerce dos conhecimentos de Castro (1968, 1980 e 2012), juntamente com outros autores, como Abramovay (1983) e a Professora Maria do Carmo Soares de Freitas (2003 e 2020), permitiu a esse documento construir um entendimento mais sólido sobre os fenômenos da fome tanto em um âmbito geral, mas também com a mesma atinge grupos tradicionais no campo como um fenômeno social, fomentados e realimentados pelos quadros de desigualdade sociais existentes nestes espaços.

A partir da base teórica estabelecida, tornou-se viável compreender a fome na contemporaneidade como um fenômeno não inato, mas sim como uma construção histórica que evoluiu ao longo do tempo, moldada pelo desenvolvimento das relações sociais. Isso inclui a compreensão da fome como um desafio global que impacta milhões de pessoas em escala mundial, independentemente de sua localização geográfica ou posição socioeconômica.

Reconhecer a fome como um fenômeno intrinsecamente ligado à vida não nega sua complexidade como símbolo fundamental da existência. Mesmo sendo vista como um problema social, a fome ainda tem um impacto real e físico, contribuindo para desequilíbrios nutricionais e condições endêmicas em pessoas envolvidas nesses ciclos de insegurança alimentar.

Em síntese, o presente estudo ajuda a pensar que a fome pode ser vista de duas óticas distintas, todavia complementares, sendo uma a visão mais biológica, relacionada à necessidade de alimentação natural e inerente aos seres vivos. E outra mais social, ligada à fome e insegurança alimentar como seqüela das desigualdades e exploração presentes na sociedade, envolvendo principalmente as comunidades tradicionais do campo. Entretanto, como já evidenciado, não há existência de uma sem a outra, e em muitos dos casos essas formas do fenômeno da fome estão alinhadas em uma mesma conjuntura de causalidade.

Não obstante, essa dissertação constrói um embasamento da fome enquanto um fenômeno social, a qual terá tantos impactos orgânicos e fisiológicos sobre os indivíduos. Contribuindo para o aparecimento de quadros endêmicos de insegurança alimentar, inanição e/ou desnutrição. Mas também, assiste a pensar a fome e a insegurança alimentar como força impactante nas vidas em sociedade, como nas relações de trabalho, na educação e na produção econômica.

Aproximando esse cenário, ao viver de grupos e comunidades tradicionais, ajudados pela mediação do território de Charco, podemos elencar alguns dos impactos sociais da fome e da insegurança alimentar sobre esses coletivos, que vítimas destes fenômenos tiveram suas

relações com seus locais de vivências comprometidas, impactando até suas territorializações no espaço geográfico.

Dessa forma, podemos compreender a fome como um fenômeno resultante das dinâmicas de poder e das escolhas de desenvolvimento feitas pelos seres humanos em relação aos seus semelhantes. No contexto do sistema capitalista, especialmente no âmbito deste estudo que se concentra no campo e em grupos tradicionais, as complexas interações entre a produção de alimentos e um ambiente social desigual no campo cultivam conflitos que desencadeiam a insegurança alimentar e a fome nessas comunidades. Esses elementos conduzem os grupos para o ciclo vicioso da fome, conforme destacado por Castro (1968), enfraquecendo não apenas seus corpos, mas também seus territórios e suas formas de territorialidade.

A fome desempenha papéis estratégicos que tanto mantêm quanto enfraquecem as relações sociais baseadas nos modelos dominantes. Um exemplo claro disso foi visto no território de Charco e Juçaral, onde os conflitos territoriais afetaram diretamente suas produções de alimentos. Restrições como o regime de Aforamento e a negação de acesso ao território impactaram essas comunidades, forçando algumas a deixarem seus espaços. Isso resultou no esbulho de suas produções alimentares, além de precarizar as relações de trabalho, entre outros impactos.

Esse fenômeno, como processo histórico e social, juntamente com a emergência da insegurança alimentar, não são eventos isolados, mas sim ferramentas com propósitos específicos. Observando suas ocorrências tanto em áreas urbanas quanto rurais, torna-se evidente que esses eventos são direcionados e utilizados para alcançar determinados objetivos. Isso muda a percepção convencional de "alimentação" e da produção de alimentos, indo além da nutrição básica dos seres vivos.

Nesse contexto, o acesso à alimentação e sua produção ganham significados sociais distintos, refletindo a ideia de que uma alimentação digna ou de qualidade é um privilégio de alguns grupos em detrimento de outros na sociedade. Para além deste entendimento, é nos mostrado neste estudo que para grupos tradicionais do campo, a produção de alimento é um direito e um garantidor da vida e dos seus modos de reprodução material e imaterial.

Nesta ótica, temos neste melhor acesso alimentação um viés que permite a esses grupos um bom posicionamento social em suas comunidades, a exemplo como postulado por Abramovay (2017) e Castro (1968) temos como exemplo, na educação alunos melhor alimentados tendem a ter melhores condições de aprendizagem, em comparação a discentes subnutridos, e quadros semelhantes ocorrem em outras áreas como no trabalho.

Quando falamos do trabalho e das relações que o envolvem, podemos ainda conceber o quadro onde os “alimentados” acessam melhores atividades trabalhistas ou desempenham atividades sem muitos impactos na sua eficiência. Todavia, grupos subalimentados, possuem dois cenários comuns em seu cotidiano, sendo a degradação de suas atividades em função de terem seus organismos debilitados pela nutrição insuficiente ou devem se sujeitar a cargas horárias de trabalho excepcionais para tentar garantir uma nutrição satisfatória.

Com isso, podemos argumentar que o acesso à alimentação e os meios para produzi-la terão impactos diferenciados conforme os grupos que acessam ou não as mesmas, onde se pode perceber até uma escalada para a desigualdade social embasada neste cenário. Posto seu potencial em interferir na construção das relações dos atores sociais. Com isso, quando trazemos essa análise para sociedades como a brasileira, onde muitos de seus debates enfatizam as grandes produções de alimentos em território nacional.

Todavia, invisibilizam os milhares de indivíduos em posição de fome, fica nítido que estamos para além de um simples problema de produção, estamos diante de uma situação estrutural, que intencionalmente delimita o acesso à alimentação por meio de uma ótica. A qual neste estudo consideramos para além da ordem econômica, mas também social porque além do recurso econômico, outros interesses ditam quem acessa as formas de alimentação.

Trazendo esse quadro para uma breve síntese do entendimento construído neste documento, temos o não acesso à alimentação de grupos tradicionais, como forma de enfraquecimento destes coletivos, através dos ataques empregados pelos conflitos territoriais, em suas áreas de plantio e produção de alimentos, este é um cenário oriundo da conjuntura social desigual.

Onde temos essa insegurança alimentar como resultado da objetificação dos espaços destes grupos por outros atores, com lógicas sociais diferentes destes coletivos, que por força querem acessar esses espaços, e quando posto a expressão força não estamos nos restringindo somente a imposição física ou a violência. O próprio espectro da fome tem reverberações econômicas, emocionais, culturais e sobre os mecanismos de manutenção social de povos e comunidades tradicionais.

Com esta cena, podemos perceber que há uma relativização da prioridade do papel da alimentação dos indivíduos, onde sua dimensão primária de satisfação das necessidades básicas a todos é deixada de lado. Com isso torna-se crível um entendimento da alimentação para além das necessidades básicas de satisfazer a nutrição, necessitando entendê-la como um recurso ou mercadoria utilizado para acessar e impor uma série de conjunturas a outros seres humanos. Observando esse cenário para o campo, através da vivência de Charco, podemos

observar como a alimentação e o ato de produzi-la para grupos tradicionais também é ressignificado.

Para esses grupos, a produção alimentar e o ato de se nutrir dessa produção não apenas garantem sua subsistência, mas também têm um impacto fundamental em sua identidade e presença nos territórios que habitam. Por outro lado, a fome e a insegurança alimentar, antes consideradas apenas como problemas sociais desconectados dos conflitos enfrentados por esses grupos, agora são reinterpretadas.

A fome, acompanhada dos estigmas resultantes de conflitos territoriais, tem sido usada como ferramenta para assistir à saída dessas comunidades de seus territórios, minando seus mecanismos de resistência e sua capacidade de manter suas práticas sociais e culturais no campo.

Analisando essa dinâmica, torna-se evidente que a falta de acesso seguro ao território é uma das principais causas da fome enfrentada pelos coletivos do campo, especialmente os grupos tradicionais. Essa limitação impede a produção de alimentos de maneira saudável e satisfatória. A restrição resultante cria um ciclo vicioso, perpetuando a pobreza e afetando de forma desproporcional os grupos menos favorecidos.

É crucial destacar que o acesso ao território desempenha um papel fundamental na segurança alimentar. Portanto, a privação desse acesso contribui diretamente para a insegurança alimentar e a fome, como discutido anteriormente, evidenciando como a restrição territorial impacta diretamente a capacidade desses grupos de garantir sua própria subsistência.

A partir das experiências no território de Charco/Juçaral, fica evidente que a fome e a insegurança alimentar, alimentadas por conflitos territoriais, atuam como ferramentas de desterritorialização, conforme discutido por Haesbaert e Bruce (2002, p.17), deslocando grupos tradicionais de suas áreas para abrir caminho para "novas" territorialidades.

Ao privar esses grupos de seus meios de subsistência e obrigá-los a abandonar suas terras ancestrais, a fome contribui para a marginalização e a perda de identidade desses coletivos como povos e comunidades tradicionais. No território de Charco, foi possível observar que os conflitos relacionados à produção de alimentos aceleraram, em alguns casos, o processo de êxodo desses grupos, afetando particularmente os jovens dessas comunidades.

Onde só foi possível identificar o retorno dessas pessoas para seu território após apaziguamento desse cenário, onde os mesmos retornaram para trabalhar com a produção de alimentos em hortas coletivas mantidas e geridas por esses jovens, a partir da diminuição dos episódios de conflitos e a após a territorialização parcial de suas áreas. Cabe ressaltar em

Juçaral localidade que ainda possuem episódios de conflitos e impedimentos de produção e acesso alimentação a saída de grupos deste território persiste, mas em menor quantidade.

Todo esse cenário, aliado ao enfoque das ideias de Josué de Castro lançam luz sobre a questão da fome, enfatizando que ela vai além da simples falta de alimentos. Argumentando que a fome é um fenômeno complexo, com raízes profundas nas estruturas sociais, econômicas e políticas.

Com isso podemos fundamentar de forma ainda mais coesa o papel da fome como uma estratégia para fortalecer interesses sobre grupos hegemônicos, onde no campo estes interesses se materializam sobre a objetificação dos espaços de vivência de grupos tradicionais.

Diante deste cenário, para combater efetivamente a fome, é necessário implementar políticas e ações governamentais que garantam o acesso adequado aos alimentos e promovam a redução das desigualdades sociais. Investimentos em agricultura sustentável, programas de segurança alimentar e distribuição equitativa de recursos são medidas-chave para enfrentar esse desafio complexo.

No entanto, ao voltarmos o olhar para o campo e considerarmos as comunidades tradicionais, torna-se claro que a principal medida para garantir uma alimentação segura, satisfatória e soberana para grupos vulneráveis à fome e insegurança alimentar, como o território de Charco/Juçaral, está na ampliação do acesso e garantia dos direitos desses grupos ao território.

Não apenas garantir o acesso, mas também assegurar sua permanência nos espaços de reprodução social. Este estudo, ao retratar a situação em Charco, revela que, embora este coletivo tenha conquistado e se estabelecido em suas áreas após um longo processo de luta por direitos, partes desse território e indivíduos ainda sofrem ataques em suas terras, colocando não apenas essas pessoas em risco, mas todo o território em si.

Desta forma, fica evidente que acessar e permanecer nestes espaços é um pilar para a segurança alimentar destes coletivos, mas também para o seu bem viver. Com esse cenário posto, devemos também lançar olhares mais atentos aos processos e episódios de conflito territorial no campo. Visto como posto em momentos anteriores, esses são consequências desta realidade social desigual sobre vários atores do campo, mas seu papel vai além deste reducionismo episódico, é possível ver também neste fenômeno e principalmente em seus processos de aparecimento formas de manutenção dessa realidade desigual nos ambientes rurais.

Quando analisamos os conflitos territoriais como ameaças, percebemos seus amplos impactos em várias dimensões fundamentais para o bem-estar dos grupos tradicionais: acesso à educação de qualidade, trabalho digno, preservação da cultura e reprodução material e imaterial. Ao compreender o papel central da produção de alimentos nesses contextos, é evidente que atacar essa produção não apenas provoca consequências óbvias, como fome e insegurança alimentar, mas também pode desencadear a saída desses grupos de seus territórios, enfraquecer suas resistências e lutas sociais, persistindo pode levar ao desaparecimento de seus modos de vida.

Diante desta conjuntura, a superação da fome demanda um compromisso coletivo e ação coordenada de diversos atores sociais. É fundamental reconhecer a fome como um problema estrutural e multidimensional, e não apenas como uma questão de escassez de alimentos. Somente por meio de abordagens integradas e engajamento de diferentes setores da sociedade será possível avançar rumo a uma sociedade mais justa, equitativa e livre da fome.

No entanto, é fundamental ressaltar que o estudo desses fenômenos será algo desafiador devido à escassez de dados abrangentes e confiáveis, principalmente após o esfacelamento de vários mecanismos de mensuração desse fenômeno nos últimos anos. A coleta de informações sobre a fome e a insegurança alimentar enfrenta e enfrentará ainda obstáculos, como a sub notificação, a falta de padronização nos métodos de coleta e a dificuldade em obter acesso a áreas afetadas por conflitos ou desastres naturais, situações que impactaram em muito os rumos da pesquisa a cerca desta temática. Essas limitações dificultam a comparação e o monitoramento desses problemas ao nível amplo.

Além disso, a avaliação da fome e da insegurança alimentar requer abordagens sensíveis às diferentes realidades culturais e contextos socioeconômicos. A insegurança alimentar pode manifestar-se de diferentes formas, seja pela falta de quantidade adequada de alimentos, pela falta de variedade, pela falta de acesso físico ou econômico, ou pela insegurança alimentar subjetiva, que se relaciona com a incerteza e a ansiedade em relação à disponibilidade futura de alimentos.

Diante desses desafios, é imperativo que a comunidade científica, os formuladores de políticas e as organizações internacionais continuem a investir em pesquisas e ações concretas para combater a fome e a insegurança alimentar. É necessário fortalecer os sistemas de coleta de dados, buscar abordagens inovadoras e sustentáveis na produção e distribuição de alimentos, e desenvolver políticas públicas efetivas que abordem as raízes estruturais desses problemas.

Em conclusão, o estudo e análise da fome e da insegurança alimentar são desafios complexos e de extrema importância tanto para melhorar o acesso à alimentação no campo e nos ambientes urbanos. A compreensão abrangente desses fenômenos requer uma abordagem multidisciplinar, bem como o engajamento de diversos setores da sociedade. A superação desses desafios demanda esforços conjuntos e contínuos para mitigar as causas subjacentes da fome e da insegurança alimentar, visando alcançar um futuro mais justo e sustentável, onde todas as pessoas tenham acesso adequado a alimentos nutritivos e suficientes para garantir sua saúde e bem-estar.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. Brasiliense, 2017.

ACSELRAD, Henri et al. **A fome como fato político. Políticas Governamentais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 93, p. 27-31, 1993.

AVILA, Abelardo C. **Hambre, desnutricion y sociedad – la investigación epidemiológica de la ciudad de México**. Gaudalajara: Colección Fin de Milenio, 1990.

BARROCO, Lize Maria Soares et al. **A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano**. TURyDES. Vol 1, Nº 2, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do gosto**. Porto Alegre/São Paulo, Zouk/EDUSP, 1979.

BRASIL, Constituição. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Diário Oficial da União, n. 227, p. 4-4, 2003.

_____, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **QUILOMBOLAS NO BRASIL. Matérias especiais**. Brasília: IBGEeduca, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html>. Acesso em: 5 jun. 2023.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União, n. 28, p. 316-316, 2007.

_____. Mapa InSAN - **Portal da Segurança Alimentar e Nutricional** - Ministério da Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-san/artigo.php?link=15>. Acesso em: 1 abr. 2022.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago EA. **A recriação dos territórios camponeses por meio da produção de alimentos e energia: a experiência do MPA em Frederico Westphalen-RS.** Agrária (São Paulo. Online), n. 15, p. 4-44, 2011.

CARNEIRO, Fernando Ferreira Ferreira; KREFTA, Noemi Margarida; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **A práxis da ecologia de saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos.** Tempus–Actas de Saúde Coletiva, v. 8, n. 2, p. ág. 331-338, 2014.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. **Manual de metodologia científica.** Itumbiara: Iles/Ulbra, v. 201, 2014

CASTRO, Josué de. (1968). **As condições e vida das classes operárias do Recife.** In Documentário do Nordeste. São Paulo: Brasiliense.

_____. **As condições e vida das classes operárias do Recife.** In Documentário do Nordeste. São Paulo: Brasiliense.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço** . 12ª ed. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 2012. 318 p. ISBN: 978-85-200-0530-9.

_____. **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população.** 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 1 e 2, 1968.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome.** 10ª edição, Rio de Janeiro: Antares, 1980.

CASTRO, Roberta Rowsy Amorim de; DE OLIVEIRA, Myriam Cyntia Cesar. **Os termos “populações” e “comunidades” tradicionais e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico.** Mundo Amazônico, v. 7, n. 1-2, p. 47-70, 2016.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias... consideravelmente aumentada, posta a par da ciência.** Paris: A. Roger & F. Chernoviz, v. 2, 1890.

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar. Conceitos.** Brasília : Presidência da República Brasil, 2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar. Conceitos.** Brasília : Presidência da República Brasil, 2014. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>. Acesso em: 20 out. 2022.

CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari et al. **Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil.** Saúde em Debate, v. 43, p. 1070-1083, 2020.

_____. **Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil.** Saúde em Debate, v. 43, p. 1070-1083, 2020.

COSTA, A. B. **Conceito de Pobreza. Estudos de Economia**, vol. 1v, n. 3, Abr.-Jun, 1984

COSTA, Yuri. **Comunidades tradicionais: pelo direito de existir e de resistir.** Jornal da Escola Superior da Defensoria Pública da União, n. 07, p. 01-12.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no Campo Brasil 2021.** Goiânia-GO: CPT Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021> Acesso em: 8 mai. 2023.

_____. **Comissão Pastoral da Terra - Massacres no Campo. Conflitos no Campo Brasil 2022.** Goiânia-GO: CPT Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14302-livro-2022-v21-web>. Acesso em: 8 mai. 2023.

CPT, Comissão Pastoral da Terra, (ed.). **AMAZÔNIA, um bioma mergulhado em conflitos - Relatório de Denúncia: Maranhão Conflito no quilombo Charco, uma novela em muitos capítulos.** Amazônia: Gráfica e Editora América, 2016. E-book (84p.) color. Disponível em: https://mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/amazonia_um_bioma_mergulhado_em_conflitos_relatorio_denuncia.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

_____. **AMAZÔNIA, um bioma mergulhado em conflitos - Relatório de Denúncia: Maranhão Conflito no quilombo Charco, uma novela em muitos capítulos.** Amazônia: Gráfica e Editora América, 2016. E-book (84p.) color. Disponível em: https://mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/amazonia_um_bioma_mergulhado_em_conflitos_relatorio_denuncia.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia** / Amélia Luisa Damiani. 7. Ed - São Paulo: Contexto, 2002. - (Caminhos da Geografia).

_____. Amélia Luisa. **População e Geografia** / Amélia Luisa Damiani. 7. Ed - São Paulo: Contexto, 2002. - (Caminhos da Geografia).

DANTAS, Aldo; MEDEIROS, Tásia HL. **Geografia Ratzeliana e seu contexto.** Brasília: Programa Universidade a Distância UNIDIS Grad/Ministério da Educação/SEED. Colaboram diretamente nesse estudo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN, e Universidade Estadual da Paraíba UEPB, 2008.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001, p. 22.

_____. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** 2000.

DOS ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil.** Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2003.

ESTADÃO - O ESTADO DE SÃO PAULO. ESTADÃO / GESTÃO, POLÍTICA & SOCIEDADE. **Os famintos e a aporofobia.** São Paulo: Jornal - O Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/os-famintos-e-a-aporofobia/>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020, FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. Rome, Italy.** Retrieved from <https://policycommons.net/artifacts/1421967/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world-2020/2036027/> on 07 Nov 2023. CID: 20.500.12592/fjp6x3.

_____. **The State of Food and Agriculture 2021.** Making agrifood systems more resilient to shocks and stresses. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4476en>

FAO, IFAD and WFP. 2015. **The State of Food Insecurity in the World 2015.** Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, FAO.

FELÍCIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, 2010.

_____. **O território imaterial do campesinato.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, 2010.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Biblioteca Digital do Planejamento - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>. Acesso em: outubro de 2020.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Biblioteca Digital do Planejamento - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>. Acesso em: outubro de 2020.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** 2013.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008.

_____. **Sobre a tipologia de territórios. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, _____. **Territorio y soberanía alimentaria.** Revista Latinoamericana de Estudios Rurales, v. 2, n. 3, 2017.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

Ferreira, Júlia Letícia Pereira .VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 18 - **Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses DO BABAÇU LIVRE AO TERRITÓRIO LIVRE: A luta das quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense.** Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506903541_arquivo_artigo-singa-oficial-anarevisto.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

_____. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 18 -**Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses DO BABAÇU LIVRE AO TERRITÓRIO LIVRE: A luta das quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense.** Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506903541_arquivo_artigo-singa-oficial-anarevisto.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

FOME. In: **Michaelis. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Melhoramentos: 2021.** Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-_____. In: **DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020.** _____. In: **DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020.** Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fome/>>. Acesso em: 27/07/2022.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome.** Editora Fiocruz, 2003.

_____. **Agonia da fome.** Editora Fiocruz, 2003.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; PENA, Paulo Gilvane Lopes. **Fome e pandemia de COVID-19 no Brasil.** Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, p. 34-40, 2020.

GOLDENBERG. Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** 8º ed. qualitativa em Ciências Sociais / Mirian Goldenberg. - 8º ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** 8º ed. qualitativa em Ciências Sociais / Mirian Goldenberg. - 8º ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

Haesbaert, Rogerio. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia 9.17 (2007): 19-45.

_____. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia 9.17 (2007): 19-45.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** – Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997

HARRIS, Marvin. **Vacas, cerdos, guerras e brujas.** Madrid: Alianza, 1982.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza.** SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência de notícias IBGE. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave.** Umberlândia : Coordenação de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 22 fev. 2023.

_____. Agência de notícias IBGE. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave.** Umberlândia : Coordenação de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 22 fev. 2023.

_____. Agência de notícias IBGE. **POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004.** Umberlândia : Coordenação de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 22 fev. 2023.

_____. Agência de notícias IBGE. **POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004.** Umberlândia : Coordenação de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ITERMA, Instituto de Colonização e Terras do Maranhão. **Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas no Estado do Maranhão: legislação estadual, perguntas e respostas.** 1ed. – São Luis, 2021.

JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição**. Editora Elefante, 2021.

_____. **A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição**. Editora Elefante, 2021.

LAKATOS. E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315p.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315p.

LAURELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social**. Rev. Mex. Cienc. Pol. Soc, v. 84, p. 131-157, 1976.

LEME, Adriana Salay. **Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.4, out.-dez. 2021, p.1115-1135.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul. 2010.

LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo; PINHEIRO, Ana Cláudia Barros; PEREIRA FERREIRA, Júlia Letícia. **Autonomia, governança territorial e economia solidária: uma experiência no Território Quilombola do Charco**. In: II Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural - Mudanças Globais e Locais: Implicações para as Dinâmicas de Desenvolvimento Territoriais, 2016, Brasília.

MAANEN, jonh Van. **Reclaiming qualitative methods for orhanizationa research: a preface**, in administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979 a pg 520-526

MANUILA, L. et.al. **Dictionnaire médical**. Paris: Ed. Masson, 7a. edição, 1996.

MARQUES, M. I. M. **A ATUALIDADE DO USO DO CONCEITO DE CAMPONÊS**. REVISTA NERA, [S. l.], n. 12, p. 57–67, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i12.1399. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 5 dez. 2023.

MORAES, Maria Cândida. **Ecologia dos saberes**. Hidelbrando dos Santos Soares, p. 71, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista usp, n. 28, p. 56-63, 1996.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NEEPES/ENSP/FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos, Injustiça ambiental e Saúde no Brasil. MA – Quilombolas de São Vicente Ferrer lutam por regularização fundiária e pela vida.** Brasil: - WordPress Theme by EITA Cooperativa, 2020. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-quilombolas-de-sao-vicente-ferrer-lutam-por-regularizacao-fundiaria-e-pela-vida/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

_____. **Mapa de Conflitos, Injustiça ambiental e Saúde no Brasil. MA – Quilombolas de São Vicente Ferrer lutam por regularização fundiária e pela vida.** Brasil: - WordPress Theme by EITA Cooperativa, 2020. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-quilombolas-de-sao-vicente-ferrer-lutam-por-regularizacao-fundiaria-e-pela-vida/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

NETO, Roberval Amaral. **A questão fundiária no Maranhão: Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970.** In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491152606_ARQUIVO_AQuestaoFundiarianoMaranhao.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Editora FGV, 2001.

_____. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Editora FGV, 2001.

OLIVEIRA, . A.; DUARTE, . Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. *Perspectiva*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 279–301, 2005. DOI: 10.5007/1678-4569.perspectiva.v23n2p279-301. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9755>. Acesso em: 7 dez. 2023.

OLIVEIRA, Thiago Dumont; ATTÍLIO, Luccas Assis. **Causação cumulativa em Myrdal e seus desdobramentos enquanto alternativas ao conceito de equilíbrio.** 2014.

PALMARES - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Fundação Cultural Palmares - Governo Federal. **Comunidades quilombolas: conceito, autodefinição e direitos.** SCRN 702/703 – Bloco B – Asa Norte - CEP 70.720-620 – Brasília – DF: Governo Federal, 2012. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=19099>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PAULILO, Maria Angela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida.** Serviço social em revista, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

PEDRO, H. M. D. **Fome: concepção de uma cicatriz social.** *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v.8, n.1, jan./dez. 2006. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20060007/54>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil - Suplemento I Insegurança Alimentar nos estados.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022.

científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315p.

_____. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil - Suplemento I Insegurança Alimentar nos estados.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022.

PINHEIRO, Ana Cláudia Barros ; PEREIRA, Ronald Bruno da Silva ; SANTOS, José do Nascimento. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 18 - Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses **ECONOMIA SOLIDÁRIA E GOVERNANÇA TERRITORIAL: A experiência do território quilombola Charco, São Vicente Ferrer-MA.** [s.l.: s.n.], 5DC. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506903541_arquivo_artigo-singa-oficial-anarevisto.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 15ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

RIGOTTO, Raquel Maria; SANTOS, Valéria Pereira; COSTA, André Monteiro. **Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado.** Saúde em Debate, v. 46, p. 13-27, 2022.

_____. **Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado.** Saúde em Debate, v. 46, p. 13-27, 2022.

SANTOS, Boaventura de S. **Um conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SANTOS, José do Nascimento; LIMA, Roberta Maria Batista de Figueiredo; MORAES, Josen Deivid da Silva. **Mapeamento dos Conflitos Socioambientais em Territórios Quilombolas no Maranhão.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., GT 16 – Cartografando práticas e conflitos no campo, Anais... Goiânia: [s.n.], 2017. ISSN: 1980-45. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt16_1507225856_arquivo_nascimento_lima_moraessinga.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território,** Geografia, Niterói, vol. 1 nº 1, p. 7-13, 1999.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP. 2002.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. **Coleção Terra de Quilombos: Comunidade Quilombola do povoado Charco**. Belo Horizonte FAFICH, 2017.

SILVEIRA, Dayana Martins. **Comunidades tradicionais do Norte de Minas: Estratégias de luta e acesso a direitos territoriais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)-Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

SINGER, Paul. **Os efeitos da crise econômica sobre o estado de nutrição dos brasileiros**. In.: Minayo, Maria C. [org.]. Raízes da fome. FASE. Petrópolis: Vozes, 1985, pp.50-57.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 250, 1988.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **AS (RE) FORMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA MARANHENSE: multiplicidades e singularidades nos assentamentos Cigana e Cristina Alves - Itapecuru Mirim - MA**. 98 f. São Luís - MA, 2015.

SODRE, Ronaldo Barros. **O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. 2017. Tese de Doutorado. UEMA.

SOUZA FILHO, Benedito. **Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: Edufma, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TURNER, B. S. **El cuerpo e la sociedad**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.

VAZ, Ana Maria Cortez. **Desterritorialização e Reterritorialização**. Disponível em <http://ambientesgeograficos.blogspot.com/2010/08/desterritorializacao-e.html>. Acessado em 28/8/2014